



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ANA LÚCIA SANTOS DA SILVA

**INTERROGANDO PRÁTICAS DO UNICEF PARA OS ADOLESCENTES NO
BRASIL**

BELÉM-PA

2011

ANA LÚCIA SANTOS DA SILVA

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida por ANA LÚCIA SANTOS DA SILVA e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 17/06/2011.

Assinatura: _____
(Orientadora)

BELÉM-PA

2011

ANA LÚCIA SANTOS DA SILVA

**INTERROGANDO PRÁTICAS DO UNICEF PARA OS ADOLESCENTES NO
BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos

BELÉM-PA

2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Silva, Ana Lúcia Santos da

Interrogando práticas do UNICEF para os adolescentes no Brasil / Ana Lúcia Santos da Silva; orientadora, Flávia Cristina Silveira Lemos. – 2011

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belém, 2011.

1. Adolescência - Brasil. 2. UNICEF. 3. Genealogia. 4. Biopolítica. 5. Foucault, Michel, 1926-1984. I. Título.

CDD - 22. ed. 155.50981

ANA LÚCIA SANTOS DA SILVA

**INTERROGANDO PRÁTICAS DO UNICEF PARA OS ADOLESCENTES NO
BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos

CANDIDATA: ANA LÚCIA SANTOS DA SILVA

DATA DA DEFESA: ____/____/____

RESULTADO: _____

Banca Examinadora:

Profa. Dra Flávia Cristina Silveira Lemos (UFPA) - Orientadora

Profa. Dra. Estela Scheinvar (UERJ) – Banca Examinadora

Dra. Maria Angelica Motta-Maués (UFPA) – Banca Examinadora

Profa. Dra. Silvia Nogueira Chaves (UFPA) – Banca Examinadora

Prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Júnior (UNESP) – Membro Suplente

Prof. Dr. Carlos Alberto Batista Maciel (UFPA) – Membro Suplente

DEDICATÓRIA

À memória de meu pai, de minha mãe e de meu filho (a)

Aos jovens que passaram e que ainda estão em minha vida, em minha alma e, nesta
pesquisa.

AGRADECIMENTOS

À Flávia Lemos, orientadora, amiga e incentivadora desta pesquisa, cuja temática, muito nos aproxima. Pelos contornos que deu a este trabalho e exigência de um rigor acadêmico e dever de apresentarmos ao público um trabalho consoante ao de uma produção “financiada” por uma Instituição Pública. Pelas excepcionais aulas no Programa da Pós-Graduação da UFPA e pelos importantes debates proporcionados no Grupo de Estudos Transversalizando.

À CAPES, pela bolsa de estudos, indispensável para a efetivação do presente estudo.

Aos amigos do Grupo Transversalizando que com sua sede em discutir temáticas relevantes aos projetos e pesquisas em andamento e pelas batalhas no dia-a-dia, são de um valor humano inestimável.

Ao Maurício de Souza, professor e amigo, que com seu olhar atento também me possibilitou atentar para questões metodológicas importantes do então projeto, quando apresentei na disciplina Metodologia de Pesquisa, por ele ministrada na UFPA.

Ao Ney, que hoje assume a função de secretário do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPA, com sua sempre disponibilidade e dedicação no que faz, permite leveza e seriedade, ao tentar se deslocar do lugar burocrático da máquina administrativa.

À professora Angelica Motta-Maués, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFPA), pelo aceite em participar desta banca de defesa, por suas aulas regadas a “café com conhecimento”. Pela acolhida e entusiasmo em debater questões de nosso tempo.

À professora Estela Scheinvar (UERJ) por ter aceitado o convite para participar desta banca de defesa e também pelas relevantes contribuições na banca de qualificação. Por ter me acolhido em seu Grupo de Estudos: Produção de Subjetividades e Estratégias de Poder no campo da Infância e da Juventude, espaço coletivo de interlocução fundamental para mim, desejosa de conhecer, estudar, debater e pesquisar questões do nosso tempo, relacionando-as ao meu objeto de estudo. À professora Maria Lívia Nascimento (UFF) por permitir, juntamente com a Estela, que eu participasse das supervisões do estágio em Psicologia Social naquela universidade e pudesse colaborar e enriquecer com a troca de experiências.

À professora Angélica Alberto, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFPA), por me aceitar como “agregada”, para estudar em sua sala e de seus orientandos. Deslocamento necessário dado a tranquilidade do ambiente e pelo prazer de estar próxima de pessoas queridas.

Ao professor Hélio Rebello (UNESP) pela interlocução nesta pesquisa, pelas fundamentais arguições na banca de qualificação. Arguições essas que me encheram de entusiasmo e desafios. Por “autorizar” meu estilo de escrita e pela acolhida em seu Grupo de Estudos: Deleuze/Guattari e Foucault, elos e ressonâncias. Espaço de trocas e interseções.

Aos jovens com quem tive encontros emocionantes e inquietantes, e que me fizeram e me fazem continuar a acreditar em uma sociedade onde possam viver, sonhar e nomadizar, pois eu não suportaria viver em uma sociedade de velhos, no sentido de veteranos, ativos, e sim em uma sociedade onde estes possam ser potentes devires, tal com os vejo. Em particular à J. S. da C que ao se despedir de mim na última intervenção realizada na Fundação da Criança e do Adolescente do Pará (FUNPAC), disse-me: “Deus lhe abençoe em seus estudos”.

Ao Carlos Henrique, Caique, sobrinho querido, hoje com 18 anos, que tem me ensinado a dizer “eu te amo” sem a preocupação com o sentido quase eterno que essa expressão se tornou. Passei a amar as pessoas no presente, mais ainda!

À minha família, que torce por mim em qualquer projeto de vida(s). Pelo apoio, admiração e alegria de viver.

À Milene e André, amigos que são dois e também são quatro.

Ao Guilherme, companheiro que tem compartilhado comigo os momentos de euforia e de angústia diante da feitura desta pesquisa. Por comprar esta “briga”, por guerrear comigo a favor de um mundo “jovial”.

RESUMO

Este trabalho investigou e interrogou as práticas discursivas do UNICEF direcionadas aos “adolescentes” brasileiros. Utilizou-se o método histórico-genealógico foucaultiano para interrogar o relatório “Situação da Adolescência Brasileira” (2002), que se constituiu como fonte privilegiada desta pesquisa. Desse modo, os questionamentos que moveram o estudo foram: que práticas do UNICEF incidem sobre os corpos de adolescentes brasileiros, no século XX e início do século XXI? Que subjetividades essas práticas produzem? Como objetivam a adolescência? Que relações de poder acionam frente a esses corpos? Que efeitos elas produzem? Tais problematizações não tiveram por finalidade, fazer a história do falso ou do verdadeiro, pois isso não tem importância política, mas problematizar a produção dos regimes de verdades a respeito destes sujeitos e os efeitos destes na atualidade. Dessa forma, marcar a singularidade dos acontecimentos que forjaram este objeto como um problema para as ciências humanas, e como uma questão para o UNICEF e para o Sistema de Garantia de Direitos. O objetivo do estudo foi analisar as práticas discursivas de poder e subjetivação que objetivam e subjetivam a adolescência brasileira. De posse da ferramenta foucaultiana, desmontamos o documento, cortamos as séries que o compõem, desarticulamos as pretensas continuidades, reescrevemos e reinventamos o objeto adolescência, deixando em suspenso as certezas e verdades que o atravessam e que pretendem constituí-lo como objeto natural, imersos em essencialismos e homogeneizações. Como resultados, identificamos dicotomias no documento, como: potencialidade/risco, fase positiva/negativa, por exemplo, que tentam naturalizar o sujeito como algo dado *a priori*, portador de uma essência objetivado e subjetivado por uma perspectiva linear do desenvolvimento humano, como: adaptação/desadaptação, normal/anormal, maturidade/imaturidade e uma sequência linear de fases, que atende também a concepções econômicas desenvolvimentistas e neoliberais preocupadas com a equação custo-benefício. Foi com um olhar atento às ninharias do poder, que buscamos destruir certezas e evidências, atentando não para as intencionalidades dos jogos de forças, mas, ao acaso das lutas.

Palavras-Chave: Adolescência; UNICEF; Genealogia; Biopolítica; Foucault.

ABSTRACT

This assignment intended to investigate and to interrogate the speech practice of UNICEF directed to the Brazilian “adolescents”. The Foucaultian theory appeared in the historic genealogical method to question the “Brazilian Adolescent Situation” report (2002), which is a privileged source of this research. Thus, the questions that moved this study were: which UNICEF practices took place over the adolescent bodies, at begins of XXI century? Which subjectivities these practices produce? How do them objective the adolescence? Which power relations set before these bodies? What are the effects they do? The history of the false and the truth was not the aim of these problematic issues, once it does not have political matters, but to put in doubt the production of the truth system in respect to these subjects and its effects nowadays. So, to mark the singularity of the events that forged this object as an issue to human science, as a question to the UNICEF and to the System for Safeguarding Human Rights. This way, the aim of this study was the analysis of speech practices of power and subjectiveness that object and subject the Brazilian adolescence. With this device, we demounted the document, chopped the series, disarticulated the continuities, rewrote and reinvented the adolescence object, lifting up the certainty and the truth that crossed them and that intended to constitute them as an natural object, immerse on solidness and homogenizations. As results we have identified dichotomies in the document, for instance, such as potentiality/risk and positive/negative phases that tried to neutralize the subject as something took *a priori*. A subject that has an essence and he was objectified and a subjectified by straight perspective of the human development, for instance, adaptation/unadaptation, normal/abnormal, maturity/immaturity and a straight sequence of phases that also responds to economical-developmental neoliberal conceptions concerned with the cost-benefit equation. We tried with an aware look to the power nonentity to destroy certain and evidences, attempting not only to intentionality of the power games but also to the struggle chances.

Key-Words: Adolescence; UNICEF; Genealogy; Biopolitic; Foucault.

LISTA DE SIGLAS

ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância)

BNDS (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)

ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)

FUNCAP (Fundação da Criança e do Adolescente do Pará)

UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância)

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

MEC (Ministério da Educação)

OMS (Organização Mundial da Saúde)

ONU (Organização das Nações Unidas)

SAB (Situação da Adolescência Brasileira)

SEDH (Secretaria Especial de Direitos Humanos)

SGD (Sistema de Garantia de Direitos)

UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

UFPA (Universidade Federal do Pará)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
I. A GENEALOGIA E A DISPERSÃO DOS ACONTECIMENTOS	24
I. 1- Saber-Poder	24
I. 2- A Genealogia e o uso dos documentos	30
I. 3. O UNICEF e a desmontagem do documento	33
I. 3.1- O experimentar genealógico e a <i>Situação da Adolescência Brasileira</i> reescrita	39
II. “UNS GOVERNAM O MUNDO, OUTROS SÃO O MUNDO”	45
II. 1- A Governamentalidade	46
II. 2- A Biopolítica	51
III. A PRODUÇÃO DA ADOLESCÊNCIA COMO OBJETO DO CONHECIMENTO	56
III. 1. A Adolescência produzida como “ <i>janela de oportunidades</i> ”	62
IV. “O” ADOLESCENTE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	67
V. AS SÉRIES DISCURSIVAS E OS DISCURSOS EM SÉRIES	77
V. 1. Família	79
V.1. 1. A Família como Dispositivo Técnico-científico	80
V. 1.2. A Família na Roda.....	82
V. 2. Profissionalização	84
V. 2.1. Profissionalização e a Formação do Capital Humano	84
V. 3 Escola	91

V. 4. Risco	95
V. 5. Desenvolvimento Humano	100
V. 5.1- A Sexualidade como ponto de articulação entre a infância, a adolescência e a gestão da população	103
V. 6. Sujeitos de Direito	109
VI. O OLHAR GENEALÓGICO E A ARTE DE BISBILHOTAR	112
INTERROGAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	124
ANEXOS	130

INTRODUÇÃO

Interrogar as práticas de um organismo internacional como o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), direcionadas aos sujeitos identificados como adolescentes, é interrogar algumas produções de verdades forjadas ao longo da história. Não para fazer a história do falso ou do verdadeiro ou encontrar a sua gênese, pois isso, por hora, não tem importância política, mas sim para apontar e problematizar as condições históricas que permitiram a emergência de produções de regimes de verdades a respeito destes sujeitos e seus efeitos na atualidade. E dessa forma, marcar a singularidade dos acontecimentos que forjaram o objeto adolescência como um problema para as ciências humanas, e como uma questão para o UNICEF e para todo o Sistema de Garantia de Direitos (SGT). Todavia, o que tem importância política atual é questionar, por exemplo, de que forma os “8 milhões de adolescentes podem comprometer o futuro do país”? Ou, o que são “questões próprias da adolescência”?¹

Pesquisas realizadas no Brasil, que têm como indicador a mortalidade juvenil, indicam que morrem mais jovens no país do que em conflitos armados no mundo Waiselfisz (2006)². Se buscarmos o índice de mortalidade infantil, iremos constatar que muitos não tiveram e provavelmente não terão uma juventude, tal qual idealizada pelos peritos da norma. Estamos diante de um genocídio de jovens, tidos como “indesejáveis”, “novas classes perigosas”, dentre outros adjetivos utilizados para lhes destinar um lugar de escória na sociedade, pois diante de uma visão maniqueísta, um grupo social é constituído como perigoso e outro tem que se defender, a eliminação de uns passa a corresponder à existência de outros. A análise vai deslizando para o campo do biopoder, e nessa realidade polarizada entre o “nós” e o “eles”, há uma racionalidade que afirma a todo momento que estes, os “redundantes”, não têm por que reivindicar o direito de existência, uma vez que são considerados extranumerários.

No Brasil, de acordo com este estudo, em 2004 morreram 48.374 pessoas. Na Guerra da Chechênia e Rússia, que durou dois anos, morreram 50.000 - 25.000 pessoas, por ano. Na Guerra Civil da Guatemala, que durou 24 anos, houve um extermínio das

¹ Fragmentos contidos no relatório “Situação da Adolescência Brasileira”, que neste estudo recebe a sigla de SAB, produzido pelo UNICEF em 2002 (p. 57 e p. 34, respectivamente).

²Waiselfisz.J.J, coordenou e apresentou o Mapa da Violência em evento nacional sobre a atuação do psicólogo no Sistema Sócio Educativo brasileiro, realizado em Brasília em 2006. O Mapa da Violência compõe-se de um conjunto de estudos que sistematiza as estatísticas governamentais sobre morte de jovens no Brasil tendo como causas: homicídios, acidentes de transporte, suicídios e armas de fogo. Este estudo é realizado desde 1998, ano em que foi publicado o primeiro Mapa, sob a coordenação da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e o último publicado em 2011, sob a coordenação do Ministério da Justiça e o Instituto Sangari.

populações indígenas. Morreram 400.000 pessoas - 16.000 por ano. E aqui morreram 48.000 em um ano! Destes, 18.599 são jovens. Morreram, em média, 18.000 jovens, em nosso país, sendo que morreram mais jovens do que na Guatemala, na Guerra do Golfo, na Guerra Civil de El Salvador e na Guerra de Angola. São 51 jovens que morrem por dia. Um verdadeiro extermínio, como aponta a pesquisa coordenada por Waiselfisz (2006)³, além de outros estudos mais recentes, como o Índice de Homicídio na Adolescência (IHD)⁴ de 2009, o relatório “Os muros nas favelas e o processo de criminalização”⁵, organizado pela Rede Rio Criança et al. (2009), a qual apresenta uma análise do processo de criminalização da pobreza e de casos emblemáticos de extermínios de adolescentes empobrecidos da Zona Norte do Rio de Janeiro, tidos com indesejáveis, o Mapa da Violência de 2011: os jovens do Brasil⁶ e a inédita pesquisa sobre homicídios de jovens privados de liberdade, da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (ANCED), publicada em março de 2011⁷.

Paradoxal e historicamente, a juventude é posta como a principal responsável pelo aumento da violência, quicá de todas as mazelas, pois esta foi forjada como provocadora do aumento de toda forma de violência e, por conta disso, justifica-se o endurecimento das penas, castigos, torturas, controle e processos disciplinares de toda ordem, além da construção de mais unidades de “reabilitação”, com a intenção de corrigir os desvios, assim como o planejamento de estratégia de controle do *vir a ser*.

Obviamente – mas não naturalmente –, esse contexto aponta para um segmento social específico da juventude brasileira. Se, no sistema capitalista, os jovens pobres foram recolhidos em espaços fechados para serem disciplinados, normalizados e, conseqüentemente, “transformados” ou “reformados”, “hoje no neoliberalismo eles

³ Relatório do Seminário Nacional: A atuação dos Psicólogos junto aos Adolescentes privados de Liberdade. Brasília, CFP, 2006.

⁴ O governo brasileiro por meio da SEDH criou em 2009 o IDH. Essa plataforma, além das ações do governo federal conta também com o UNICEF, Observatório de Favelas, Laboratório de Análise da Violência (LAV) da UERJ dentro do Programa de Redução da Violência Letal Contra Adolescentes e Jovens (PRVL). O objetivo principal, segundo seus organizadores é medir o impacto da violência letal neste grupo social e avaliar esse fenômeno. “O IHD, estima o risco que adolescentes, com idade entre 12 e 18 anos, têm de perder a vida por causa da violência. E avalia os fatores que podem aumentar esse risco, de acordo com raça e gênero, além da idade. A expectativa é que seja um instrumento que contribua para monitorar esse fenômeno no tempo e no espaço e, também, para a avaliação de políticas públicas, tanto locais quanto estaduais e federais”. Disponível na página: <http://portal.mj.gov.br/sedh/documentos/idha.html>. Acesso em 11/02/11

⁵ Disponível na página: <http://global.org.br/wp-content/uploads/2009/12/Relat%C3%B3rio-Os-Muros-nas-Favelas-e-o-Processo-de-Criminaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 09/07/2009.

⁶ Disponível na página: <http://www.sangari.com/mapadaviolencia/index.html>. Acesso em 17/03/11.

⁷ Disponível na página: <http://www.anced.org.br>. Acesso em 02/04/11.

não são mais necessários ao mercado, tornaram-se supérfluos, suas vidas de nada valem – daí justificar-se o extermínio” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003, p. 20).

As autoras mencionam uma lógica forjada a partir de um dado período histórico, quando situam o aparecimento de termos como “classes perigosas”, por exemplo, em que o jovem pobre é visto como perigoso e até inumano, além de seu extermínio em massa aparecer como um dos efeitos da associação pobreza/periculosidade, ao lado dos exemplos já citados acima.

Nessa perspectiva, eles passam a ocupar o lugar de escória na sociedade e se tornam disponíveis, “redundantes”, ou seja, constituintes de um extranumerário, fora do padrão de utilidade, como salienta Bauman (2005). Segundo o autor, as pessoas consideradas redundantes se tornam, via de regra, um problema financeiro, pois precisam ser “providas” de alimentação, vestuário e moradia. Bauman sustenta que foi ampliado ao máximo o exército de sujeitos considerados redundantes na sociedade denominada pós-moderna, porém, uma possível lógica para tal acontecimento perpassa pelo fato de serem classificados como dispensáveis. “Os outros não necessitam de você. Podem passar muito bem, e a até melhor sem você. Não há uma razão auto-evidente para que você reivindique o direito à existência” (BAUMAN, 2005. p. 20).

É importante ressaltar o processo perverso de saturação de sujeitos, nesse modelo de sociabilidade volátil, descartável, onde os que não servem ou os que não teriam supostamente condições do conviver nos moldes dessa sociedade são encaminhados para serem “reciclados”, todavia, se não atenderem também as expectativas do “bom lixo reutilizado”, serão entregues à própria “sorte”.

Em minha prática profissional como psicóloga, em uma instituição⁸ de atendimento a jovens em cumprimento de Medida Socioeducativa, no Pará, desde 2005, inquietava-me em relação não só à “vida dos jovens infames”, numa alusão aos “homens infames”, de Foucault (2006)⁹, como também à dos jovens de uma forma geral, pois, em minha atuação, deparava-me com jovens que me interrogavam e me questionavam a respeito do modelo de sociabilidade vigente e de suas promessas não cumpridas (“não foi isso que me prometeram”).

⁸ O órgão responsável pela execução das Medidas Socioeducativas, no Estado do Pará, é a FUNCAP (Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Pará). Integrei o quadro técnico efetivo dessa instituição, no período compreendido entre os anos de 2005 à 2009.

⁹ Em “A vida dos homens infames”, Foucault (2006, p. 203) retrata a vida dos sujeitos considerados “sem” história. Define esta obra como uma “antologia de existências”, afirma tratar-se de “vidas de algumas linhas ou de algumas páginas, desventuras e aventuras sem nome, juntadas em um punhado de palavras. Vidas breves, encontradas por acaso em livros e documentos”.

No afã de *ter* tudo o que elas representam – sonho, poder, reconhecimento etc. –, mergulham rumo aos riscos e perigos do desconhecido e se vêem enredados, de fato, pela alienação, pelo dinheiro e pela violência. Quando despertam, erguem as mãos em direção à cabeça, e não encontram hera, mas algemas (SALES, 2007, p. 148).

Como bem lembra Steiner (*apud* BAUMAN, 2005), vivemos “numa cultura de cassino”; se um determinado ato merece recompensa, ela deve ser instantânea, volátil, liquefeita. A sociedade disciplinar se mescla à de controle pela via biopolítica¹⁰, em que os corpos dos adolescentes são atravessados por tecnologias diversas, o poder sobre a vida, tecnologias estas que não excluem a primeira, porém, se mesclam a esta, para potencializar seus efeitos.

Estudos como os de Fraga e Ludianelli (2003), Almeida e Cunha (2003), Coimbra, Bocco e Nascimento (2005), Vicentin (2005), Sales (2007), Lemos (2007), César (2008), Pilotti e Rizzini (2009), Cordeiro (2009), Bocco (2009) e Scheinvar (2009), questionam a lógica naturalizadora, a-histórica, determinista, fragmentada, desenvolvimentista e delimitada cronologicamente, na qual o jovem foi forjado, em meados do século XX e início do século XXI. Realizam uma análise problematizadora e de interrogação das supostas evidências das teorias do desenvolvimento, que produzem efeitos de “verdade” e acabam por naturalizar certos modos de ser, pensar e estar no mundo. Em suas pesquisas, questionam igualmente a associação entre pobreza-juventude-criminalidade, dentre outros aspectos pertinentes à temática da juventude.

Ao desenvolvimento humano foi associada à ideia de que todo indivíduo passa por um processo dividido em etapas que se distinguem, sobretudo, pelo acúmulo de capacidades e habilidades, que atingem seu apogeu na idade adulta (ALMEIDA e CUNHA, 2003, p. 148).

Um dos principais pontos comuns entre as autoras é a emergência do objeto adolescência no início do século XX e todos os regimes de verdade que naturalizaram certos modos de ser, sentir, estar, viver designados como sujeito adolescente. Este assumiu “status” e emergiu como objeto e sujeito forjado por práticas e investigações diversas, mas, sobretudo as do campo de saber da pedagogia, medicina e psicologia,

¹⁰ “Depois de uma primeira tomada do poder sobre o corpo que se fez consoante o modo da individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante, mas que é massificante [...]. Depois da anátomo-política do corpo, instaurada no decorrer do século XVII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma biopolítica da espécie humana” (FOUCAULT, 2008a, p.289).

sendo objetivada a partir de discursos como de transição, turbulência, fronteiras, dentre outras classificações que tentam enquadrá-la em uma dada matriz, para melhor se apropriá-la ou adestrá-la. Para Lemos (2006), tais discursos pretendem disparar o efeito de científicos e

[...] são vistos como neutros e desinteressados, imprescindível para o governo das crianças e dos adolescentes. Os saberes acionam práticas de poder e as práticas de poder acionam saberes que as sustentam. Ambos operam juntos, o controle e a disciplina dos corpos (LEMOS, 2006, p. 10).

A delimitação do tema de estudo da presente pesquisa se deu a partir das experiências profissionais em que atuei como psicóloga com jovens na FUNCAP e também da tese de doutoramento de Lemos (2007), cujo título é *Crianças e adolescentes entre a norma e a lei: uma análise foucaultiana*, mais precisamente em seu capítulo V, no qual a autora analisa as práticas do UNICEF em nosso país, no período de transição da última década do século XX e início do século XXI. Ao me deparar com a temática, e com esse estudo, em particular, vislumbrei a possibilidade de realizar uma pesquisa sobre algo que tem me inquietado, chamado minha atenção e feito parte de meu campo de experimentação nos últimos anos.

O Curso de Graduação em Psicologia na Universidade Federal do Pará (UFPA) me possibilitou estudar e atuar em temáticas relacionadas à criança, adolescência, juventude e relações de gênero, numa perspectiva da garantia de seus direitos, problematizando os modos de controle e docilização de seus corpos e analisando os efeitos desses dispositivos, na contemporaneidade. Indagando hoje inclusive a toda e qualquer garantia, seja de direitos, de viver, de amar, de existir, num exercício constante de desapego, que provoca desassossego, mas também invenção e criação.

Durante e após o período de graduação, participei do grupo de estudos intitulado “Psicologia Social e Relações de Gênero”, coordenado pela Profa. Ms. Maria Eunice Guedes, espaço onde discutíamos a construção histórica da subalternidade do sujeito mulher e seus efeitos na sociedade, nos vários campos de sua inserção. Tais estudos me possibilitaram e me inquietaram a produzir o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre Violência contra Crianças, praticadas por membros da família. Esse me mobilizou a participar da construção e implantação do projeto de extensão no Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza, da UFPA, *lócus* de atendimento e acompanhamento psicossocial a mulheres que haviam sofrido alguma situação de violência por parte, principalmente, de seus companheiros.

Nesse projeto, atuei como estagiária em um primeiro momento, e depois como voluntária, por cerca de um ano. Realizando intervenções, estudando autores que discutem a temática e participando de eventos correlatos. Tal experiência suscitou minhas pretensões acadêmicas pela docência e pesquisa.

Atuei como professora substituta na Faculdade de Psicologia da UFPA, onde ministrei disciplinas relacionadas à área da Psicologia Social, dentre as quais Psicologia e Violência, na qual foi possível discutir e desenvolver atividades relacionadas aos segmentos citados, numa perspectiva transversal de constituição de subjetividade. Além das disciplinas Psicologia e Propaganda, para o curso de Comunicação Social, e Psicologia e Relações Sociais, para o curso de Serviço Social, que se constituíram em espaços privilegiados para debates e inquietações a respeito de temas relacionados aos direitos humanos e, em particular, aos direitos de crianças, adolescentes e jovens, tendo como pano de fundo o modelo de sociedade pautado no consumo e na homogeneização dos sujeitos e da vida, a docilização dos corpos, as políticas públicas, a família, a pobreza, o Estado, a mídia e os especialismos.

Fiz parte da equipe técnica na área da infância e juventude na Fundação da Criança e do Adolescente do Pará (FUNCAP), onde atuei como psicóloga efetiva, por três anos e meio, desenvolvendo atividades relacionadas ao atendimento de adolescentes a quem se atribui autoria de atos infracionais, os chamados adolescentes em conflito com a lei, de acordo com a legislação vigente (Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e Adolescente). Além da intervenção com os adolescentes, prioritariamente, também coordenei projetos de esporte, cultura e lazer, além de coordenar o monitoramento da política de atendimento das crianças abrigadas (de 0 a 06 anos), na mesma instituição.

Tenho essa experiência como um grande acontecimento no meu percurso acadêmico e profissional, pois se constituiu como aprendizado para a vida, e onde vida e política se entrecruzavam em cada canto daquele espaço institucional. Esta também me proporcionou focar meu interesse no que antes estava no campo mais amplo dos direitos humanos. Quando busquei realizar pesquisa de Mestrado no curso de Psicologia na UFPA, foi por acreditar que através da pesquisa sobre “adolescentes”, independentemente do cometimento ou não de atos infracionais, esta possibilitaria problematizar as práticas discursivas direcionadas aos sujeitos que conheci em minha atuação profissional, e dos que existem fora ou para além das celas.

O pedido de exoneração foi inevitável, no momento em que não pude exercer as minhas atividades profissionais e acadêmicas, por impedimento da própria Instituição

de Atendimento a Criança e ao Adolescente, que entendeu que eu não poderia me afastar, sem ônus para os cofres públicos (licença sem vencimento), por dois anos para me dedicar à presente pesquisa, que me é muito cara, e que em termos de estratégia de combate tem se mostrado bastante potente e desafiadora.

A participação no Grupo de Estudos “Transversalizando”, coordenado pela Profa. Dra. Flávia Lemos, no decorrer do processo de inserção no Mestrado, foi de grande importância para o desenvolvimento de meu problema de pesquisa e, fundamentalmente, na escolha da metodologia a ser utilizada, uma vez que seus percursos teóricos e metodológicos, nos estudos de Foucault, são de uma acuidade singular.

Diante do que eu pretendia, com as incursões realizadas e com a experiência profissional em uma Instituição de privação de liberdade para adolescentes, onde os dispositivos disciplinares, os pequenos tribunais, as linhas de fugas se apresentavam cotidianamente, percebi que as ferramentas foucaultianas me seriam indispensáveis para interrogar as práticas discursivas direcionadas aos adolescentes brasileiros.

Tanto no grupo de estudos, quanto como aluna especial do Programa, cursando a disciplina Processo de Subjetivação, História e Política, ministrada pela Profa. Flávia Lemos, pude conhecer e rever conceitos, alguns discutidos à época do Curso de Graduação, mas desta feita de forma sistematizada e com um olhar de quem, de certo modo, vivenciou-os e com uma orientação de quem os dissecou, particularmente no que diz respeito à obra de Foucault.

Como discente do Programa de Mestrado em Psicologia, fui buscar em outras áreas afins, como a Antropologia, estudar e ampliar meu campo de análise. No programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Antropologia) - UFPA cursei a disciplina Tópicos temáticos em Ciências Humanas – Entre crianças e jovens: o olhar (tardio) da Antropologia, ministrada pela Profa. Dra. Angélica Motta-Maués, a qual também me possibilitou vivenciar inquietações e refinamento do meu problema de pesquisa.

Por acreditar e perceber que tais incursões têm contribuído para as minhas pretensões acadêmicas e pela necessidade de pesquisar e debater o meu projeto de pesquisa, me desloquei mais uma vez do meu campo geográfico e subjetivo, saindo de Belém para fazer um intercâmbio na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2010.

Na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) cursei a disciplina “História da Assistência Infância e Adolescência”, ministrada pela Profa. Esther

Arantes, na mesma universidade. Particpei também das atividades presenciais ocorridas no grupo de estudos Produção de Subjetividade e Estratégias de Poder no campo da Infância e da Juventude, coordenado pela Professora Estela Scheinvar. Também cursei, como aluna especial, a disciplina Análise Institucional, ministrada pela Profa. Marisa Rocha, além de participar do Estágio em Psicologia Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), supervisionado pelas Profa. Maria Livia Nascimento e Estela Scheinvar.

Esses espaços coletivos (acadêmicos ou não) e os estudos individuais e com grupos de pessoas com interesses mais específicos têm se constituído como potentes deslocamentos e importante exercício de análise genealógica. Esses encontros têm resultado em produções coletivas que dão sustentação aos estudos sobre pesquisa documental e ao método histórico-genealógico, como a publicada com Lemos, Gomes, Medeiros (2010)¹¹. Assim como possibilitado interlocuções em eventos acadêmicos e profissionais, desenvolvendo trabalhos com discentes e pesquisadores do programa em Psicologia da UFPA¹² e de outros programas, como o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) da UERJ¹³.

Esse deslocamento, da Graduação até o percurso atual, não se deu sem idas e vindas, sem rupturas e construções, por vezes pautadas no dissenso e em lutas cotidianas, não só nos espaços acadêmicos, como também em outros espaços de possibilidade de discussão e problematização de uma sociedade onde os jovens possam ter existências outras e construir resistências aos que insistem em homogeneizá-los. Isso não significa que a heterogeneidade esteja na sua “essência”, já que interrogamos qualquer forma de essência, pois os vemos como potentes devires. Assim como, por acreditar que o processo de produção da escrita, além de máquina de guerra, constitui-se de uma fábrica de afetos e encontros.

Neste sentido, a partir do estudo de Lemos (2007), das discussões em sala de aula e nos grupos de estudos, atentamos para a forma de atuação do UNICEF na política

¹¹ LEMOS, F. S. C.; GOMES, G. S. L.; MEDEIROS, L. G.; SILVA, A. L. S. A análise documental como instrumento estratégico para Michel Foucault. In: PIMENTEL, A.; LEMOS, F. C. S.; FREITAS, R. N. SOUZA, M. R. (Org.). Itinerários de pesquisa em psicologia. Belém: Amazônia, 2010.

¹² Recorte de três séries discursivas a partir do método histórico-genealógico. Resumo estendido em co-autoria com Flávia Lemos (UFPA) publicado nos Anais do **I Seminário Michel Foucault – corpo, sexualidade e direito** em Marília/ SP, 2010.

¹³ Segurança e Biopolítica: a gestão da vida a partir dos relatórios do UNICEF. Trabalho em co-autoria com Estela Scheinvar (UERJ/UFF), publicado nos ANAIS do XI Simpósio Internacional Instituto Humanitas Unisinos (IHU): *O (des)governo biopolítico da vida Humana*. São Leopoldo/RS, 2010.

de atenção e atendimento a infância e juventude no Brasil. Essa agência pauta sua atuação nos tratados internacionais assinados pelo País, na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente, do qual participou, desde a redação até sua aprovação, em 1990, assim como nas modernas teorias do desenvolvimento humano e nas parcerias com entidades governamentais, não governamentais e empresas privadas.

Concomitante à delimitação temática, definimos e utilizamos as ferramentas metodológicas de Foucault, mais particularmente o método histórico-genealógico, visto que este trabalha com pergaminhos embaralhados e a sua articulação com a história efetiva¹⁴ nos permite “reconhecer os acontecimentos da história, seus abalos, suas surpresas, as vacilantes vitórias, as derrotas mal digeridas, que dão conta dos atavismos e das hereditariedades” (FOUCAULT, 1998, p. 19).

Como a ferramenta metodológica baseou-se na perspectiva genealógica, não nos detivemos no método arqueológico, embora saibamos que Foucault não efetuou rupturas radicais que nos levassem a pensar em substituição de métodos, mas sim deslocamentos estratégicos que lhe permitissem situar o discurso fora da tirania dos discursos englobantes e concebesse o poder como exercício, como relação de força. Neste sentido, a pretensão foi tão somente situar de forma objetiva esse deslocamento, essa mudança de estratégia de combate, pois as genealogias são ferramentas de luta.

Para Foucault (2008a) “a arqueologia seria o método próprio da análise das discursividades locais, e a genealogia, a tática que faz intervir, a partir dessas discursividades locais assim descritas, os saberes dessujeitados que daí se desprendem” (FOUCAULT, 2008a, p. 16). Na genealogia, o discurso toma um caráter político, e o ‘corpo político’ do qual Foucault nos fala em *Vigiar e Punir* caracteriza-se como um

[...] conjunto de elementos materiais e de técnicas que servem de armas, de reforço, de vias de comunicação e de pontos de apoio para as relações de poder e de saber que investem os corpos humanos e os submetem fazendo deles objetos de saber (FOUCAULT, 1987, p. 27).

¹⁴ “A história ‘efetiva’ se distingue daquela dos historiadores pelo fato de que ela não se apóia em nenhuma constância: nada no homem – nem mesmo seu corpo – é bastante fixo para compreender outros homens e se reconhecer neles. [...]. A história será ‘efetiva’ na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em seu próprio ser” (FOUCAULT, 1998, p. 27).

Desse modo, os questionamentos que moveram este estudo foram: que práticas do UNICEF incidem sobre os corpos de adolescentes brasileiros, no início do século XXI? Que subjetividades essas práticas produzem? Como objetivam a adolescência? Que relações de poder acionam frente a esses corpos? Que efeitos elas produzem?

De forma geral objetivou-se analisar, de acordo com o método histórico-genealógico de Foucault, as práticas discursivas de poder e subjetivação que objetivam e subjetivam os adolescentes brasileiros e seus efeitos na atualidade, tendo como fonte privilegiada o relatório “Situação da Adolescência Brasileira”, produzido pelo UNICEF, em 2002.

Este estudo tem a seguinte disposição: no capítulo I apresentamos o aporte teórico e metodológico que fundamentaram as problematizações e as análises aqui realizadas, denominado de I- A Genealogia e a dispersão dos Acontecimentos. Este se subdivide em: I. 1- poder-saber, que aborda a articulação entre estes campos; I. 2- A genealogia e o uso dos documentos, que aborda a pesquisa documental na perspectiva foucaultiana; I. 3- O UNICEF e a desmontagem do documento, que aborda a entrada e atuação da agência no Brasil e, por último, I. 3.1- que trata do experimentar genealógico e do relatório estudado e recortado: a escolha deste, a descrição, os parceiros, a sua montagem e desmontagem.

No capítulo II, utilizamos as categorias analíticas de governamentalidade e biopolítica para pensar e problematizar o governo das populações e a gestão dos corpos.

Os capítulos seguintes, III e IV, abordam a emergência do objeto adolescente e as políticas públicas direcionadas a estes.

O capítulo V compõe-se das análises das séries discursivas recortadas do relatório: educação, família, risco, saúde, profissionalização, desenvolvimento humano e sujeito de direitos.

Seguem-se, posteriormente, as interrogações finais. Nelas, são apontadas as contribuições da pesquisa, os afetos provocados, os limites e perspectivas.

CAPÍTULO I- A GENEALOGIA E A DISPERSÃO DOS ACONTECIMENTOS

I. 1- Saber-Poder

Como interrogar as práticas de poder-saber do UNICEF direcionadas aos sujeitos identificados como adolescentes no Brasil? Por onde começar esse primeiro capítulo?

Tomo o capítulo I, denominado “O Corpo dos Condenados” de livro *Vigiar e Punir* de Foucault (1987b), para começar a pensar as práticas de uma forma geral e, posteriormente, no decorrer do presente trabalho, interrogar as práticas do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Nele, Foucault discute, a um só tempo, estilos diferenciados de punição que nos ajudam a pensar o que dá sustentabilidade e legitimidade a determinadas práticas punitivas, por exemplo, ao longo da história das prisões.

A escolha da obra não se deu em função do objeto estudado por Foucault, mas em função do método por ele empregado para interrogar as práticas ali muito bem descritas e datadas.

Nesse texto, o autor nos apresenta o ritual do suplicado Damiens, condenado no dia 02 de março de 1757, a pedir perdão publicamente para, em seguida, ser esquartejado e queimado. Apresenta também o regulamento a ser cumprido na “Casa dos jovens detentos em Paris”, escrito por Léon Faucher, desde o primeiro rufar dos tambores até a oração da noite, sempre na mesma sequência: levantar, trabalhar, realizar as refeições, ir para a escola e recolher-se.

[...] Depois desses suplícios, Damiens, que gritava muito sem, contudo blasfemar levantava a cabeça e se olhava; o mesmo carrasco tirou com uma colher de ferro do caldeirão daquela droga fervente e derramou-a fartamente sobre cada ferida [...] (FOUCAULT, 1987b, p. 09).

[...]. Art. 27. Às sete horas no verão, às oito horas no inverno, termina o trabalho; faz-se uma última distribuição de pão nas oficinas. Uma leitura de um quarto de hora, tendo por objetivo algumas noções instrutivas ou algum fato comovente, é feita por um detento ou algum vigia, seguida pela oração da noite (FOUCAULT, 1987b, p. 11).

Realizar uma análise histórica de determinadas práticas ou da “invenção” de certos objetos é, acima de tudo, buscar ou investigar as possibilidades de emergência

destas práticas na própria história. Parece redundante essa afirmação? Então o que dizer das práticas do suplício, no início do século XVIII, que aos olhos do século XXI, caracterizam-se como algo desumano? Para Foucault (1987b), três décadas “separam” a prática do suplício, da utilização do tempo na França do século XVIII. O que pode ter ocorrido, em tão pouco tempo, para que nós nos tornássemos “mais humanos”?

Realiza-se aqui uma discussão a respeito da articulação entre poder-saber. De que forma e como esses campos se articulam, se constituem, se compõem e se contrapõem e produzem determinados efeitos.

Para Veyne (2008), não há possibilidade de se buscar a causa de um dado objeto, fora do campo de relação que se estabeleceu ou se estabelece com este. “Os objetos parecem determinar nossa conduta, mas primeiramente nossa prática determina esses objetos” (VEYNE, 2008, p. 249). Com essa afirmação, Veyne também revolucionou a história, quando abordou em seu texto, seguindo as pistas foucaultianas, a inversão do que parecia em conformidade, apresentando-nos as positivamente do poder em termos de produção de subjetividades, de construção de saberes e desnaturalizando as pretensas obviedades. “É preciso desviar os olhos dos objetos naturais para se perceber certa prática, muito bem datada, que os objetivou sob um aspecto datado com ela” (VEYNE, 2008, p. 243).

Em *Foucault revoluciona a história*, Veyne (2008) nos apresenta a maneira desconcertante de Foucault interrogar os chamados fatos históricos, quando afirma que para Foucault, estes são arbitrários, mesmo aqueles pretensamente humanitários ou humanísticos. Estes são raros, não são óbvios, “não estão instalados na plenitude da razão, há um vazio em torno deles para outros fatos que o nosso saber nem imagina” (VEYNE, 2008, p. 329). Por conta disso devem ser tratados como raridades, exigem paciência, não carecem de pressa por respostas prontas e sequenciais, nem tão pouco, começos memoráveis, pois o que se tem no começo é o disparate.

O que dizer do desprestígio e substituição do suplício em praça pública, por procedimentos mais “humanizados”, *Na Colônia Penal*, descritos por Kafka, por exemplo? Que mudanças ou acontecimentos na história fizeram com que não mais se admirasse a prática do suplício?

- Ah, como as execuções eram diferentes em outros tempos!

Um dia antes da execução o vale já estava cheio de pessoas; todas vinham assistir; cedo pela manhã o comandante aparecia com as mulheres; fanfarras

acordavam todo o acampamento [...]; esta pilha de cadeiras de palha é um triste resquício daquela época (KAFKA, 2009, p.101).

Neste caso, para além do objeto “condenado” ou “criminoso”, existem as práticas que lhes são direcionadas e que os objetivam como tal. É dessa forma que Veyne (2008) recomenda que partamos antes das práticas, e que estas não se constituem como uma instância misteriosa, mas sim o que fazem as pessoas, o que praticam literalmente. Nesse sentido, “partamos antes, dessa própria prática, de tal modo que o objeto ao qual ela se aplique só seja o que é relativamente a ela” (p. 249). Nesse sentido, que é a “loucura”, a “adolescência”, o “criminoso”, o “menor”, o “adolescente infrator”, se não o conjunto de práticas que lhe dá sustentação e legitimidade, como objetos que emergem como naturais, como problema, como questão ou como invenção em um dado período histórico?

[...] Temos que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relação de poder (FOUCAULT, 1987b, p. 27).

Com esta afirmação, Foucault (1987b) chama a nossa atenção para a produção do poder, ou das relações de poder. O poder produz saber, produz até os próprios indivíduos, dirá em outro momento¹⁵. Sob as lentes de Foucault, poder-saber estão tão imbricados que dificilmente conseguimos dissociá-los. “O exercício do poder cria perpetuamente saber, e inversamente, o saber acarreta efeitos de poder [...] Não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder” (FOUCAULT, 1998, p. 142).

Esses (poderes-saberes) é que dão sustentação a determinadas práticas em um dado tempo-espço e que, por conseguinte, produzem regimes de verdades a respeito de determinados seguimentos ou acontecimentos. Como exemplo, podemos citar os estudos de Foucault no *Collège de France* (1975) sobre *Os anormais*, e as práticas

¹⁵ POL-DROIT, R. Michel Foucault Entrevistas. São Paulo: Graal, 2006.

médicas, jurídicas e institucionais como um todo, que vão ser dirigidas ao desviante sexual do século XVIII ou anormal do século XIX, com fins de sua correção.

Foucault (2008d), nesse curso assinala que o monstro, o incorrigível e o masturbador, passam a compor a figura do anormal só no início do século XIX, pois antes, até o fim do século XVIII, estes eram vistos de formas dissociadas e as práticas dirigidas a essas três figuras também. Ao surgimento articulado, imbricado destas, Foucault denominou de genealogia da anomalia humana ou genealogia dos indivíduos normais, afirma que esta “se formará quando houver sido estabelecida uma rede regular de saber e de poder que reunirá, ou em todo caso investirá, de acordo com o mesmo sistema de regularidades, essas três figuras” (FOUCAULT, 2008d, p. 76).

Segundo Ewald (1993), o que Foucault pretendia com a crítica à produção de verdades, seja sobre as prisões, a sexualidade ou a loucura, era problematizar as verdades produzidas a respeito de questões que nos são tão caras, lutar contra a sua economia política, sua forma de hegemonia, e dessa forma, construir uma nova política da verdade, fazer novos questionamentos a velhas certezas. Foucault nos convoca a renunciar e tensionar as sedutoras profecias e derrubar nossas confortáveis convicções sobre determinados temas ou seguimento social. “O problema não é mudar a consciência das pessoas ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional, da produção da verdade” (EWALD, 1993, p. 16).

O que nos levou a pensar, por exemplo, que a adolescência é definida pela “maturidade sexual”? Ou, que a saída da “fase” da puberdade marca a entrada na “fase” da adolescência?¹⁶ Quem define o que é a adolescência?

O método empreendido em *Vigiar e Punir* “coloca especificamente o problema do poder e do corpo (dos corpos), coloca os problemas a partir da tomada de poder sobre os corpos” (EWALD, 1993, p. 20). Método este que lhe permite problematizar o processo de naturalização dos objetos, que buscam não a essência destes, mas sim, as práticas que lhe dão sustentação. Desse modo, Lemos e Cardoso Jr. (2009) enfatizam que “para Foucault, não haveria um objeto completamente original, mas somente práticas de objetivação e, de modo imanente, de subjetivação” (LEMOS e CARDOSO Jr., 2009, p. 355). O exercício das relações de poder produz saber, concomitantes com a produção de práticas, que por seu turno, são correlatas de práticas vizinhas. Os autores

¹⁶ Esses questionamentos fazem parte das análises do relatório estudado (desmontado) no capítulo sobre a série desenvolvimento humano desta dissertação.

referem que há um movimento constante que move esse tabuleiro e engendra novos sentidos e que “o saber é forma que opera por visibilidade e dizibilidade, e o poder é força que se exerce enquanto estratégia molecular sempre em relação com outras forças”.

Foi com essa ferramenta metodológica de Foucault, a genealogia, que cortamos e interrogamos o relatório “Situação da Adolescência Brasileira” produzido pelo UNICEF em 2002. Contamos como o auxílio de leitores e comentadores, como Fonseca (2003, 2008), Machado (1988 e 2006), Rago (1995), Veyne (2008), Castro (2009), Lemos (2007 e 2009), Alburquerque Jr. (2007), Cardoso Jr. (2009 e 2010) e Ewald (1993). Este último nos indaga e nos apresenta preciosas pistas a respeito da mudança de perspectiva metodológica de Foucault. Pergunta ele:

[...] o que é que Foucault nos ensina, precisamente? Que já não é possível separar a verdade dos processos de saber como processos de poder. Que não há, portanto verdade(s) independente(s) das relações de poder que a(s) sustentam e que ao mesmo tempo ela (s) reconduz (em) e reforça(m), que não há verdade sem política da verdade, que toda a afirmação de verdade é indissolivelmente peça, arma ou instrumento no interior das relações de poder (EWALD, 1993, p. 21).

Para Machado (2006), livros como *Vigiar e Punir* e *História da Sexualidade I* constituem-se como uma mutação em termos de método de análise, onde a questão do poder assume uma posição de destaque para a constituição dos saberes. O autor cita algumas passagens destas obras que nos auxiliam e nos permitem situar de forma objetiva o que se considerou nesta pesquisa como genealogia, ou método histórico-genealógico, em uma perspectiva foucaultiana e, dessa forma, abordar a produção do poder a partir da constituição dos saberes que lhe dão sustentação. Vale lembrar que para Machado “a genealogia é uma análise histórica das condições políticas de possibilidade dos discursos” (MACHADO, 2006, p. 167). Em *Vigiar e Punir*, Foucault (1987b) nos apresenta a obra e seu método.

O objetivo deste livro: uma história correlativa da alma moderna e de um novo poder de julgar; uma genealogia do atual complexo científico-judiciário onde o poder de punir se apoia, recebe suas justificações e suas regras, estende seus efeitos e mascara sua exorbitante singularidade (FOUCAULT, 1987b, p. 23).

Em *História da Sexualidade I*, Foucault (1988) assinala que, se antes as tecnologias de poder que caracterizavam as disciplinas, centraram-se no corpo como máquina, a partir do século XVIII, estas centraram-se no corpo-espécie. “As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (FOUCAULT, 1988, p. 152). Destaca, ainda, que “sobre esse pano de fundo, pode-se compreender a importância assumida pelo sexo como foco de disputa política” (FOUCAULT, 1988, p. 158). Os saberes produzidos em torno da sexualidade, do corpo, e das regulações da população, inquietaram Foucault e o levaram a investigar as condições históricas destes e verificar que a sua constituição não se dá fora de disputas políticas, fora de relações de poder.

No curso *Em Defesa da Sociedade* no *Collège de France*, Foucault apresenta algumas inquietações a respeito de suas pesquisas, de seu método e até mesmo da sua relação com os seus alunos. O autor faz, na aula de 07 de janeiro de 1976, uma espécie de balanço de suas pesquisas e uma autocrítica do que e da forma como vinha conduzindo-as. Temos aí algumas possibilidades para pensar na “passagem” do método arqueológico para o método genealógico. O autor relata que se sentia um pouco como:

[...] um cachalote que salta por cima da superfície da água, deixando nela um pequeno rastro provisório de espumas, e que deixa acreditar, faz acreditar, ou quer acreditar, ou talvez ele acredite efetivamente, que embaixo, onde não o vemos mais, onde não é mais percebido nem controlado por ninguém, ele segue uma trajetória profunda, coerente e refletida (FOUCAULT, 2008a, p. 07).

Machado (1998) traduziu cachalote por boto em sua *Microfísica do Poder*. O caráter provisório e descontínuo do saber caracterizou-se como um dos aspectos do método da arqueologia e que Foucault passa a questionar no seu afã de pensar o tempo presente, de atentar para as mudanças nas relações de forças. Porém, este estado provisório e descontínuo do saber não deixa de se constituir como um ponto de articulação, na constituição de seu “novo” método de trabalho, centrado nos efeitos das relações poder-saber, na luta dos saberes sujeitados. É disso que a genealogia vai se ocupar, identificada por ele próprio, como anticiência. Isto não significa apologia, ignorância ou não-saber, trata-se da insurreição dos saberes, pois há de se problematizar também, o estatuto do que vem a ser a própria ciência.

E exatamente contra os efeitos de poder próprios de um discurso considerado científico que a genealogia deve travar combate [...] A genealogia seria, pois, relativamente ao projeto de uma inserção dos saberes na hierarquia do poder próprio da ciência, uma espécie de empreendimento para dessujeitar os saberes históricos e torna-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico (FOUCAULT, 2008a, p. 14-15).

I. 2- A Genealogia e o uso dos Documentos

As ferramentas metodológicas de Foucault nos possibilitam marcar a singularidade dos acontecimentos, nos auxiliam a realizar a história do presente, diagnosticar o que estamos fazendo com o nosso tempo e quais os efeitos das práticas discursivas, nos modos de ser e estar de determinados segmentos da sociedade e, no caso desta pesquisa, dos adolescentes que “habitam” os documentos do UNICEF. Que existências lhes são conferidas? Quais as séries que os compõem? Que discursos lhes são autorizados e desautorizados? Qual a ordem desses discursos? Essas foram algumas perguntas feitas ao documento analisado para os fins (objetivos) desta investigação.

Nessa perspectiva, não se pretendeu buscar, com esta pesquisa, uma suposta identidade primeira de adolescentes brasileiros, sua “essência”, tendo em vista que a genealogia não está preocupada com a origem dos acontecimentos; esta procura “manter o que se passou na dispersão que lhe é própria, com o propósito de descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existe a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente” (FOUCAULT, 1998, p. 21).

Partiu-se da premissa de que não há um evento primeiro ou causa única de um determinado acontecimento, já que, no campo da História, numa perspectiva foucaultiana, os acontecimentos são sempre singulares e esse processo é sempre inacabado.

A causa de um evento é simplesmente um outro evento que antecede aquele na ordem do tempo. Por conseguinte, a causa deve ser ela própria um acontecimento tão possível de explicação quanto seu conseqüente (VEYNE, 1998, p. 69).

Alguns autores, como Cardoso Júnior (2005), Rago (2008), Lemos e Cardoso Júnior (2008), Fonseca (2008), Rodrigues (2008), César (2008), Lobo (2008), Machado (2006), Albuquerque Júnior, Veiga-Neto e Souza Filho (2008), Veiga-Neto (2007), Arantes (2009), Portocarrero, (2008; 2009), têm trabalhado com o método

genealógico como ferramenta para problematizar as pretensas continuidades e descontinuidades, e realizar a história do presente, utilizando o saber, não para compreender, mas para cortar.

Foi pensando com e a partir desses autores que fizemos uso da caixa de ferramentas de Foucault, a fim de interrogar o documento examinado nesta pesquisa, com a concepção de que a genealogia “percorre o engendramento de uma determinada singularidade, acentuando as relações de poder que determinam a sua constituição, a fim de reparar de que modo estas singularidades modelam o presente” (FONSECA, 2008, p. 250).

Ao adotarmos essa perspectiva, não almejamos assumir uma posição messiânica e salvacionista dos jovens que circulam nesses arquivos, uma vez que entendemos, tal como Veiga-Neto (2007a, p. 26), que, “se quisermos um mundo melhor, teremos de inventá-lo, já sabendo que conforme vamos nos deslocando para ele, ele vai mudando de lugar”. Ainda assim, será que o mundo que estamos inventando será melhor? Há como comparar? Na realidade, somente se poderia, se houvesse alguma constante e/ou invariante. Na genealogia, não se postulam causas nem entes imutáveis.

A análise genealógica do discurso postula Foucault (1996a, p. 69-70), “procura apreendê-lo em seu poder de afirmação, e por aí entendemos não um poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderiam afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas”.

A genealogia é cinza, argumenta Foucault (1998), foge a qualquer dicotomização, não busca identidades – mas disparates, desvios, dispersão, acidentes. Para tal feito, há de se ter paciência, e necessita de um número considerado de documentos, “ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados várias vezes reescritos” (FOUCAULT, 1998, p. 15).

Le Goff (2003) concebe o documento como monumento e, como tal, afirma o autor, este deve ser des-estruturado, des-montado. Nessa perspectiva, este não é algo estático, objetivo, inocente, quiçá natural. Assim como, para Foucault (1998, p. 21), a pesquisa de proveniência “não funda, muito pelo contrário: ela agita o que se percebia imóvel, ela fragmenta o que se pensava unido; ela mostra a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo”

Cabe ao genealogista desarticular essa ordenação em que foram postos os acontecimentos/sujeitos, seja pela impossibilidade de sua preservação social e pessoal,

seja pelo fato de serem considerados indignos de possuírem história, os infames da história, como diria Foucault (1994).

Dessa forma, o método histórico-genealógico nos possibilita fazer a crítica aos essencialismos e aos regimes de verdade produzidos historicamente sobre “a” adolescência e, dessa maneira, apontar os deslocamentos, os campos de forças, os abalos, as quebras presentes nos arquivos. “Demarcar os acidentes, os ínfimos desvios ou ao contrário as inversões” (FOUCAULT, 1998, p. 21).

O trabalho com documentos e arquivos não deixa de ser uma atividade artesanal, como assinala Salomon (2008). Pretendeu-se assim experienciar/experimentar o “sabor dos arquivos”, utilizando a expressão de Farge (2009) e pensando que o arquivo “é antes de tudo, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o surgimento dos enunciados como acontecimentos singulares. O arquivo é, em outras palavras, o sistema das condições históricas de possibilidade dos enunciados.” (FOUCAULT, *apud* CASTRO, 2009, p. 43).

Castro (2008) chama a atenção para a visão ingênua que, muitas vezes, os estudiosos que empregam documentos como fonte de pesquisa têm, quando não os vêem como produto de uma seleção ordenada, “organizado e preservado seguindo determinada lógica, e disponibilizado de acordo com alguns critérios” (CASTRO, 2008, p. 8). Desse modo, para o autor, toda preservação é seletiva e envolve disputas.

Em decorrência destes postulados, priorizamos nesta pesquisa, o estudo da história em uma perspectiva genealógica, entendendo esta como um campo de relações de forças, e não somente com “possuidora” de verdades balizadas, via de regra, por documentos montados em um determinado período. Desta feita, não há “a” história, mas sim as histórias, assim como não há “a” verdade, “a” infância, “a” adolescência, e o próprio sujeito.

A história genealógica dirigida “não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstinar em dissipá-la; ela não pretende demarcar o território único de onde nós viemos [...]; ela pretende fazer aparecer todas as discontinuidades que nos atravessam” (FOUCAULT, 1998, p. 35). É dessa forma que a genealogia não busca a origem de nenhum objeto, não está preocupada em fazer acareações, mas sim em manter a dispersão, riscando e reescrevendo quantas vezes forem necessárias o saber e nosso próprio ser, pois a verdade e o ser não lhe parecem interessantes, mas sim a exterioridade do acidente.

I. 3- O UNICEF e a desmontagem do documento

As práticas de organismos de direitos humanos internacionais de cunho multilateral ganham uma importância significativa, no cenário de mundialização, na atualidade. O caso específico das intervenções do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), ligado ao sistema Nações Unidas (ONU), vem sendo alvo de pesquisas por meio de suas práticas de “proteção” de crianças e adolescentes brasileiros, pois este vem atuando, no Brasil, desde a Segunda Guerra Mundial, conforme salientam Lopes e Casarões (2009); Lemos (2007); Ugá (2004); dentre outros que têm desenvolvido estudos sobre a atuação mundial desses organismos, analisando e problematizando sobretudo a tríade autoridade, poder e coerção, além das categorias segurança, política, pobreza, território, população, infância e adolescência¹⁷.

Estudar as atuações direcionadas aos adolescentes, no Brasil, de organismos internacionais, tais como o UNICEF, é fundamental neste momento em que as cooperações bilaterais e multilaterais se ampliam, com a globalização da economia, da cultura e a internacionalização dos direitos humanos.

No bojo desse processo de internacionalização dos direitos humanos, que tem como marco fundamental a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), as liberdades e garantias deixaram de ser assunto de interesse exclusivamente de cada Estado e passaram a ser de domínio e interesse público e a constar na agenda internacional, conforme proclamado na Assembléia Geral das Nações Unidas, quando da sua promulgação:

A presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforcem, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos

¹⁷ LOPES, D. B.; CASARÕES, G. S. P. ONU e Segurança Coletiva no Século XXI. Tensões entre Autoridade Política e Exercício Efetivo da Coerção. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol. 31, nº 1, p. 09-48, janeiro/abril, 2009.

UGÁ, V. D. A categoria “pobreza” nas formulações de Política social do Banco Mundial. **Rev. Sociologia Política**, Curitiba. Vol.23, p. 55-62, nov. 2004.

LEMOS, F. C. S. **Crianças e Adolescentes entre a norma e a lei**: uma análise foucaultiana. 2007. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Assis-SP, 2007.

OLIVEIRA, S. Tolerância e conquista: alguns itinerários na Declaração Universal dos Direitos Humanos. **VERVE**: Revista Semestral do NU-SOL - Núcleo de Sociabilidade Libertária/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP. Nº 9, 150-168, 2006.

dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição (SDH, 2008, p. 11).

Para Dornelles (2004), a internacionalização da preocupação com os direitos humanos resultou em inúmeros tratados internacionais, pactos, convenções, dentre outros instrumentos de proteção, fiscalização e controle das violações, defendendo o prévio reconhecimento do ser humano como sujeito de direito. “A universalização do tema dos direitos humanos é um fenômeno da nossa época, que acompanha o desenvolvimento da política internacional, da economia globalizada e a evolução jurídica da matéria através do direito internacional” (DORNELLES, 2004, p. 181).

Para além da garantia dos direitos humanos, há de se sustentar a sua não hierarquização e a sobreposição de um ao outro, como postulam alguns teóricos (MARSHALL, *apud* CARVALHO, 2008), que os dividem linearmente em direitos de 1ª geração, que são os direitos civis; direitos de 2ª geração, que são os direitos políticos; e, finalmente, direitos de 3ª geração, que são os direitos sociais. Conforme Carvalho, o “ponto de chegada, o ideal da cidadania plena, pode ser semelhante, pelo menos na tradição ocidental dentro do que nos movemos. Mas os caminhos são distintos e nem sempre seguem linha reta. Pode haver também desvios e retrocessos, não previstos por Marshall” (CARVALHO, 2008, p. 11).

O UNICEF compõe o sistema ONU, organização internacional, fundada após a Segunda Guerra Mundial com o objetivo de “manter a paz e a segurança no mundo, fomentar relações cordiais entre as nações, promover progresso social, melhores padrões de vida e direitos humanos”¹⁸.

O UNICEF foi criado durante a primeira sessão da ONU, mais precisamente no dia 11 de dezembro de 1946, por decisão unânime da Assembleia Geral. Os primeiros programas forneceram assistência emergencial a milhões de crianças no período pós-guerra na Europa, no Oriente Médio e na China¹⁹.

Para além de pensar a emergência do UNICEF, com sua missão de paz no pós-Segunda Guerra Mundial, faz-se necessário pensar a própria guerra, ou as práticas de guerra, as relações de forças presentes no interior e exterior das batalhas.

Costuma-se pensar a guerra tão somente com a entrada em cena, de tanques, bombas, “heróis”, “inimigos”. Não estamos em guerra constantemente mesmo quando afirmamos que estamos em paz? As relações de poder, não são relações de

¹⁸ http://www.onu-brasil.org.br/conheca_onu.php. Acesso em 24/02/2011.

¹⁹ <http://www.unicef.org.br/>. Acesso em 24/02/11.

enfrentamento, de lutas, de forças, de guerra? Como pensar a paz, as leis, o direito, sem pensar no sangue e na lama das batalhas?

Foucault (2008a) nos ajuda a elucidar estas questões quando aborda no curso *Em Defesa da Sociedade* de 1976, a passagem do que chamou de “guerra privada”, existente no período medieval, para uma guerra mais técnica e profissional controlada pelo aparelho militar. É nesse contexto que o autor afirma o surgimento de um novo discurso sobre a guerra, entendida como relação social permanente, como fundamento das relações sociais. A este discurso o autor denominou de: discurso histórico-político.

Discurso este formulado e constituído entre os séculos XVI com o fim das guerras civis e religiosas e início do século XVII, quando da Revolução burguesa inglesa em diante. Este desnaturaliza a lei, pois esta, a lei, não é sinônimo de pacificação, sob esta a guerra continua a popular.

A guerra é que é o motor das instituições e da ordem: a paz, na menor das suas engrenagens, faz surdamente a guerra. Em outras palavras, cumpre decifrar a guerra sob a paz: a guerra é cifra mesma da paz. Portanto, estamos em guerra uns contra os outros; uma frente de batalha perpassa a sociedade inteira, contínua e permanentemente, e é essa frente de batalha que coloca cada um de nós num campo ou no outro (FOUCAULT, 2008a, p. 59).

É sob esta perspectiva e concordando com Foucault, quando afirma que o poder político não começa quando cessa a guerra e que a política é a guerra continuada por outros meios, é que se buscou situar a “entrada” do UNICEF no Brasil, pensando a lei não como obra da natureza, mas sim situada nas batalhas reais, e como os acordos de paz trazem em seus fundamentos uma frente de batalha perpétua. Buscou-se uma análise por baixo. “A explicação por baixo é também uma explicação pelo mais confuso, pelo mais obscuro, pelo mais desordenado, o mais condenado ao acaso” (FOUCAULT, 2008a, p. 63).

Os artigos abaixo, da Carta das Nações Unidas, assinados em 26 de junho de 1945, evidenciam as afirmações de Foucault (2008a, p. 59) sobre a articulação entre a guerra e a paz: “a guerra é a cifra mesmo da paz”. O artigo 1º do capítulo I, dos propósitos e princípios, estabelece:²⁰

²⁰ <http://www.unicef.org.br/>. Acesso em 28/02/11.

1. Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz; 2. Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal; 3. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião; e 4. Ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns.

Já os artigos 4º, 5º e 6º do capítulo II, referentes aos seus membros, destacam que:

Artigo 4 – 1. A admissão como Membro das Nações Unidas fica aberta a todos os Estados amantes da paz que aceitarem as obrigações contidas na presente Carta e que, a juízo da Organização, estiverem aptos e dispostos a cumprir tais obrigações. 2. A admissão de qualquer desses Estados como Membros das Nações Unidas será efetuada por decisão da Assembléia Geral, mediante recomendação do Conselho de Segurança.

Artigo 5 – O Membro das Nações Unidas, contra o qual for levada a efeito ação preventiva ou coercitiva por parte do Conselho de Segurança, poderá ser suspenso do exercício dos direitos e privilégios de Membro pela Assembléia Geral, mediante recomendação do Conselho de Segurança. O exercício desses direitos e privilégios poderá ser restabelecido pelo conselho de Segurança.

Artigo 6 – O Membro das Nações Unidas que houver violado persistentemente os Princípios contidos na presente Carta, poderá ser expulso da Organização pela Assembléia Geral mediante recomendação do Conselho de Segurança.

Percebe-se uma preocupação em garantir a paz por meio de mecanismos de segurança, e esta busca por harmonia²¹ ao que tudo indica não se dá, necessariamente ou tão somente, por conta do horror que foi a dizimação de populações inteiras quando da ocorrência das duas grandes guerras registradas pela história oficial, mas sim, como

²¹. Preâmbulo da Carta das Nações Unidas: “praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição dos métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum, a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos”. <http://www.unicef.org.br/>. Acesso em 28/02/11.

forma de eleger um inimigo externo, ou mesmo uma raça. Uma estratégia de conservação de um grupo social.

O conteúdo da carta parece ir ao encontro do que Foucault denominou de discurso biológico-racista, quando menciona a teoria da guerra social que se desenvolve nos primeiros anos do século XIX, mas que já se manifestava desde o século XVII. Um discurso de luta das raças, pautado na normalização das sociedades e que culminou com o chamado racismo de Estado no século XX, cujo lema era: “temos de nos defender contra todos os perigos biológicos dessa outra raça, dessa sub-raça, dessa contra raça que estamos, sem querer, constituindo” (FOUCAULT, 2008a, p. 73).

No Brasil, o UNICEF, enquanto agência reguladora tem influenciado diretamente nas políticas voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes, pautando a estruturação dos modos de proteger essa clientela, por exemplo, por meio de Tratados Internacionais assinados pelo Brasil, na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente, do qual participou, desde a sua redação até a sua aprovação, em 1990. Além da proteção, cuidado e prevenção dos riscos, tem sido fundamental o trabalho desta agência na formulação e disseminação das teorias do desenvolvimento humano, definidoras da adolescência como “fase”, “período”, “fronteira” necessitando de cuidados, proteção e compromisso com *o futuro do país*, para não cair em “crises” e “desajustes” – como aponta o relatório Situação da Adolescência Brasileira (SAB), produzido em 2002, analisado nesta pesquisa.

Dessa forma, tem tido um papel preponderante nas políticas voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes brasileiros, através de intervenção nas políticas públicas voltadas para esse segmento da sociedade, de publicação de cartilhas, relatórios e estudos que ajudam o governo na árdua tarefa das análises estatísticas de controle e segurança da população.

A atuação dessa agência, desde a sua implantação oficial, em 1950, quando foi instalado o primeiro escritório no Brasil, vai desde os cuidados mais elementares, já na gestação, até a “escolha” de uma profissão, universidade ou atividade sociocultural de crianças e jovens de norte a sul do país, estabelecendo uma série de recomendações aos gestores e operando como fiscais, no cumprimento das metas estabelecidas conjuntamente com estes.

Participa ainda da implantação de projetos e ações voltados para o atendimento de adolescentes, a quem se atribui a autoria de atos infracionais, com lançamentos de

selos, campanhas ecológicas e concursos de “boas práticas”, definindo prioridades, metas e metodologias de trabalho àqueles que almejam ter a marca dessa agência²².

Nessa perspectiva, o UNICEF opera intensa pressão política sobre o Brasil, para que este se responsabilize pela implementação de um sistema de atenção à criança e ao adolescente, previsto em leis nacionais, promulgadas após a abertura política, e pelo cumprimento de metas de tratados internacionais ratificados pelo país, assim como participa ativamente de todas as discussões que têm como pauta a criança e o adolescente de norte a sul, como o Encontro de Governadores das regiões brasileiras, realizado no Estado do Pará, assumindo, assim, uma postura intervencionista na política de atendimento a esse segmento da população.

Em seu discurso no “Fórum de Governadores da Amazônia”, realizado em 30 de maio de 2008 em Belém/PA, a representando do UNICEF no Brasil, Sra. Marie-Pierre após o seu pronunciamento, convidou “cada um dos senhores governadores e a senhora governadora para assinar o Termo de Compromisso da Agenda Criança Amazônia, fazendo dos direitos da criança um dos pontos de consenso deste fórum”.²³

No bojo e como partícipes da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, está o UNICEF, que também faz recomendações a vários países como no caso do Brasil, atuando como instância reguladora entre o Estado, a iniciativa privada e às ONG’s, em nome da proteção de crianças e jovens, assumindo uma posição por vezes salvacionista deste segmento da população.

Este se constitui como um mediador entre o poder público, a iniciativa privada e as ONG’s; na promoção, implementação e construção de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes nas áreas da saúde, educação, profissionalização, medidas sócio-educativas, esporte, cultura e lazer. No relatório SAB, afirma que “a promoção e garantia dos direitos dos adolescentes, *além* de assegurar-lhes uma vida melhor, representa um investimento no *próprio País* e uma oportunidade de construir um mundo melhor pra todos” (UNICEF, 2002, p. 69. - *grifo da autora*).

²² “Os municípios que apresentarem avanços consistentes, segundo a metodologia de avaliação desenvolvida pelo UNICEF, receberão o Selo UNICEF Município Aprovado, que é um reconhecimento internacional às conquistas na garantia e proteção dos direitos da infância e adolescência”. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/overview_9489.htm. Acesso em: 30 de novembro de 2009.

²³ Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/discurso_mpp_30508.pdf. Acesso em: 10/11/2008.

I. 3.1- O experimental genealógico e a *Situação da Adolescência Brasileira* reescrita

Sempre me considerei paciente, quando percebi que a pesquisa com documentos, e em particular a genealogia, de acordo com Foucault (1998) é um exercício parcimonioso e, por vezes, cinza, me vi genealogista. Passei a refletir sobre essa aproximação e esse processo de identificação com o método. Temos feito este exercício em nossas pesquisas e em nossas vidas. Farge refere que o trabalho com arquivos exige do leitor muita paciência, “realizam-se sem pressa, obrigatoriamente sem pressa; não será demais dizer a que ponto o trabalho em arquivo é lento, e o quanto essa lentidão das mãos e do espírito pode ser criativa” (FARGE, 2009, p. 59).

O encontro com o documento escolhido e com a orientadora desta pesquisa foi algo que permeou todo o percurso desta dissertação. O documento passou a ter um sentido particular, se antes ele passava despercebido ou admirado, a partir do momento que se definiu este como fonte primária e posteriormente como fonte privilegiada para abordar os modos de objetivação e subjetivação de adolescentes brasileiros, ele se fez presente em vários espaços, discursos, lugares. Isso não quer dizer que ele estava ali a esperar um intelectual ativo que tudo percebe e que percebeu a sua “pré-existência”. Para Albuquerque JR, leitor de Foucault, “a forma que os objetos históricos adquirem, só pode ser explicada pela própria história” (ALBURQUEQUE Jr., 2007, p. 151) e é o próprio Foucault quem diz que este “só existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações” (FOUCAULT, 1987a, p. 51).

Neste sentido, este passou a ser desmontado e interrogado, sempre com a preocupação e precaução de não fazer uma história do verdadeiro ou do falso, de querer buscar a gênese das verdades ou a memória dos erros.

O arquivo é excesso de sentido quando aquele que o lê sente a beleza, o assombro e um certo abalo emocional. Esse lugar é secreto, diferente para cada um, porém, em todo itinerário ocorrem encontros que facilitam o acesso a ele e, sobretudo, à sua expressão (FARGE, 2009, p. 36).

Em um primeiro momento, tentei guiá-lo, mas essa tentativa logo se mostrou inviável e mesmo incompatível com um projeto genealógico de pensar a história das práticas discursivas do UNICEF sobre a *situação da adolescência brasileira*. Posteriormente, deixei que me guiasse, tomei o documento como uma trilha e deixei que me dissesse por e para onde ir e tomei a liberdade de ir e voltar quantas vezes

fossem necessárias; marcando as suas continuidades e descontinuidades, seus abalos, seus disparates. “A genealogia não pretende recuar no tempo para restabelecer uma grande continuidade para além da dispersão do esquecimento; sua tarefa não é a de mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente” (FOUCAULT, 1998, p. 21).

Essa empreitada exige do pesquisador estar atento para as continuidades e descontinuidades, os acasos, os desvios, os acidentes e também para os que “não” entraram para a história, mas que, tal com o personagem de Carlos Drummond de Andrade²⁴, se fez presente na *Quadrilha*.

João que amava Teresa, que amava Raimundo, que amava Maria que amava Joaquim, que amava Lili, que não amava ninguém.

João foi para os Estados Unidos, Teresa para o convento, Raimundo morreu de desastre, Maria ficou para tia, Joaquim suicidou-se e Lili casou com J. Pinto Fernandes que não tinha entrado na história.

Inicialmente, foi feita a leitura de documentos compreendendo o período de 1990 a 2000, em seguida, elegeram-se três documentos, quais sejam: Relatório da Situação da Infância e Adolescência Brasileiras: Diversidade e Equidade. Pela Garantia dos Direitos de cada Criança e Adolescente. (2003); Relatório A voz dos Adolescentes (2002/2006) e Relatório da Situação da Adolescência Brasileira: fazer valer seus direitos (2002). Este último, que nesta pesquisa se apresenta com a sigla SAB, foi o que se mostrou mais relevante para os objetivos propostos, visto que apresenta uma significativa produção de verdades a respeito do que vem a ser “a” adolescência.

Nos detivemos nas análises dos documentos desse organismo multilateral referentes aos adolescentes somente, realizando uma análise temática mais específica do que foi feito por Lemos (2007), dando continuidade a um projeto maior, em que diversas pesquisas de Iniciação Científica e de Mestrado em andamento, orientadas por Lemos, estão expandindo e ampliando a genealogia iniciada no seu doutoramento em História (2007)²⁵. Contudo, acredita-se que o mérito deste estudo e sua singularidade se colocam, pois ele se desdobra em olhares e problematizações específicas no que tange à

²⁴ Disponível na página: <http://www.memoriaviva.com.br/audio/quadrilha.mp3>. Acesso em 12/12/2010.

²⁵ LEMOS, F. C. S. Crianças e Adolescentes entre a norma e a lei: uma análise foucaultiana. 2007. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis-SP, 2007.
MEDEIROS, L. G. A produção da objetivização da saúde da criança pelo UNICEF: problematizando tecnologias de biopoder na Amazônia. 2010, Projeto (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2010.

interrogação minuciosa de documentos-monumentos e demarcando um objeto chamado adolescência constituída por esses discursos do UNICEF e estudados nesta pesquisa.

Com base na leitura inicial dessas fontes, já se pode perceber e problematizar o que, pretensiosamente, se quer imprimir como verdade em relação à realidade de adolescentes, no Brasil, assim como as incidências das práticas discursivas do UNICEF, em seus corpos. Corpo é entendido, nesta pesquisa, enquanto *superfície de inscrição dos acontecimentos*, visto que a genealogia, como análise da proveniência, postula Foucault, está no ponto de articulação do corpo com a história. “Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo” (FOUCAULT, 1998, p. 22).

Além disso, as leituras iniciais nos possibilitaram observar que alguns aspectos definidos como “inerentes à fase da adolescência” aparecem ou são descritos como naturais e universais e, por vezes, numa associação clara entre juventude, pobreza e criminalidade, apontada e problematizada por Coimbra e Nascimento (2005), quando fazem a análise das teorias racistas e eugênicas difundidas no início do século XIX, na Europa, primeiramente, e posteriormente disseminadas por toda a América. Essas teorias se propunham definir formas consideradas corretas ou com “status” de verdade, forjando subjetividades para determinados segmentos da sociedade, particularmente sobre os mais empobrecidos, projetando inclusive o seu vir a ser. Essa discussão foi desenvolvida em capítulo específico sobre a emergência do objeto adolescência.

Sob a ótica genealógica, desmontamos, recortamos, discutimos, analisamos e fizemos novas perguntas ao documento e, conseqüentemente, às práticas discursivas desse órgão internacional, que tem uma atuação significativa na política de atenção à criança e ao adolescente no Brasil, pautada não só na gestão dos corpos de adolescentes, mas também em uma série de recomendações aos gestores públicos, pais, professores, dentre outros responsáveis pelo cuidado e proteção de crianças e adolescentes.

Inicialmente fomos empilhando, etiquetando, marcando, fichando, desmontando, não só o documento que nos serviu de fonte privilegiada, mas também outras fontes de inspiração e inquietação, como livros, revistas, DVD, CD, resumos, consulta ao site

oficial da agência, relatórios de eventos científicos, visita a museus²⁶ e a uma loja de artigos variados do UNICEF situada no centro da cidade do Rio de Janeiro²⁷. Essas fontes/espaço nos auxiliaram no corte que pretendíamos desferir, a respeito dos processos de objetivação e subjetivação dos adolescentes brasileiros que “habitam” o referido documento desta agência. Entendendo esses sujeitos não como instância de fundação, mas sim como efeito de uma constituição, efeitos das práticas dessa constituição, entendendo que “os modos de subjetivação e objetivação não são independentes uns aos outros; seu desenvolvimento é mútuo” (CASTRO, 2009, p. 408).

A análise genealógica do documento foi se dando a cada contato com este, a cada manuseio, pois a todo o momento tinha algo que saltava aos olhos, algo para problematizar, para se inquietar, para refletir e discutir, como ocorreu ao observar a capa para anexar a este estudo, onde temos a sinalização de um Brasil escolarizado e feliz²⁸. Desse modo, a escrita desta dissertação tomou o documento para direcioná-lo nas continuidades e descontinuidades que lhe são próprias.

As séries recortadas e analisadas foram: educação, família, risco, saúde, profissionalização, desenvolvimento humano e sujeitos de direito. Atentou-se para uma análise mais minuciosa e específica de duas séries inicialmente recortadas: adolescência e políticas públicas, que foram abordadas em capítulos específicos, mas sem dispensá-las lá onde elas pululavam. Estas então passaram dos bastidores para o palco, mas não perderam o seu estatuto de séries, do ponto de vista da transversalidade e pensando a emergência como a entrada das forças em cena. “Ninguém é, portanto, responsável por uma emergência; ninguém pode se autoglorificar por ela; ela sempre se produz no interstício” (FOUCAULT, 1998, p. 24).

Para Alburquerque Jr. (2007), o pesquisador e, em particular, o historiador, é responsável pelo seu objeto de pesquisa, pela sua seleção, seu recorte e elaboração. Se em um determinado momento este objeto assumiu contornos bem definidos, sob o olhar atento do genealogista, ele toma formas diferentes, retorna ao indefinido, assume novas experiências e significados. “O historiador fará com eles seu próprio origami, dobrará de outra forma estas páginas amareladas, dará a elas uma nova respiração, nascida do

²⁶ Anexo I. Registro fotográfico feito no “Museu do Exército Conde de Linhares” na cidade do Rio de Janeiro no dia 23 de maio de 2010. Nas imagens, Guerra e Paz se imbricam: “a guerra é que é o motor das instituições e da ordem” (FOUCAULT, 2008b, p. 59).

²⁷ Algo que chamou a minha atenção foi que neste estabelecimento comercial as portas não são iguais as de outras lojas, anuncia-se (identifica-se), através de um interfone, a sua chegada.

²⁸ Ver anexo II, deste estudo.

sopro da imaginação, da intuição, do sonho, da fantasia”. (ALBURQUEQUE Jr., 2007, p. 152).

O documento analisado tem a seguinte disposição: capa; apresentação feita por seu representante no Brasil, Sr. Reiko Niimi; introdução, que destaca a importância de um documento produzido anteriormente, o relatório “Situação Mundial da Infância” (2002), no qual definem a adolescência como uma “janela de oportunidades” e apresentam o objetivo do relatório atual. A parte I compreende os capítulos 1 e 2, que abordam o direito de viver a adolescência e ser adolescente, e a adolescência como oportunidade; parte II: capítulo 3 aborda a adolescência como desafio; parte III: capítulos 4, 5 e 6, propõem um sistema de políticas públicas para os adolescentes de baixa escolaridade e baixa renda, falam da cidadania destes e fazem as considerações finais; parte IV: capítulo 7 compreende as notas técnicas, tabelas, mapas e, por fim, a bibliografia utilizada. Este conta com a consultoria de Maria Fátima Oliver Sudbrack (texto), psicóloga e professora da Universidade de Brasília, Pedro Ivo Alcântara (destaques), Mila Petrillo (fotografia), Wagner Alves e Fabíola Rech (projeto gráfico).

Segundo seus organizadores, o relatório SAB, tem como objetivo:

[...] a formulação e a implantação de políticas públicas que contemplem os adolescentes, de maneira adequada, em suas necessidades específicas, que garantam seus direitos e, fundamentalmente, sua participação tanto no desenvolvimento quanto na efetivação dessas políticas (UNICEF, 2002, p. 06).

Este se utiliza de dados do IBGE, OMS, ANDI, UNESCO, INEP/MEC, e também faz referência a uma rede de parceiros/empresas, dentre estes: Rede Globo²⁹, o BNDS, SESC. O IBGE constitui-se como uma das fontes mais utilizadas pelo UNICEF na produção do relatório SAB, sobretudo as relacionadas aos dados preliminares do Censo Demográfico de 2000 (Mimeo). Faz-se necessário ressaltar que o relatório dedica uma parte significativa de sua construção denominada “O direito de viver a adolescência e ser adolescente” (p. 11 a 54), a descrição e apresentação da

²⁹ Um dos principais empreendimentos com a Rede Globo é através da campanha “Criança Esperança”, que em 2011 completa 26 anos de existência. Atualmente a UNESCO é parceira oficial da Rede Globo e “todo o dinheiro arrecadado pela campanha é depositado diretamente na conta da UNESCO que, desde 2004, é responsável pela seleção, acompanhamento técnico e financeiro dos projetos apoiados”. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/criancaesperanca/noticia/2011/06/campanha-crianca-esperanca.html>. Acesso em: 18/07/2011.

“adolescência como oportunidade e desafio” para o país, para as políticas públicas, para a família, etc. Ao longo desta seção são feitas ainda recomendações aos gestores e a todo o SGT, além de definições ancoradas em saberes provenientes da psicopedagogia e psicologia do desenvolvimento. São regimes de verdade que dizem de certo modo de ser, estar, sentir, viver, além de recomendações de como gerir e prevenir os “problemas da adolescência”. Para o UNICEF³⁰.

A importância da turma, o fascínio pelos amigos, a paixão pela ‘galera’ são expressões constantes de sua necessidade de inserção no grupo. O convívio profundo e cotidiano com os amigos é vital para os adolescentes (UNICEF, 2002, p. 16)

Por esse motivo, o grupo de pares e a rede de amigos devem ser reconhecidos no processo educativo e de socialização do jovem como uma excelente possibilidade pedagógica e organizativa (UNICEF, 2002, p. 16)

³⁰ Os demais fragmentos estão no capítulo IV, que aborda a produção da adolescência como objeto do conhecimento.

Capítulo II- “UNS GOVERNAM O MUNDO, OUTROS SÃO O MUNDO”³¹

Este capítulo versa sobre dois importantes conceitos de Foucault, quais sejam: o de biopolítica e governamentalidade, que estabelecem uma conexão com a atuação do UNICEF correlata a diversas práticas vizinhas.

A opção de apresentá-los separadamente, embora estejam interligados e operem complementarmente, foi com a intencionalidade de apropriação mesmo que introdutória desses dois cursos do autor no *Collège de France*, que tanto me inquietaram pelo fato dos mesmos tratarem de forma tão instigante e apropriada as *Artes de Governar*. As obras privilegiadas para abordar os conceitos de biopolítica e governamentalidade, foram respectivamente: *Nascimento da Biopolítica* (2008b) e *Segurança, Território, População*. (2008c).

A frase de Fernando Pessoa nos remete à concepção de poder em Foucault como sendo algo da ordem do exercício, do campo de forças, da ação e não da repressão. “O poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de forças” (FOUCAULT, 1998, p. 175). As relações de poder moldam, tensionam, movimentam e nos permitem demolir as pretensas origens. Esta acepção nos permite inverter a ordem dos discursos e das verdades.

Para os que conhecem minimamente os escritos de Foucault, já se tornou lugar comum conceber o poder não como uma coisa, mas sim como uma prática, este é exercício e é relacional. Os mecanismos de poder, e não “o” poder, são efeitos e causas de relações, sejam estas familiares, de produção material, sexuais etc. “É necessário lembrar que o poder não é um conjunto de mecanismos de negação, de recusa, de exclusão. Mas, efetivamente ele produz. Possivelmente, produz até os próprios indivíduos” (POL-DROIT, 2006, p. 84). Nesse sentido, qualquer tentativa de análise do conceito de governamentalidade e das artes de governar nas sociedades modernas e contemporâneas, assim como o conceito de biopolítica, a partir das formulações realizadas por Foucault, perpassará por esta acepção.

Ao lançar mão dessas ferramentas analíticas, particularmente dos conceitos de governamentalidade e biopolítica, buscou-se situar as séries discursivas recortadas do relatório estudado no conjunto de atravessamentos que produzem subjetividades capitalísticas, me utilizando de uma expressão de Guatarri e Rolnik (2005), e que tem se constituído como um dos efeitos das artes de governar na contemporaneidade,

³¹ Fragmento extraído “Do Livro do Desassossego” de Fernando Pessoa. Fonte: <http://www.cfh.ufsc.br/~magno/>

caracterizadas como governança em escala planetária, com fins de normalização do sujeito.

II. 1. A Governamentalidade

As práticas ditas de segurança têm produzido historicamente dispositivos de intervenção no cotidiano. Desde a Idade Média, as técnicas jurídico-legais e as técnicas disciplinares de bloqueio dos corpos, particularmente, tinham como procedimento de segurança separar os leprosos dos não leprosos. Um mecanismo de exclusão que não ocorreu no caso da peste, pelo contrário, se “modernizou”, pois não era mais interessante excluir e sim separar os sadios dos doentes para que não houvesse contaminação de toda a população³².

Portanto, a política de não separação de corpos, mantendo-os próximos e não isolados, pode ser entendida como de inclusão. Incluir para melhor controlar e disciplinar, desta feita, em nome da segurança da população. Estar juntos, próximos, mas não misturados, implica em um exercício de autocontrole, de ordenamento e normalização intensos, permanentes. É dessa forma que Foucault afirma que “a segurança é certa maneira de acrescentar, de fazer funcionar, além dos mecanismos propriamente de segurança, as velhas estruturas da lei e da disciplina”. (FOUCAULT, 2008c, p. 14).

Em *Segurança, Território e População* (FOUCAULT, 2008c) é apresentada a emergência de tecnologias de segurança em grande escala, tecnologias estas que não operam de formas separadas ou desarticuladas das técnicas “mais antigas”, uma vez que não houve uma sucessão e sim uma complementaridade entre elas, de modo a incluir cada vez mais tecnologias com vistas a controlar, em nome da segurança, o destino biológico da espécie, produzindo o que Foucault vai denominar uma *sociedade de segurança*. Esta procurará quantificar, medir, vigiar, controlar e normalizar. Os espaços públicos, a arquitetura, a circulação das pessoas, tudo passa a se constituir como dado estatístico e como dispositivo de segurança que permitirão, a um só tempo, o exercício da lei e da disciplina.

³² Em seus estudos sobre o controle biopolítico Foucault apresenta a seguinte colocação: “Parece-me que, no fundo, no que diz respeito ao controle dos indivíduos, o Ocidente só teve dois grandes modelos: um é o da exclusão do leproso; o outro é o modelo de inclusão do pestífero. E creio que a substituição, como modelo de controle, de exclusão do leproso pela inclusão do pestífero é um dos grandes fenômenos ocorridos no século XVIII.” (FOUCAULT, 2008c, p. 55).

O autor afirma ainda que a população, muito mais que o poder soberano, é que aparece como fim e instrumento do governo no século XVIII, “no nascimento de uma arte ou, em todo caso, de táticas e técnicas absolutamente novas” (FOUCAULT, 2008c, p. 140). Esta abriga em seu interior a família como apoio e instrumento privilegiado para melhor se governar, pois esta mesma é que irá fornecer os dados que irão compor o conjunto da população, dados estes, que por sua vez, recebem um tratamento especializado da estatística, assim como de outros campos de saber. Este campo de saber se vale de informações específicas coletadas no interior das famílias, como número de mortos, de nascimentos, de doentes, etc.

Desta feita, a família ao mesmo tempo em que se constitui como elemento privilegiado no interior da população, também se caracteriza como apoio significativo para governar a população, porém, não mais como modelo e sim como seguimento ou instrumento. “A estatística mostra igualmente que a população comporta efeitos próprios da sua agregação e que esses fenômenos são irreduzíveis aos da família.” (FOUCAULT, 2008c, p. 138).

Os fragmentos a seguir, recortados do relatório SAB são ilustrativos dessas formulações: “a atenção à família, por meio de políticas públicas adequadas, constitui um dos fatores de transformações da sociedade brasileira e um dos eixos fundamentais das políticas voltadas para crianças e adolescentes”. (UNICEF, 2002, p. 13).

A integração de políticas, programas e serviços das diferentes áreas das políticas públicas será o princípio básico para a otimização de recursos e garantia de efetividade, bem como o envolvimento da família como núcleo básico de vivências, apoio e aprendizagem (UNICEF, 2002, p. 39)

Foucault (2008c) argumenta ainda que este deslocamento da família, de modelo para instrumento, a partir de meados do século XVIII, foi fundamental para o desenvolvimento das grandes campanhas sobre vacinação, casamento, mortalidade, dentre outras e, sobretudo, para o que ele chama de “desbloqueio da arte de governar”, uma vez que elimina esta da posição de modelo privilegiado e a estabelece como uma das instrumentalidades de um novo modelo de governo, que não mais terá a disciplina e a soberania como foco principal, mas também não as eliminará completamente. Este direcionará suas atenções para a população posta como sujeito de necessidades e aspirações.

É a própria população que aparece como fim e instrumento do governo, e este agirá sobre ela, e em certa medida com ela, a fim de medir, de quantificar, de monitorar seus movimentos, seus fluxos, suas vidas. A finalidade desta nova arte de governo, de suas técnicas e táticas, “não é certamente governar, mas melhorar a sorte das populações, aumentar suas riquezas, sua duração de vida, sua saúde” (FOUCAULT, 2008c, p. 140), pois o poder não mais era exercido como instância de confisco ou mecanismo de subtração, como na sociedade de soberania nem tão somente como exercício de controle e vigilância como na sociedade disciplinar. O interesse é de outra ordem, é da ordem do biológico, não mais somente do corpo jurídico, em tão pouco do corpo máquina, mas, sobretudo do corpo espécie.

Havia toda uma preocupação com o que consumir, como consumir, com os preços, enfim, com a regulação social, ambiental e com o equilíbrio econômico/administrativo da população que era, ao mesmo tempo, fim e instrumento do governo e que diante deste modelo de governo se beneficiava e tinha suas aspirações atendidas em troca de informações pormenorizadas que se transformavam em dados estatísticos, campanhas, programas e estudos.

Estas práticas se alastram e se desenvolvem ao longo do século XVIII em diante, por meio de dispositivos que regulam a vida cotidiana, mas sem deixar de lado as “antigas” técnicas de disciplinamento e soberania. O poder passa a gerir a vida, e a morte é permitida somente, e “legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros” (FOUCAULT, 1988, p. 150). Elas agem de forma complementar e agora com o auxílio da economia política que aos poucos vai eliminando o modelo econômico familiar por um modelo econômico científico, por uma economia política.

Nunca o problema da soberania se colocou com tanta acuidade quanto nesse momento, porque se tratava precisamente, não mais, como no século XVI ou no século XVII, de tentar deduzir das teorias da soberania uma arte de governar, mas, dado que havia uma arte de governar, dado que essa arte se desenvolvia, de ver que forma jurídica, que forma institucional, que fundamento de direito ia ser possível dar à soberania que caracterizava um Estado. [...] Quanto à disciplina, ela também não é eliminada. Claro, sua organização, sua implantação, todas as instituições dentro das quais ela havia florescido no século XVII e no início do século XVIII (as escolas, as fabricas, os exércitos), tudo isso fazia corpo (com) e só se compreende pelo desenvolvimento das grandes monarquias administrativas, mas nunca, tão pouco, a disciplina foi mais importante e mais valorizada do que a partir do momento em que se procurava administrar a população [...] (FOUCAULT, 2008c, p.141-142).

Ainda neste curso, Foucault (2008c) nos leva a pensar, em diversas passagens, na tríade: poder soberano, poder disciplinar e biopolítica, em suas continuidades e descontinuidades, operando de forma complementar na gestão da vida e em diferentes espaços/tempos, que o autor qualificou como “Estado de justiça”, “Estado administrativo” e “Estado de governo”. “Temos, de fato, um triângulo: soberania, disciplina e gestão governamental, uma gestão governamental cujo alvo principal é a população e cujos mecanismos essenciais são os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2008c, p. 143).

Essa população precisava ser administrada em sua sutileza, em seus detalhes, e como já foi dito anteriormente, não houve uma sucessão de formas de governo ou a substituição de uma sociedade soberana, por uma disciplinar e, posteriormente, por uma governamental, mas sim um deslocamento, com uma complementariedade entre si, onde o alvo e a finalidade era a população e que subsiste nos dias de hoje e que Foucault (2008c) dá o nome de “governamentalidade”.

Por governamentalidade, postula-se “o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população” (FOUCAULT, 2008c, p. 143). O próprio Foucault neste curso assinala que poderia dar outro título a este curso e que contemplaria de forma mais contundente a regulação em massa, qual seja, “História da governamentalidade”.

Nesta racionalidade, onde o alvo principal é a população e os instrumentos técnicos são os dispositivos de segurança, sempre haverá novos dispositivos de normalização e regulação, para os segmentos identificados como “suspeitos” ou como ameaçadores à segurança da população e ao próprio equilíbrio econômico entre as nações. Atualmente, um desses dispositivos é a Normativa Internacional, constituída por acordos assinados por diversos países, nos quais são negociadas visões a respeito das relações cotidianas de um grupo de países ou de um país especificamente, adotadas como referência para a ação nacional, regional e local. Desta forma, ao lançar seus documentos e relatórios, o fazem a partir de determinadas referências, atendendo a uma determinada lógica e com o apoio da população que lhe dá legitimidade. Esses lançam acima de tudo, “questões” que terão que ser administradas por todos, como por exemplo, taxa de natalidade e mortalidade infantil, analfabetismo, aleitamento materno.

Neste contexto, são propostos os documentos do UNICEF, orientados às crianças e aos jovens. No relatório aqui estudado, este organismo afirma que “no Brasil,

existem cerca de 8 milhões de adolescentes cujos níveis de escolaridade e renda limitam suas condições de desenvolvimento e *comprometem o futuro do país*” (UNICEF, 2002, p. 57 - *grifo da autora*). Sabemos que nos dispositivos de segurança, há um nível aceitável e até indispensável de deixar fazer (*laisser-faire*). Há um nível do que é aceitável, mas há também uma regulação do que pode comprometer o equilíbrio e a segurança da população, e dos que governam, pois

sem proibir nem prescrever, mas dando-se evidentemente alguns instrumentos de proibição e de prescrição, a segurança tem essencialmente por função responder a uma realidade de maneira que essa resposta anule essa realidade a que ela responde – anule, ou limite, ou freie, ou regule (FOUCAULT, 2008c, p. 61).

Os que vivem o presente em uma sociedade que prima pela garantia do “bom futuro” são, via de regra, motivo de preocupação, pois o agora é sempre momento de planejar o futuro, de investir no capital humano e formar o que Foucault denominou de *competência-máquina*. “Formar capital humano, formar, portanto essas espécies de competência-máquina que vão produzir renda, ou melhor, que vão ser remuneradas por renda, quer dizer o que? Quer dizer, é claro, fazer o que se chama de investimentos educacionais” (FOUCAULT, 2008b, p. 315).

Na contemporaneidade, a preocupação parece ser com “o bom futuro”, o agora é sempre momento de pensar no futuro, nas virtualidades, porém com outros dispositivos de regulação. Se, na sociedade disciplinar tem-se a ortopedia, definida por Foucault (1987b) como “a arte de prevenir e corrigir as deformidades do corpo”, nos dispositivos biopolíticos há o esquadrinhamento pelos mecanismos da genética em técnicas ambientais, em combinação, para auxiliar a identificar aqueles que oferecem riscos à população. A preocupação é com a formação de capital humano, pautado nos postulados das teorias de produtividade e qualidade total, sendo de certo modo o que Foucault (2008b) chama de *competência máquina*, cujos investimentos passam a ser imprescindíveis e até desejáveis.

[...] esses bons equipamentos genéticos vão se tornar certamente uma coisa rara, e na medida em que será uma coisa rara poderão perfeitamente [entrar], e será perfeitamente normal que entrem, em circuitos ou em cálculos econômicos, isto é, em opções alternativas (FOUCAULT, 2008b, p. 313)

Essa racionalidade interessa-se pela normalização e regulação econômica e social da população, através de dispositivos biopolíticos, ou seja, a vida biologicamente considerada em um campo político. Essas construções discutidas a exaustão ao longo do *Curso Segurança, Território e População*, nos permitem situar historicamente à população como um dado imprescindível nas artes de governar, a partir do século XVIII, e desta forma nos possibilitam fazer uma profícua articulação com os discursos e práticas do UNICEF, à guisa de inquietação.

Nesse sentido, o que o autor nos propõe é pensarmos, ou melhor, problematizarmos os mecanismos que nos sinalizam o que é segurança, o desejo por manter-nos seguros graças a uma “série de vigilância, controle, olhares, esquadrinhamentos diversos que permitem descobrir, antes mesmo de o ladrão roubar, se ele vai roubar” (FOUCAULT, 2008c, p. 7). Como indica o autor, é importante refletirmos como se dá a constituição de um dado território e como é gerida essa população, seja individualmente por meio de dispositivos disciplinares, seja em bloco, por meio de mecanismos biopolíticos.

II. 2. A Biopolítica

No mercantilismo do início do século XVI até meados do século XVIII, o jogo econômico ou modelo de crescimento econômico se configurou como um jogo de resultado nulo, ou seja, o crescimento de uns, só era possível à custa dos outros. Essa razão governamental, porém, não estava mais atendendo a demanda dos participantes do jogo, estava provocando desequilíbrio e, para evitar esse fenômeno, estabeleceu-se outra lógica, qual seja: interromper as travas à concorrência. Temos aí uma nova razão de Estado! Uma nova racionalidade que vai, segundo o autor, dar sustentação ao liberalismo, pautado na livre concorrência, no crescimento mútuo, no enriquecimento em bloco, na prevenção e garantia do futuro.

Nessa racionalidade, o lucro mercantil é um lucro calculado, quantificado, planejado, que requer a padronização das formas de operar e o controle próprio do mercado. O sujeito de direito é o sujeito do liberalismo, que se caracteriza por ser um governo preocupado com as liberdades individuais, sempre que orientadas ao mercado e à regulação da população. Para Castro (2009), Foucault não aborda a questão do liberalismo como uma teoria, nem como uma ideologia, mas sim como uma prática: “Devemos entender o liberalismo, então, como um princípio e um método de

racionalização do exercício do governo” (CASTRO, 2009, p. 244). A razão governamental encontrará suas referências no mercado e a população será conduzida, governada, em função de sua lógica. Trata-se de uma mundialização do mercado, que teve na Europa um campo fértil que se estendeu para o mundo com atualizações de uma nova razão governamental pautada no crescimento em bloco.

A garantia de direitos fará parte desse projeto maior, dessa razão governamental que se propõe a garantir a liberdade e a paz, sendo esta última ancorada no incentivo ao medo do perigo. São demandas produzidas, que fazem parte da agenda mundial dos direitos humanos. É nesse sentido, que os “adolescentes precisam ser acolhidos e valorizados pela sociedade que se enriquece com a sua participação na construção de uma cultura de solidariedade, de participação e de maior justiça social”. (UNICEF, 2002, p. 43).

[...] Para isso, o adolescente precisa encontrar na sociedade os canais que necessita para a expressão de seus sentimentos, de suas inquietudes, de sua reflexão crítica e, sobretudo, de sua criatividade e sensibilidade face às desigualdades sociais (UNICEF, 2002, p. 42)

Portanto, investir na garantia de direitos de crianças e adolescentes, historicamente produzidos como sujeitos de direitos, passa a ser também uma estratégia de sobrevivência ao mercado, em um momento em que as empresas buscam as chamadas diretrizes de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), que são convertidas em um passaporte para a sua sobrevivência.

Atualmente, vivencia-se uma versão contemporânea do *homo economicus* não somente um ser sob a concepção clássica de motor da produção e parceiro de troca, mas objeto de constantes investimentos. Prioritariamente investir, e não tão somente trocar, investir como forma de garantir o futuro de seu empreendimento, de seu negócio.

No neoliberalismo – e ele não esconde, ele proclama isso – também vai-se encontrar uma teoria do *homo oeconomicus*, mas o *homo oeconomicus*, aqui, não é em absoluto um parceiro da troca. O *homo oeconomicus* é um empresário, e um empresário de si mesmo. [...] sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo a fonte de (sua) renda (FOUCAULT, 2008b, p. 310-311).

As instituições disciplinares de outrora, como a escola, o hospital e a fábrica, por exemplo, são equipamentos sociais que, embora sempre centrais ao controle dos corpos, na atualidade operam de forma articulada com outros instrumentos reguladores da

população, mais difusos e dispersos. Atravessadas por novos dispositivos de controle em espaços fechados e abertos e, de forma articulada mantêm o controle contínuo dos corpos.

Os mecanismos reguladores vão ser também e, de forma contundente, direcionados à população, aos fenômenos gerais no que estes têm de global, através de estudos estatísticos, previsões, indicadores de natalidade, de mortalidade, de analfabetismo. Mecanismos que possibilitam a regulação do corpo múltiplo, extraindo deste os seus “riscos” e as suas “potencialidades”. No neoliberalismo, a iniciativa privada, as ONG`s e as agências multilaterais têm se alinhado às ordens do mercado, e conseqüentemente, dado sustentação às ações e omissões dos governos.

Aqui, transforma-se o *laissez-faire* em não deixar o governo fazer, em nome de uma lei de mercado que permitirá aferir e avaliar cada uma das atividades. O *laissez-faire* se vira no sentido oposto, e o mercado já não é um princípio de autolimitação do governo, é um princípio que é virado contra ele. É uma espécie de tribunal econômico permanente em face do governo. (FOUCAULT, 2008b, p. 339)

A escola abre suas portas à comunidade, aos “amigos da escola”, aos “sem” emprego que não mais vão às ruas para brigar por trabalho, pois são socialmente dispostos como voluntariado; o hospital torna-se humanizado e a fábrica, agora empresa, almeja o tão desejado selo de empresa socialmente responsável. A ação de todos estes equipamentos sociais se cruza e se estende capturando os movimentos sociais, as ações de ajuda, as estratégias de sobrevivência, a luta contra a regulação das relações, que também passa a ser regulada, quando institucionalizada. Os organismos multilaterais internacionais têm sido fundamentais na busca por adesão às normas de enquadramento e captura dos movimentos sociais.

Para Fonseca (2008, p. 157), nos procedimentos da biopolítica, diferentemente dos procedimentos da disciplina, “trata-se de organizar um ‘meio’ que permita circulações; trata-se de regular os processos da vida”, desta feita, não mais dos sujeitos individualmente, mas sim do conjunto da população.

A sociedade disciplinar, que opera por meio do controle dos corpos, individualizando, se mescla com a sociedade biopolítica, que exerce o controle regulando a população, e instaura a sociedade de biopoder, na qual a vida é biologicamente considerada, ou seja, sustentada na normalização e na regulação. Pode-se afirmar, a partir de Foucault, que disciplina individual e regulação populacional é o

objeto do poder moderno. Essa nova tecnologia de poder, não mais individualizante, direciona-se ao homem-espécie, ao corpo múltiplo. “A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e problema de poder” (FOUCAULT, 2008a, p. 292-293).

Tudo que estiver relacionado a fenômenos populacionais, vai ser de interesse das tecnologias biopolíticas: as previsões, as medições globais, as estimativas estatísticas, as epidemias, os índices de natalidade e de mortalidade, em suma, o interesse passa a ser nos estados globais de equilíbrio e regularidade, em “fazer viver”, em regular os processos biológicos do homem-espécie e não somente em vigiar e punir. A lógica disciplinar³³ presente em instituições como a família, a escola, a caserna, o hospital e a fábrica, em meados dos séculos XVII e XVIII, “que unia ao corpo analisável o corpo manipulável” (FOUCAULT, 1987b. p. 126), a fim de docilizá-lo e aprimorá-lo, espalha-se hoje por todo o campo social, prescindindo de muitas situações de confinamento com padrões globalizados e globalizáveis; assumindo modalidades mais fluidas, flexíveis, e uniformes.

Nesse modelo de gestão dos corpos, a arbitragem, por meio de uma série de aparelhos/dispositivos, assume um lugar privilegiado, tendo como palavras de ordem: negociar, mediar, comunicar e investir sempre.

No *Nascimento da Biopolítica*, na aula de 10 de janeiro de 1979, Foucault explica qual método utilizará para interrogar as relações entre o Estado e a sociedade, o soberano e os súditos, dentre outras. Propõe-se partir das práticas e das racionalidades, o que de certa maneira tem sido sua “marca”, como pensador do presente, submetendo os universais à grade das práticas concretas historicizadas, interrogando não só as práticas, mas, sobretudo, a sua existência.

Quando dispara suas interrogações, tais como: O que vem a ser o Estado? O que é governar? Qual a razão de Estado? Como se organiza uma racionalidade chamada neoliberalismo de Estado? Em que consiste a arte de governar? Este nos apresenta diversas pistas, que perpassam por práticas concretas e possibilidades múltiplas, dada a sua ousadia de tocar no que está quieto, qual seja, nas “Artes de governar”, a começar pela própria concepção do que seja o Estado, que muitas das vezes é tido como uma

³³ Foucault (1987, p. 118) define como disciplinas o conjunto de “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade”.

estrutura física e até uma “entidade”. Para Foucault (2008b), o Estado é uma realidade específica e descontínua,

[...] Só existe no plural, isto é, ele não tem, num horizonte histórico mais ou menos próximo ou distante, de se fundir ou de se submeter a algo como uma teofonia de Deus no mundo, teofonia que conduziria os homens numa humanidade enfim reunida até o limiar do fim do mundo (FOUCAULT, 2008b, p. 7).

A percepção de que o Estado só existe no plural, nos ajuda a demolir certas evidências e a questionar sua existência, *a priori*. Há, portanto, pluralidades nas formas de se governar e as práticas de governo são múltiplas e imanentes.

“O poder do Estado, no singular, que certos marxistas reduzem a uma superestrutura de um modo de produção, que exprime, na lei, a ideologia e, às vezes, a repressão, encontrar-se-ia relativizado” (VIEIRA, 2008, p. 16)³⁴.

No texto *Nietzsche, a Genealogia e a História*, vimos que “as forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso das lutas” (FOUCAULT, 1998, p. 28)³⁵.

Essa é uma das possibilidades para pensarmos a coexistência de práticas no campo do SGD que no atual cenário, a cada dia, percebe-se a multiplicação de instâncias de arbitragens e de intervencionismo social em favor do chamado sujeito de direito, a fim de que estes, para além da garantia de seus direitos, “possam contribuir para a construção de uma sociedade melhor para todos” (UNICEF, 2002, p. 5). Temos aí, novamente, o governo de todos! A comida de todos, a escola de todos, o país de todos... a governança em grande escala. Governar desta forma é uma arte! Pretende-se por “todos sob o mesmo teto”, e para isso, utiliza-se dispositivos normalizadores, produtores e não, tão somente, repressores e de negação.

Uma sociedade melhor para todos não parece uma sociedade melhor para qualquer um, mas uma sociedade melhor para a população ou para a segurança da população; a população que é identificada ao mesmo tempo como fonte privilegiada e também como “problema social” no regime neoliberal.

³⁴ A autora se propõe em sua dissertação de mestrado a *Pensar diferentemente a História: o olhar genealógico de Michel Foucault em Vigiar e Punir*, cujo um dos objetivos foi: “ressaltar como o destaque dado a essas lutas instáveis, que são o principal objetivo de estudo da genealogia de Foucault, estão presentes em *Vigiar e Punir*, animando todo a sua construção” (VIEIRA, 2008, P. 16).

³⁵ “Elas não se manifestam como formas sucessivas de uma intenção primordial; como também não têm o aspecto de um resultado. Elas aparecem sempre na álea singular do acontecimento” (FOUCAULT, 1998, p. 24).

III. A PRODUÇÃO DA ADOLESCÊNCIA COMO OBJETO DO CONHECIMENTO

Considerando que no relatório desmontado nesta pesquisa, o objeto em pauta é definido pelo UNICEF como “adolescência”, mantivemos a mesma nomenclatura e analisamos como esse objeto foi forjado e passou a constituir-se como um problema para as ciências humanas, em meados do século XIX e início do século XX. Também assim como problematizamos a forma como esse organismo define e fabrica este objeto, ancorado em saberes, sobretudo, os da psicopedagogia, e que em um dado momento (quando lançou o documento, pode ser uma possibilidade) passou a se constituir como uma questão para aquela agência e para todos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

O ECA também se constitui como um referencial para problematizarmos a produção desse objeto, uma vez que compõe um dos campos de saber que atravessam as práticas discursivas desta agência. O Estatuto utiliza o termo “adolescente” para falar de uma pessoa “entre doze e dezoito anos de idade” (ECA, 2005, p. 13) e a visão desenvolvimentista orientada por etapas, estágios ou fase está frequentemente presente nesse documento. Portanto, empregou-se o termo *adolescente*, tal como utilizado no relatório e na legislação brasileira a fim de operarmos uma análise problematizadora da construção desse objeto, uma vez que não pensamos que existam objetos naturais, seja o adolescente, seja o *teen*, seja o jovem. Todos são figuras de uma determinada época.

Sabe-se que a teia que circunscreveu a criação do adolescente como etapa da vida foi sustentada por práticas médico-psicológicas e jurídicas específicas, assim como, as que vêm defendendo a distinção entre adolescência e juventude, com algumas exceções, como é o caso de Coimbra, Bocco e Nascimento (2003). Essas autoras têm problematizado a “identidade adolescente”, mas sem a pretensão de encontrar uma resposta definitiva ou “mais adequada”, mas tão somente com o propósito de enfatizar “as forças que atravessam e constituem os sujeitos em vez das formas com que se tenta defini-los” (COIMBRA, BOCCO e NASCIMENTO, 2003, p.7).

Nos últimos anos, o modo de ser jovem vem sendo engendrado em meio a novos discursos da UNESCO e do UNICEF, amparados em saberes diversos e interesses políticos e econômicos. O debate que vem traçando a separação entre adolescente e jovem é atual, e começa a aparecer nos discursos de maneira cada vez mais enfática. Se, outrora, eram usados como sinônimo, inclusive nos próprios relatórios das agências

multilaterais, nos últimos anos, vê-se a emergência da divisão e singularização dos termos.

Importante destacar que não concebemos “a” adolescência como um período ou uma fase cronológica tão somente, mas sim como uma produção ou mesmo uma invenção histórica datada. Tal argumento se baseia em autores como em Ariès (2006) e César (2008). Ariès (2006), por exemplo, atribui à escola o papel de espaço divisor entre o mundo dos adultos e das crianças, na antiga sociedade. Para esse autor, havia uma indiferença à idéia de idade, fazendo com que a “promiscuidade das idades” não escandalizasse a sociedade da época. Foi a partir da Idade Média que se perceberam “os germens de uma evolução inversa que resultaria em nosso sentimento atual das diferenças das idades” (ARIÈS, 2006, p. 109).

Apesar dos estudos de Ariès serem bastante relevantes nessa área, tem-se claro que a história não segue uma sucessão progressiva de fatos, fatos estes muito bem datados e descritos pelo autor. Não se pretendeu fazer uma história das mentalidades, como Ariès, nem é esse o objetivo desta pesquisa, mas efetivamente pensar o que faz com que determinados eventos ou acontecimentos ganhem tal dimensão e importância em determinados períodos da história, ou que certos objetos se tornem uma questão e até mesmo um problema. Portanto, partimos do pressuposto de que a adolescência é uma construção histórica recente (CÉSAR, 2008) e que, há pouco tempo, passou a ser objeto de investigação e interesse por parte dos estudiosos, que de certo modo, têm buscado mais a origem de supostos problemas relacionados à “adolescência”, do que problematizar o contexto histórico em que esta foi forjada enquanto objeto.

Procurar uma tal origem é tentar reencontrar “o que era imediatamente”, o “aquilo mesmo” de uma imagem exatamente adequada a si; é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira (FOUCAULT, 1988, p.17).

Nesse processo de construção cronológica, linear, o objeto “adolescência” esteve e continua imersa em mitos, estranhamentos, essencialismos e aprisionamentos, atualizando-se graças ao saber psicológico em certa medida, já que presta “serviços” aos outros saberes, como a educação, a medicina e o direito, seja para normalizar, para patologizar ou criminalizar, respectivamente.

Os fragmentos abaixo, extraídos do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), do relatório estudado nesta pesquisa, e atentando para o estudo sobre A

Invenção da adolescência no discurso psicopedagógico, de Cesar (2008), em particular, formaram o ponto inicial da discussão sobre o que se convencionou chamar de adolescência.

O Estatuto define adolescente como “aquele entre doze e dezoito anos de idade” (ECA, 2005, p. 13) e dentre as várias definições contidas no relatório do UNICEF, destacam-se as seguintes:

[...] esse é um período de rápido desenvolvimento para jovens em todos os seus aspectos- físico, emocional, psicológico, social e espiritual. Fora o período pré- e neonatal, a adolescência é, de fato, a fase mais rápida do desenvolvimento humano (UNICEF, 2002, p. 06).

[...] o adolescente é um desbravador do mundo, curioso por natureza e sedento de novas experiências que ampliem seu mundo familiar e escolar (Idem, p. 42).

O que chama a atenção para os dois fragmentos retirados do ECA (1990) e do relatório SAB (2002), e que convergem entre si, é o caráter transitório e efêmero de um sujeito identificado como adolescente. “O” adolescente é aquele entre doze e dezoito anos e esta é a fase mais rápida do desenvolvimento humano. Estes são saberes que se articulam, produzindo um sujeito com uma sobrevida curta e que tem o desafio de conduzir o país em suas costas, conforme consta no relatório.

Para esta agência, ao que tudo indica, o fato de o Brasil ter promulgado esta lei, já é o suficiente para a garantia de direitos para este seguimento da população, bastando que estes se “empoderem” do ECA, que está, segundo o UNICEF nas mãos dos adolescentes, afirmando ainda que:

a sociedade tem, portanto, cidadãos vivendo um período especial de suas vidas que oferecem ao País energias geradoras de mudanças positivas, de novas vivências e descobertas que, estimuladas e apoiadas, vão contribuir decisivamente para melhorar a qualidade de vida de todos. (UNICEF, 2002, p. 12).

Rizzini (2009) assinala que “no Brasil, esta concepção é datada e delegada aos ‘desamparados’ e remete a um caráter futurista e de salvação da nação, pois há tempos

que se acredita que ‘só a criança pode salvar o homem do nosso século’³⁶.

É dessa forma que César (2008), assim como Lemos (2007); Coimbra; Bocco e Nascimento (2005), Rizzini (2009), Scheinvar (2009), nos alertam para o fato das pesquisas sobre o tema da adolescência não serem analisadas sob a perspectiva de sua constituição histórico-discursiva e, dessa forma, tanto as pesquisas como as práticas institucionais muitas vezes tratam esta temática e esses sujeitos como algo dado *a priori*. “Atentando para a construção histórico-discursiva dos objetos, pode-se fugir à tendência reificante segundo a qual eles já estariam dados de antemão e desde sempre, com suas características imutáveis” (CÉSAR, 2008, p. 30).

A história genealógica nos permite localizar a produção de verdades e desestabilizar as supostas evidências e universalidades presentes em um dado contexto histórico, em um determinado regime político, econômico e institucional, como se caracterizou no momento em que regimes de verdades sobre adolescência foram observados no discurso dos especialistas ao final do século XIX. “O discurso psicopedagógico sobre a adolescência a trata como se ela fosse um dado universal a-histórico, como se a figura específica do adolescente, que surgiu das malhas do discurso científico, estivesse desde sempre presente na história” (CÉSAR, 2008, p. 31).

Essa perspectiva nos permite “diagnosticar” as práticas, as racionalidades vigentes e seus efeitos nos corpos dos sujeitos, marcando as particularidades dos acontecimentos e o exercício do poder, uma vez que as relações de poder se sustentam não só na produção, mas também, na acumulação, funcionamento e circulação dos discursos. Para Foucault (1998), “não há possibilidade de exercício do poder sem certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência” (1998, p. 179-180).

A análise do poder pelas extremidades ou em rede nos possibilita identificar os saberes que produziram certa verdade a respeito do que conhecemos hoje como adolescência, delineando as transformações, as relações de forças presentes quando da “emergência” do sujeito subjetivado com adolescente e conseqüentemente do

³⁶ Esta frase foi dita pelo Juiz de Menores Alberto Mourão Russel, citada por Rizzini (2009) e extraída de relatórios do Juízo de Menores do Distrito Federal, entre os anos de 1947 a 1948. No texto *Crianças e menores – do Pátrio Poder ao Pátrio Dever. Uma história da legislação para a infância no Brasil*, a autora faz uma discussão da história da legislação às crianças e aos adolescentes a partir do período da independência (1882) até a aprovação do Código de Menores 1927.

adolescente como “desbravador do mundo”, “curioso por natureza”, e “sedento de novas experiências”, como aponta o documento analisado.

A vida em grupo, a abertura para novas relações e o desejo de estar com os amigos representa uma grande oportunidade para a promoção, o desenvolvimento e a garantia dos seus direitos a partir da própria organização dos adolescentes e seus pares (UNICEF, 2002, p. 16)

Além do aprendizado de habilidades e competências para ávida coletiva, as vivências grupais na adolescência contribuem significativamente para que o indivíduo sinta-se gratificado em assumir papéis de liderança. Isso influencia o engajamento das pessoas na luta por causas e ideias coletivos de forma compromissada e resulta em satisfação pessoal (UNICEF, 2002, p. 16).

César (2008) nos apresenta uma versão da história sobre a emergência do objeto adolescência e seu deslocamento para a condição de sujeito do direito, enfatizando a necessidade da desnaturalização do mesmo, que desde o século passado é juridicamente declarado como sujeito de direitos.

A autora faz uma análise genealógica que, depois de lê-la, dificilmente conseguimos pensar que exista “a” adolescência enquanto fase e “o” sujeito enquanto portador da dita fase da adolescência; sujeito este que a psicologia do desenvolvimento, sobretudo, chama adolescente. A autora realiza um diagnóstico das práticas discursivas e não discursivas que produzem, simultaneamente, redes de saber-poder a respeito de determinados sujeitos em diferentes momentos da história.

Suas análises também abordam o nascimento e consolidação da adolescência nas três primeiras décadas do século XX, pelo discurso médico e psicopedagógico, segundo o qual esta era caracterizada como um período de transição que carecia de atenção e de constantes observações, teses essas que na atualidade não perderam a sua legitimidade. A adolescência se constituía, segundo a literatura da época, em um “momento decisivo da transformação da besta em homem” (CÉSAR, 2008, p. 57).

[...] a adolescência é um momento importante do processo evolutivo, com transformações físicas, mentais e morais de ritmo acelerado; a puberdade traz ao indivíduo uma série de emoções novas e de inusitado entusiasmo de viver. No processo evolutivo de crescimento e desenvolvimento humano o ser humano passa por diferentes períodos de ajustamento e de interação progressiva (FERRAZ *apud* CÉSAR, 2008, p. 83).

Para Fonseca (2003) os mecanismos de objetivação e subjetivação concorrem para a constituição do indivíduo e quando Foucault investiga estes processos, ele pretendia estudar as formas de constituição do indivíduo moderno.

[...] Tanto os processos de objetivação quanto os processos de subjetivação concorrem conjuntamente na constituição do indivíduo sendo que os primeiros o constituem enquanto objeto dócil e útil e os segundos enquanto um sujeito. Pode-se dizer que o termo “sujeito” serviria para designar o indivíduo preso a uma identidade que reconhece como sua, assim constituindo a partir dos processos de subjetivação” (FONSECA, 2003, p. 26).

Na década de 1970, livros como o *Desenvolvimento do Adolescente*, afirmavam taxativamente que a adolescência constituía-se de uma fase; de um período de transição, e que transição significava mudança invariavelmente, seguindo um padrão universal e ordenado. Tais mudanças ancoravam-se em aspectos biológicos, sobretudo, pois partia-se do pressuposto de que havia um padrão de desenvolvimento igual para todos, e a tarefa dos adultos consistia exatamente na missão de auxiliar as crianças nessa “transição”, e orientá-las de que não se tratava de um “império” ou uma “colônia”, como afirma Hurlock (1979), que define a adolescência como “um período de transição, quando o indivíduo se modifica física e psicologicamente de criança para adulto” (HURLOCK, 1979, p. 2).

goste ou não, uma criança não pode permanecer criança para sempre. O princípio da puberdade ocasiona mudanças rápidas no tamanho e na estrutura do corpo. Quando o desenvolvimento físico atinge um certo ponto, espera-se que a criança cresça psicologicamente e se livre da criança”. (HURLOCK, 1979, p. 7)

Para Foucault (2008b), esses regimes de verdades produzidos no fim do século XVIII e início do século XIX, e denominados de Estado de polícia, foram responsáveis por uma série de equívocos, “tolices” a respeito da loucura, da delinquência, da sexualidade, dentre outras e que produziram e ainda produzem efeitos na atualidade por conta dos regimes de verificação instaurados em um determinado momento histórico.

Quando Foucault nos apresenta essas preocupações, não está interessado em fazer acareações ou definir quem está falando “a” verdade, mas sim pensar os efeitos da produção desses regimes de verdades na atualidade, isso sim, argumenta o autor, pode ter um alcance político. “Não é uma história do verdadeiro, não é uma história do falso:

a história da veridicação é que tem importância politicamente” (FOUCAULT, 2008b, p. 50-51).

IV. 1- A adolescência produzida como “janela de oportunidades”³⁷

Del Priore (2000) assinala que a história vem mostrando que, no Brasil, e no mundo, a realidade infantil mostrada pelas organizações internacionais, pelas não governamentais e pelos gestores públicos, é infinitamente diferente da realidade na qual elas vivem e sobrevivem. Nas organizações internacionais, por exemplo, são comuns as expressões do tipo: “esperança”, “futuro”, “oportunidade”. Todos são convocados para garantir o futuro, a arregaçar as mangas, a ajudar os “desprovidos”, comprando produtos e acessórios para que estes possam ter acesso à alimentação, educação, saúde, lazer, dentre outros direitos já garantidos(?) em documentos nacionais e internacionais.

O UNICEF se volta para a adolescência ora como uma passagem, ora como uma fase, uma etapa, período, mas sempre dentro de uma continuidade, de um processo linear e evolutivo. Afirma que:

[...] o ponto de partida para a construção de um conceito de adolescência é a sua abordagem como uma fase específica de desenvolvimento humano caracterizada por mudanças e transformações múltiplas e fundamentais para que o ser humano possa atingir a maturidade e se inserir na sociedade no papel de adulto (UNICEF, 2002, p. 09).

Tece-se aí uma história linear e evolutiva da adolescência como objeto do conhecimento, mesmo quando refere que há variações culturais, naturais e sociais, dada as desigualdades e diversidades da realidade brasileira. O trabalho “precoce”, por exemplo, dá uma visão da dimensão evolutiva do que parece ser considerado como “etapa preparatória”, que ao que tudo parece, todos têm que passar mais cedo ou mais tarde, conforme consta no documento; quando afirmam que:

[...] estudos sobre o fato de crianças e adolescentes assumirem a função de adultos, principalmente por meio do trabalho, revelam o prejuízo psicológico e social dessa queima de etapas do desenvolvimento, principalmente se considerarmos suas repercussões entre as gerações (UNICEF, 2002, p. 09).

³⁷ Em uma seção do relatório descrita como: “A adolescência como oportunidade”, o UNICEF (2002) assinala que se esse momento único for visto de forma positiva, ele poderá se constitui em oportunidades para o País, para a família, para as políticas públicas e também para construção de novas relações (p. 11-16).

Como referência para conceituar adolescência, o UNICEF (2002, p. 10) aponta “as diferentes concepções e teorias psicológicas sobre o próprio desenvolvimento humano”, já o ECA destaca o “fenômeno da puberdade” como uma “passagem” da vida infantil para a vida adulta. O UNICEF enfatiza que a concepção de adolescência vai implicar na formulação das políticas públicas. Nestes termos, justifica sua posição afirmando que:

[...] a opção aqui é por uma concepção sistêmica e construtivista do adolescente com um ser em desenvolvimento que, ao mesmo tempo em que preserva sua singularidade, também está em constante interação com seu contexto familiar e social pelo qual é influenciado e também influencia. [...]. A adolescência consiste, pois, em um processo de intensas transformações, tanto internas como externas. [...]. Por essa razão, considera-se a adolescência como uma etapa do ciclo de vida familiar, uma vez que todos os membros da família mudam juntos e a transformação não é apenas do adolescente consigo mesmo, mas também do adolescente em suas relações familiares e sociais (UNICEF, 2002, p. 10).

De um modo geral, adolescência para o UNICEF, caracteriza-se como uma “fase”. São inúmeras as passagens do documento em que se faz referência à adolescência como fase, alternando por etapa, período, momento e estágio, mas sempre mantendo o mesmo sentido, qual seja: transição, evolução, mutação, passagem. Demarca o caráter evolutivo em que este objeto esteve imerso, como mostra a literatura estudada, incluindo aí o ECA, que se apropria e se ancora nestes, para enfatizar os aspectos psicopedagógicos que devem nortear a práticas dos trabalhadores sociais, visto tratar-se de “uma pessoa em condição peculiar de desenvolvimento”. Segue abaixo, algumas passagens do relatório onde tecem-se subjetividades transitórias ou em “transe”.

É importante oferecer espaços e atividades para os pais de adolescentes para que possam melhor compreender e enfrentar esse momento de tantas demandas e transformações ocorridas no filho ou na filha adolescente e na família como um todo, para potencializar esse momento como um período de crescimento e desenvolvimento de todos (UNICEF, 2002, p. 14).

As características da própria adolescência, como uma fase importante do desenvolvimento humano, geram desafios constantes que exigem disponibilidade e competências específicas (UNICEF, 2002, p. 6).

Nessa fase importante da formação da personalidade, a escola constitui referencial estruturante. Em seu projeto pedagógico, a escola deve promover atividades que estimulem o amadurecimento do adolescente (UNICEF, 2002, p. 25).

O estímulo ao pensamento crítico, ao debate, às descobertas, aos desafios intelectuais são muito importante. Nesse momento, as experiências vividas na

escola pelos adolescentes são muito valiosas em seu processo de socialização e de desenvolvimento (UNICEF, 2002, p.25).

Como fase da vida de rápido desenvolvimento, de curiosidade e busca, de desprendimento para viver novas descobertas, a adolescência constitui-se também em um desafio para a integração de políticas que possibilitem o seu desenvolvimento integral. (UNICEF, 2002, p. 24).

O Conselho Federal de Psicologia lançou, no ano de 2002, mesmo ano de publicação do relatório SAB, uma publicação intitulada *Psicologia & Adolescência: concepções práticas e reflexões críticas*, com uma proposta arrojada de desnaturalização do objeto adolescência. O objetivo é “construir reflexões críticas e ações integradas que pudessem propiciar transformações no pensar/fazer dos psicólogos, na sua prática cotidiana com os adolescentes” (CONTINI, 2002, p. 11). A partir de uma perspectiva histórico-social, buscou-se apontar as relações existentes entre adolescência, saúde, conhecimento psicológico e práticas “psi”. Essa coletânea é ilustrativa de uma produção voltada para o objeto aqui estudado e que também compõem-se de fonte para os consultores do UNICEF.

O que se observa é que as publicações nesse campo, sobretudo aquelas que têm influenciado diretamente o *pensar/fazer* dos profissionais que atuam no SGD como o relatório analisado nesta pesquisa são pouco problematizadas por estes “atores” que a seguem, muitas vezes, de forma acrítica e centralizando “na” adolescência, problemas produzidos e quiçá inventados. Dentre as temáticas abordadas, tanto no relatório SAB quanto na coletânea produzida pelo CFP (2002), destacam-se: “crises de identidades”, “sexualidade e saúde sexual”, “gravidez na adolescência”, “adolescência e uso de drogas”, “adolescência e vulnerabilidade”, “DSTs/AIDS”, passando pelos eufemismos “adolescente em situação de rua”, “adolescentes em situação de risco”.

Nessa fase da vida, as políticas de saúde do adolescente devem fortalecer programas preparados para a abordagem de questões próprias da adolescência como o desenvolvimento da sexualidade, as relações amorosas, o lazer, o consumo de drogas, a iniciação sexual e a prevenção das DST/AIDS, as relações familiares, os grupos de pares, a escolha profissional. (UNICEF, 2002, p.34).

A coletânea do CFP, ainda que tenha tido como proposta discutir, e em certo sentido, historicizar a emergência do objeto adolescência, por vezes, permanece imersa em concepções essencialistas de uma natureza adolescente, presentes em uma série de

manuais de Psicologia do Desenvolvimento e *Desenvolvimento de Adolescentes*³⁸, não atentando para o caráter provisório da construção dos saberes e as disputas políticas no âmbito das relações de poder. Importante ressaltar também, a presença de descontinuidades nas práticas discursivas, nesta que foi produzida por “um grupo de profissionais de Psicologia, que buscou confeccionar um material contendo reflexões e metodologias que possibilitasse discussão, por parte dos psicólogos, a respeito da sua atuação junto aos adolescentes brasileiros” (2002, p.11).

Nesta mesma coletânea, há coexistência de pontos de vistas antagônicos a respeito de um mesmo objeto, o que não é nenhum demérito, ou apelo a uma linearidade, pelo contrário, acredita-se que podem servir de pistas para tencionar tais construções. Seguem, abaixo, trechos desta coletânea que nos permitem refletir a respeito deste campo de disputa em que está assentada a “Psicologia da adolescência” e de antagonismos a respeito de um “mesmo” objeto ora produzido como “adolescência” ora como “juventude” e da produção de saber-poder.

Todos os jovens passam pela grande aventura do desenvolvimento para alcançarem a autonomia. Os adolescentes não constituem um grupo homogêneo; a realidade é que eles crescem em diferentes culturas, o que torna necessário considerarmos formas variadas de alcançá-los. Jovens que lidam com diferentes situações têm diferentes necessidades. A adolescência é a época da afirmação social da identidade e da consolidação da *orientação sexual* (BARROS, 2002, p. 47)

A adolescência não é um período natural do desenvolvimento humano. É um momento significado e interpretado pelo homem. Mudanças no corpo e desenvolvimento cognitivo são *marcas* que a sociedade destacou. Muitas coisas podem estar acontecendo nessa época da vida no indivíduo e nós não as destacamos, como por exemplo, as mudanças que vão acontecendo em nosso corpo com o envelhecimento (OZELLA, 2002, p. 17)

Nesse sentido é importante atentarmos para tais produções como parte de um conjunto de práticas nas quais o UNICEF tem se ancorado para fundamentar a sua atuação. Assim como, pensarmos em possíveis efeitos dessas práticas em termos de

³⁸ “A *adolescência* é o estágio de transição da vida da criança para a vida do adulto. É assinalada por significativas mudanças físicas que culminam na maturidade sexual. Estas mudanças físicas - *puberdade* – muitas vezes são usadas como uma indicação do ingresso na adolescência. O adolescente passa do pensamento concreto do aqui e agora ao pensamento a respeito da abstração e possibilidades para o futuro. A adolescência é também um fenômeno social. Sua extensão varia de uma cultura para outra. Em algumas culturas, a adolescência social é breve ou inexistente; em outras (particularmente nos Estados Unidos) ela se estende além da mudança puberal” (TERRY, 1981, p. 265).

“disseminação” de especialíssimos técnicos que dêem conta das demandas produzidas por este organismo que nos atravessam produzindo novas subjetividades.

IV. “O” ADOLESCENTE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Faz-se aqui um breve recorte da História da Assistência à Infância, no Brasil, baseado nos estudos de Arantes (2009), Passetti (2003), Del Priore (2000). O propósito é tão somente situar, de forma pontual e fragmentária, a produção das infâncias no Brasil e, conseqüentemente, a produção da adolescência como condição subjetiva específica, a partir dos períodos identificados como *Período Colonial, Império e República*.

Nos primeiros séculos da colonização brasileira, de acordo com Arantes (2009), como não havia a concepção universal do que conhecemos como infância, havia uma prática de separação das crianças em categorias diferenciadas, tais como: os “filhos de famílias”, os “meninos da terra”, os “filhos dos escravos”, os “órfãos”, os “expostos”, dentre outros termos.

Estes eram, ou controlados pelo “pai de família”, contidos nos colégios jesuíticos, tutelados pelos senhores ou assistidos pelas damas de caridade, que pautavam suas práticas em postulados cristãos, na fé católica e contavam com a ajuda e misericórdia dos “bons cristãos”, que tinham fé, e desejavam um “bom lugar” no céu, quando da sua morte. Nessa época, ainda não se falava em direitos, tal como conhecemos na atualidade, e nesse sentido, os governantes não tinham algumas obrigações que aos poucos foram sendo criadas, como um plano de necessidades em termos de garantias protetivas.

Com o crescimento econômico e populacional houve a necessidade de construção de instituições como hospitais, asilos, abrigos, “Casa dos expostos”, “Casa da Roda” ou simplesmente “Roda”³⁹, como também ficou conhecida. A Roda dos Expostos funcionava como uma espécie de entreposto, pois as crianças que eram ali depositadas permaneciam pouco tempo, em seguida eram encaminhadas às amas de leite. Esta prática foi muito criticada e extinta no início do século XX, quando o modelo médico-higienista passou a vigorar, baseados na disciplinarização e higienização dos corpos.

³⁹ Segundo Faleiros (2009, p. 220), “os expostos, recolhidos e assistidos pelo sistema da Roda, ao final de suas diferentes etapas, eram conduzidos (os poucos) sobreviventes ao trabalho precoce e explorado, pelo qual ressarciam seus ‘criadores’, ou o Estado, dos gastos feitos com sua criação”.

Segundo Arantes (2009), “pode-se dizer que durante três séculos e meio, as iniciativas em relação à infância pobre no Brasil foram quase todas de caráter religioso” (ARANTES, 2009, p. 180). Assim como as instruções oferecidas nos espaços de acolhimento aos “órfãos” e “necessitados” do sexo feminino, eram tão somente de cunho moralista e para atender a ordem social vigente. Tinham o objetivo de formar “boas domas de casas”, “mães de famílias cristãs”, como constatado pela autora, no Asilo Bom Pastor, fundado em 1891, que se propunha a “promover a regeneração das mulheres que se desviaram do caminho do bem e da virtude” (p. 182).

Nessa “arte de governar crianças”, haviam práticas diferenciadas de atenção nos espaços de acolhimento, aprendizagem e aconselhamento aos “bens nascidos” e aos “necessitados”, mas sempre com as mesmas finalidades, qual sejam a prevenção e proteção.

Assim como o criador de animais e o agricultor, deveriam as famílias se tornarem “puericultores”: cultivadoras de crianças. Para tanto o melhor método era a prevenção [...], o higienismo médico se colocou como melhor aliado do Estado e a ele pode ser creditado, em grande parte, o surgimento do sentimento de infância no Brasil. A criança surge como futuro do homem e da pátria devendo sua autonomia ser desenvolvida (ARANTES, 2009, p. 187).

Essa prática ficou conhecida como “arte de cultivar crianças”⁴⁰ e era destinada, sobretudo, às crianças ricas. À criança era, e ainda é, atribuída, a esperança do Brasil, e na atualidade esse “período” é considerado, pelo UNICEF (2001), como “tempo de semear”⁴¹.

Em se tratando de legislação específica voltada para a infância, já reconhecida como possuidora de direitos, um dos marcos para pensarmos nestes termos e que assumiu dimensões universais, é a Convenção dos Direitos da Criança de 1989, adotada pela Resolução n.º L. 44 (XLIV) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil em 20 de setembro de 1990. “Há um reconhecimento internacional de que as crianças e adolescentes se constituem enquanto

⁴⁰ Rótulo utilizado pelos médicos higienistas que do século XX, que “postulavam a predominância do fator genético para a saúde da prole e advogavam o casamento eugênico, cientificamente planejado”. (ARANTES, 2009, p. 187). “Em 1953, Gertrude Lutz, primeira representante do UNICEF no Brasil, segura criança, em visita a posto de puericultura em São Miguel dos Campos, Alagoas”. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/overview_9489.htm. Acesso em 13/05/2011. Ver anexo III, deste estudo.

⁴¹ Título do relatório de 2001 do UNICEF que define todos os cuidados e “manejo” com as crianças de 0 a 06 anos de idade, citado a título de ilustração para a discussão sobre prevenção e proteção, uma vez que não corresponde ao documento que está sendo analisado no presente trabalho.

sujeitos de direitos, independentemente de seu país de origem, sua nacionalidade ou mesmo local de residência, permanente ou temporário” (RIZZINI, 2009, p. 82).

À época da Colônia e Império, os que não eram considerados nem “filhos de família” e também não eram “filhos de escravos” em uma sociedade desigual e dicotomizada entre senhor e escravo, os chamados “sem-eira-nem-beira”. De acordo com Arantes (2009), “não eram escravos propriamente, porque não haviam sido comprados e também não eram senhores, não podendo ocupar posições na estrutura burocrática e administrativa da colônia” (ARANTES, 2009, p. 193).

É nesse contexto que o Estado, pós-abolição da escravatura, vai criar formas de assistência a esta categoria de sujeitos tidos como reserva útil e identificados à época como seres perigosos à sociedade, “menores abandonados”, “órfãos de pais vivos”, “a pior raça de gente”, dentre outras qualificações depreciativas, cabendo ao Estado, assisti-los e corrigi-los em nome da proteção.

Passados quase três séculos, “eles” ainda são vistos, segundo o UNICEF, como oportunidade para as políticas públicas, para a família, assim como e para o desenvolvimento do país. A garantia de seus direitos está atrelada à sua própria organização, ao seu “protagonismo”, a sua “arte de negociar”, ao aprendizado de habilidade e competências para a vida, pois o “exercício da democracia exige aprendizado das negociações grupais, do respeito às diferenças, do interesse pela diversidade de olhares e de pontos de vistas” (UNICEF, 2002, p. 16).

Se, por um lado, o Estatuto da Criança e do Adolescente, “representa uma das maiores conquistas da sociedade brasileira em favor de suas crianças e adolescentes” que para o UNICEF (2002, p.61), assim como para muitos outros “atores” do SGD, trouxe melhorias à criança e ao adolescente que se transformaram em prioridade absoluta, cabendo à família, à sociedade e ao Estado a sua proteção e garantia de seus direitos, por outro, estes passaram a ser também objeto de poder-saber do direito.

Da condição de expostos e em situação irregular, à condição de sujeitos de direito e sujeito do direito moderno. Na capilaridade de jogos de forças em que se deu essa concepção, estes para além de sujeitos de direitos, são também sujeitos do direito, materializados na criação de pequenos tribunais para arbitrar de um lado a favor dos “desamparados”, “vulneráveis” ou “em situação de risco”, novamente os eufemismos, e, de outro lado, para sancionar, punir, os “infratores”, os “delinquentes”, os “pivetes”. A velha lógica dos bons e dos infames, dos ricos e dos pobres. O que nos leva a concordar

com Passeti (2003, p. 142) quando afirma que “o acesso à igualdade de direito é sempre desigual”.

Aos desamparados, aplicam-se as medidas protetivas, aos infratores, aqueles que estão em conflito com a Lei, aplicam-se as medidas socioeducativas, mas todos são iguais perante a Lei, todos são sujeitos de direitos(?). As medidas de proteção, segundo o ECA (2005, p. 28-29), em seu artigo 98, são aplicadas nos seguintes casos:

- I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- III - em razão de sua conduta.

Determina ainda, no Art. 101 (p.29) que “verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:”

- I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV - inclusão em programa comunitário ou de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII - abrigo em entidade;
- VIII - colocação em família substituta.

A prática de ato infracional, para o ECA, é “a conduta descrita como crime ou contravenção penal” (p. 29), aplica-se as seguintes medidas:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;

IV - liberdade assistida;

V - inserção em regime de semi-liberdade;

VI - internação em estabelecimento educacional;

No Brasil, ainda de acordo com o ECA (2005, p. 28), as medidas de proteção “serão aplicadas sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados”. O Estatuto é claro, em seu artigo 104 quando define quem são os “menores” que terão proteção, diz o artigo: “são penalmente imputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas de proteção” (ECA, 2005, p. 29).

Portanto, aos “menores” de 12 anos, proteção; aos maiores de 12, sanção, punição, uma vez que o ECA considera ato infracional como a conduta descrita como crime ou contravenção penal, e a realidade dos espaços de cumprimento de medidas socioeducativas, no Brasil, conforme consta os inúmeros documentos⁴², caracteriza-se como espaços de horror e violências. Instituições estas, descritas por Foucault como Instituição de seqüestro.

Quando os “maiores de 12 anos” adentram nos espaços de cumprimento de Medidas Socioeducativas para serem supostamente “ressocializados” em uma sociedade na qual, na realidade, eles nunca foram inseridos, eles passam de sujeitos de direito a objetos do direito, objeto de um saber-poder.

As discontinuidades, o jogo de forças, os paradoxos e não somente os avanços na legislação, como querem nos fazer acreditar, nos permitem problematizar quem deve ser “protegido” e quem deve ser sancionado. Quem deve responder na forma da Lei, uma vez que a definição de infracional foi importada do Direito Penal comum. O mesmo documento que legisla pautado na doutrina da proteção integral define o ato infracional com crime ou contravenção penal e defende que a

criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral,

⁴² Dados do relatório do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em 2006, sobre a Inspeção nas Unidades de MSE, apesar de pontual, nos permite ter uma noção da banalização do mal presente nesses espaços, nos inquietando e nos confrontando diante da realidade apresentada. Neste documento temos uma amostra do ritual da visita, do acesso a escolarização e profissionalização como “premiação”, a partir do sistema de classificação, que, segundo Foucault, vale como recompensa ou premiação, além do controle minucioso dos corpos, através da rede de olhares em que se controlam uns aos outros.

espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (ECA, 2005. p. 13).

Essa descrição do atendimento à infância e à adolescência é para pensarmos o que o ECA concebe como “proteção” e “ressocialização”, que na concretude das práticas, caracteriza-se como sistemas de crueldade, como aponta Passetti (2003), e que prima, na realidade, pela segurança absoluta da população, da proteção à população identificada como de “bem”.

Se fizermos um paralelo entre o ECA e as legislações anteriores, Código de 1927 e Código de 1979, por exemplo, é indiscutível que se conseguiu romper com algumas intolerâncias e perspectivas minoristas e, a cada dia têm se pautado questões relevantes nessa área. Isso se nos remetermos aos “antigos” sistemas de crueldade, ou seja, não se quer tirar o mérito, nem os esforços travados nas garantias conquistadas, mas ao compararmos a legislação atual a estes sistemas pode ser uma armadilha e, de certo modo, fica confortável visualizar o ECA como uma Lei avançada, o que pode limitar a discussão, pois é como se estivéssemos chegado ao topo do SGD, de forma a naturalizar o ECA e até se acomodar e não perceber e problematizar suas lacunas, seus essencialismos, seus descensos, no ano em que completa 21 anos (13 de julho de 2011), como se este fosse produto do consenso.

É pensar a história das políticas públicas direcionadas a esse seguimento da população como linear, numa sucessão de avanços e conquistas, como se não houvesse rupturas, dissenso, descontinuidades, embates, exterioridade do acidente e acaso das lutas.

O discurso corrente, segundo o qual o ECA é uma lei avançada e que a criança e o adolescente passaram da condição de menor em situação irregular para a condição de pessoa em desenvolvimento, tem se tornado lugar comum e, de certo modo, impossibilita qualquer problematização deste documento, que também é um monumento. E como já assinalado anteriormente, não é a intenção deste estudo conceber a história feita de saltos, de etapas ou de sucessão de fatos.

Pensar a história das políticas públicas dessa forma é pensar uma história que não se faz com gente, com rupturas e atravessamentos. É pensar a história a partir de um fluxo linear e evolutivo rumo ao progresso. Rago (1995) afirma que a necessidade de o historiador organizar o passado, nas décadas de 60 e 70, se deu e ainda se dá, pela necessidade destes em ordenar cronologicamente os fatos numa seqüência temporal ou dialética a fim de compreenderem o presente e visualizar o futuro.

Para a autora uma das grandes descobertas e desconfortos causados pelas pesquisas de Foucault aos historiadores, principalmente, à época da Revolução Francesa, foi que este deslocava o foco da centralidade do que parecia inovador e até imprescindível, sua atenção se voltava para as margens. Dessa forma, refere que “a prisão nascia, assim, não de um progresso de nossa humanização, ao deixar a barbárie do suplício, mas muito pelo contrário, como resultado de uma sofisticação nas formas de dominação e do exercício da violência” (RAGO, 1995, p. 68).

É sabido que tais problematizações, algumas vezes, abrem espaços para equívocos como o de se pensar que tais lacunas se resolvem com a volta dos “antigos” sistemas de crueldades, ou evocar o debate em torno da redução da maioria penal, por exemplo.

Uma questão que se coloca a respeito desse debate em torno da maioria penal que persiste e vem à baila de tempos em tempos é: que condições temos de debater ou decidir por uma redução se ainda não demos conta de quer de debater e romper com o sistema de crueldade, de contenção e de punição, aos que deveriam ter proteção integral(?)

Verifica-se que, diferentemente do que propaga a grande mídia, a principal vítima da violência não é a classe média, mas a própria juventude. O que a pesquisa coordenada e apresentada por Waisefisz (2006) aponta é que morrem mais jovens, no Brasil, do que em conflitos armados (declarados) no mundo, como já foi assinalado. É importante ressaltar que os estudos nessa área abordam concretamente a questão da mortalidade juvenil, não investigando as outras formas de violência; e os dados já são bem contundentes do ponto de vista de quem tem direito ou não à vida no país. Os números apresentados na introdução desta pesquisa sobre homicídio de jovens são dados inquietantes e perversos, de forma que os jovens que continuam vivos parecem desafiar a “lógica” que se tenta imprimir, de que não há lugar para todos. Porém estes querem ter acesso ao que lhes foi prometido nas cartas de direitos e conforme preconiza o ECA, em seu artigo 3º, onde estabelece que:

a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que se trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social. (ECA, 2005, p. 13).

No documento estudado, apesar de a série políticas públicas estar presente desde as páginas iniciais, verificou-se que pouco ou nada se aborda a respeito desta construção discursiva, ou seja, o que o UNICEF considera como sendo “políticas públicas”, mesmo que afirme, o tempo todo, a sua importância, a sua necessidade, promoção, implantação e implementação. Em seu site oficial, onde anunciam a ampliação da edição 2009-2010 do *Selo UNICEF Município Aprovado*⁴³ para os Estados que compõem a chamada Amazônia Legal, estes sinalizam a preocupação, mas não necessariamente a definição, do que consideram como Políticas Públicas, e no relatório SAB, no tópico denominado de “oportunidade para as políticas públicas, o UNICEF afirma que “a família colocada como **alvo das políticas de bem-estar** social e de qualidade de vida pode ver resgatado seu papel como base do desenvolvimento humano e comunitário” (UNICEF, 2002, p. 14).

Por isso, é tão importante contextualizá-la no cenário social em que está situada. Como um **centro aglutinador de políticas públicas**, a família ainda carece de investimentos por parte dos programas contemplados na agenda da política social brasileira (UNICEF, 2002, p. 15 - *grifo da autora*).

Dois passagens, em particular, saltaram aos olhos nestas afirmações, quais sejam: a família como alvo das políticas de bem-estar e a família como centro aglutinador de políticas públicas. O relatório segue falando desta, sem, no entanto, historicizar, abordando a realidade como um dado a-histórico.

as **políticas públicas**, especialmente de saúde, educação, assistência social, cultura, esporte e lazer, parecem ainda não ter descoberto o imenso potencial que apresentam os adolescentes quando são apoiados no seu contexto familiar Além disso, começa aparecer no País diferentes iniciativas de participação de adolescentes em instâncias de controle da gestão das **políticas públicas**. Essa presença em Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente; em Conselhos de Direitos, em Fóruns de Combate à Violência e outras formas de participação repercute numa mudança da agenda desses espaços levando para dentro deles a experiência vivida, o testemunho pessoal e a avaliação mais realista do impacto das **políticas públicas** no cotidiano de suas vidas (UNICEF, 2002, p. 15 - *grifo da autora*).

⁴³ “O Selo Unicef Município Aprovado visa mobilizar a sociedade para que possa contribuir com o desenvolvimento de capacidades e o monitoramento das políticas públicas implementadas. Além disso, realiza a avaliação dos municípios com base em três eixos: impacto social, gestão de políticas públicas e participação social.” Em: <http://www.obscriancaeadolescente.org.br/index.php?id=bpr&item=39>. Acesso em 09/08/2010.

O UNICEF finaliza a seção com a seguinte conclusão: “por esses diversos motivos, os adolescentes representam também oportunidade de revisão, desenvolvimento, aperfeiçoamento e qualificação das políticas públicas” (UNICEF, 2002, p.16). Terminei a leitura dessa seção indagando e pensando o documento nas suas lacunas, nos seus vazios, nos acontecimentos não ditos como nos sinaliza a genealogia. O que são afinal políticas públicas para o UNICEF? Por que não nomeá-las ou defini-las? Por que pensá-las como objeto natural? De que modo pensar as políticas públicas tecendo subjetividades adolescentes, tal como apresentadas pelo UNICEF?

Scheinvar (2009) em *O Feitiço da Política Pública* nos fornece algumas pistas ao afirmar que o feitiço é uma forma de produção de subjetividades e que ele é real, produz práticas.

A produção de subjetividades refere relações entendidas como produções em rede de conexões produtoras das diferentes perspectivas que nortearão a prática dos sujeitos. [...] A falta de questionamento, de abertura a leitura de outras formas de compreender o mundo que não são hegemônicas, fala da produção de uma prática que pode ser pensada como feitiço. (SCHEINVAR, 2009, p. 32).

Enfatiza, ainda, com base no conceito de subjetividade capitalística de Guattari e Rolnik (2005), que uma das características da sociedade capitalística, que prima pela normalização do sujeito e o concebe como objeto natural,

é a sua capacidade de bloquear processos de singularização, em favor de uma ordem cuja introspecção individual constitui o coletivo na forma de um somatório que se positiva pela repetição, tendo como efeito privilegiado a naturalização. (SCHEINVAR, 2009, p.33).

A autora apresenta ainda algumas tensões na relação entre a esfera pública e a esfera privada, quando da emergência da sociedade civil na sociedade liberal, nos séculos XIX e XX, caracterizada por dicotomias. Assinala que o conceito de sociedade civil nessa perspectiva dicotomizada, concorre para um pensamento binário, naturalizado e moralizador das formas de existência e essa racionalidade burguesa se apresenta como humanitária e salvacionista, tal como parecem apontar ou se apresentar as práticas do UNICEF voltadas para o cuidado, a proteção, e até de uma certa purificação da sociedade, em seu projeto de “união” entre a sociedade civil, as ONG’s, e

o poder público. A escola também problematizada por Scheinvar (2009) é apontada por esta agência como o grande viveiro de produção de práticas solidárias e humanitárias.

Por ser um espaço de experiências que vão além do processo ensino-aprendizagem, a escola precisa firmar-se como local de aprendizagem, exercício e vivência da cidadania. Além disso a escola precisa abrir-se e integrar-se com as demais políticas públicas para construir e compor uma verdadeira rede de inclusão social. (UNICEF, 2002, p. 68)

[...] a inclusão de adolescente nessas atividades é o ponto de partida para a melhoria da sua auto-estima, do auto-conhecimento e auto-proteção. A expansão de iniciativas das iniciativas desse setor é um desafio que já vem sendo percebido por um número cada vez maior de ONGs, com iniciativas de governos de diferentes níveis, e que precisa ser enfrentado por todo o País a partir de políticas públicas mais sistematizadas e estruturadas. (UNICEF, 2002, p. 68)

Brauman em artigo intitulado: “Da ‘missão civilizatória’ à ação humanitária”⁴⁴, fala de forma contundente de uma espécie de ação litúrgica dos organismos internacionais juntamente com outras instâncias no combate a pobreza dos países do “terceiro mundo”, no cuidado com os mais necessitados.

Os organismos especializados da ONU, particularmente a UNICEF e a OMS, tendo como retaguardas inúmeras ONGs, fixaram como objetivo divulgar a profunda crença fundamentada no mundo ocidental segundo a qual a maior parte das patologias encontradas no Terceiro Mundo são a consequência da falta de limpeza. Desta forma, a epidemiologia anglo saxã, hoje largamente dominante, distingue os water-based diseases (doenças atribuídas à água) e os water-based diseases (doenças curáveis pela água). A água que lava e purifica, a água que mancha e contamina, eis o que forma o essencial de seu credo, mais próximo de um catecismo da modernidade do que de uma verdade verificável (BRAUMAN, 2005).

⁴⁴<http://diplomatie.uol.com.br/acervo.php?id=1177&PHPSESSID=d05814d90153914f259a18ae414b48ed>. Acesso em 21/11/2010.

V- AS SÉRIES DISCURSIVAS E OS DISCURSOS EM SÉRIE

Apresentamos aqui as séries recortadas do relatório SAB que tendem a objetivar e subjetivar o sujeito adolescente, dentre estas: família, profissionalização, educação, desenvolvimento humano/sexualidade, risco e sujeito de direito. Estas que chamamos de Matrizes, foram analisadas no conjunto de atravessamentos institucionais que definem quem é o sujeito adolescente e também ancoradas em outras séries, que a equipe de consultores do UNICEF articula a fim de montar o documento. Portanto, a análise se deu a partir das séries, tendo em vista a sua recorrência e sua articulação com as demais, problematizando seus acasos e, fundamentalmente, o seu efeito nos corpos dos sujeitos identificados como adolescentes. Para Lemos (2007, p. 40), “todo saber está vinculado a jogos de poder e, o exercício de relações de poder se apoia em saberes e em séries discursivas diversas”.

Ressalta-se que ao se colocar em análise as práticas discursivas do UNICEF, não se pretendeu apresentar esta agência como “monstro frio” – metáfora utilizada por Foucault quando afirma que o Estado, ou melhor, a razão de Estado, é o correlato de uma forma de governar. Portanto, “longe de ser uma espécie de dado histórico-natural, que se desenvolveria por seu próprio dinamismo como um ‘mostro frio’ cuja semente teria sido jogada num momento dado na história” (FOUCAULT, 2008b, p. 8-9). Nestes termos, seguindo as suas pistas, coube problematizar a forma de atuar (governar) dessa agência e os seus rastros (efeitos) atentando para a “sua história, como ela se estende a determinado domínio, como ela inventa, forma, desenvolve novas práticas” (FOUCAULT, 2008b, p. 9).

No relatório analisado, no tópico intitulado “desafios para o desenvolvimento integral por meio do esporte, cultura e lazer” (UNICEF, 2002, p.42-43), vê-se uma mostra contundente da realidade paradoxal dos próprios números apresentados e da imagem correspondente aos índices apresentados, onde temos um quadro de meninas sorrindo, parecem estar “felizes”, outro de meninos tocando flautas. As imagens são da fotógrafa Mila Petrillo que já recebeu vários prêmios como o de “jornalista amiga da criança” pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI). Sobre esta premiação, em entrevista concedida à revista *Educação*, a fotógrafa afirmou que “é

sempre profundamente doloroso ver as fotos da fome, de pessoas muito magras” (PETRILLO, 2010).⁴⁵

As imagens mostradas no relatório sobre o direito ao esporte, a cultura e o lazer estão montadas com os números apresentados abaixo:

[...] Apenas 24% dos adolescentes entrevistados informaram ter a possibilidade de participar de alguma atividade artístico-cultural fora da escola; 83% não têm acesso a clubes de lazer; 74,5% não podem freqüentar um cinema; 60% não têm onde praticar esportes, e mais de 80% não dispõem de equipamento públicos ou comunitários que assegurem o direito ao esporte, cultura e lazer gratuitamente” (UNICEF, 2002, p. 43).⁴⁶

As conquistas existem, com isso concorda-se, mas isso não quer dizer que se seguem em um fluxo linear, em uma evolução, numa sucessão de fatos sem disparates, sem embates, como se todos que integram a SGD tivessem as mesmas práticas para com a “garantia” de direitos. É quase impossível pensar ou garantir direitos sem embates, sem relações de forças. É o próprio UNICEF que, embora busque o consenso, afirma que “a cidadania é mais do que simplesmente ter direitos. É o direito de produzir a cada dia, novos direitos, de reivindicá-los e obtê-los, *concretamente*, no dia-a-dia” (UNICEF, 2002, p. 61 - *grifo da autora*).

Essa participação implica um processo de diálogo permanente em que o que deve prevalecer não é uma opinião isolada, seja do adolescente, seja do adulto, mas o resultado das diferentes visões acomodadas num consenso construído com respeito de ambos (UNICEF, 2002, p. 61).

As práticas coexistem, por mais paradoxais que possam parecer, para os que buscaram a coesão nas mesmas. Elas atendem a interesses diversos e se ancoram em práticas vizinhas. Portanto, o UNICEF não gere sozinho, os corpos dos adolescentes;

⁴⁵ “Aliás, quando eu era pequena, adorava ver revistas de fotografia e eu me lembro de que era totalmente insuportável enxergar as cenas da Nigéria e da Biafra. Eu via algumas revistas várias vezes e decorava as páginas que tinham essas imagens para pular, era horrível. Recentemente, foi muito forte ver na imprensa aquela sequência de fotos na Palestina, do pai abraçado com o filho, pedindo para não atirarem. Eu chorei muito com aquilo. Tanto com a foto quanto com as imagens na televisão. É terrível ver a cena da criança morta e do pai ali, sem poder fazer nada”. http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_revistas/revista_educacao/outubro01/entrevista.htm. Acesso em 03/08/2010 às 16 47.

⁴⁶ Ver anexo IV, deste estudo.

pelo contrário, age em rede⁴⁷. E é agindo em rede ou só agindo em rede que o UNICEF tem conseguido pautar as questões que considera relevantes e necessitando da atenção e do esforço de toda a sociedade, que diante dos indicadores apresentados, se mobiliza para o seu enfrentamento e prevenção, além de orientações ao Estado brasileiro, relacionadas às várias temáticas, como no que diz respeito à prática de atos infracionais. Assim, afirma que

nesses casos, o Estado deve investir em processos socioeducativos, a fim de que os comportamentos transgressivos que os adolescentes expressam em infração não venham a se tornar, por força da negação de seus direitos e pela falta de oportunidades, em traços constitutivos de sua própria personalidade. (UNICEF, 2002, p. 48)

Ao lado do crescimento da violência, das doenças sexualmente transmissíveis e do abuso de drogas, que afetam sensivelmente os adolescentes, a gravidez precoce reforça o ciclo de reprodução da exclusão: baixa renda, escolaridade insuficiente, inserção precoce e precário no mercado de trabalho. (UNICEF, 2002, p. 57)

V. 1. Família

Neste tópico, a série família, que já vinha sendo objeto de análise neste estudo ganhou outros contornos a partir das discussões realizadas na disciplina intitulada “História da Assistência a Infância no Brasil (UERJ), ministrada pela Professora Esther Arantes, que suscitou mais inquietações e problematizações, tais como: por que ao longo da história da assistência à criança e ao adolescente a família vem sendo desautorizada e ao mesmo tempo produzida como instituição de “vanguarda”? Quais os efeitos da desqualificação da família no contexto da garantia de direitos de crianças e adolescentes? A quem interessa essa desqualificação?

⁴⁷ Relação dos participantes do “Grupo Técnico para Elaboração de Propostas de Políticas para Adolescentes de Baixa Escolaridade e Baixa Renda”: Ação Educativa. Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG. Fundação Abrinq. Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP/MEC. Procuradoria Geral do Trabalho. Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade do Município de São Paulo. Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo - SERT/SP. Secretaria de Políticas Públicas e Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI. Serviço Social do Comércio – SESC. Serviço Social da Indústria – SESI. Superintendência de Ensino Profissional da Secretaria de Educação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul - SUEPRO/SE/RS. APOIO: 387 instituições participantes da Teleconferência pela Cidadania dos Adolescentes em 22 estados brasileiros (UNICEF, 2002, p. 59).

O UNICEF afirma que “os adolescentes têm diante de si a possibilidade e o desafio de construir um país democrático, e que sua participação é fundamental para a consolidação do próprio processo de democratização da sociedade brasileira” (UNICEF, 2002, p. 61), sendo a família é descrita como “contexto primário de socialização das pessoas”. Dentre as instituições promotoras dessa democratização estão: a escola e a família, esta última caracterizada como instituição de vanguarda e principal responsável pela proteção de crianças e adolescentes, como aponta o fragmento a seguir:

As reorganizações familiares, a partir do divórcio ou da reconstrução de vínculos conjugais e de outras tantas mudanças nesse padrão, resultam em situações diversas a ser administradas pelas famílias, intermediadas por instâncias reguladoras, responsáveis, no fim, por garantir a convivência familiar e comunitária, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do adolescente. (UNICEF, 2002, p.19)

Na Europa do século XVIII até o final do século XX, a racionalidade que imperava era a garantia da educação para a obediência, com escolas destinadas para ricos e para pobres e espaços de correção dos “desvios”. Vivia-se a era das disciplinas. Tudo tinha que estar cronometricamente calculado, vigiado e passível de ser punido. “Os filhos teriam boa educação para a boa vida quando se assemelhassem ao bom pai e à boa mãe, e este modelo de família deveria ser seguido por todos, para que a sociedade fosse limpa, sadia, comedida e feliz” (PASSETTI, 2003, 145).

Esse modelo de disciplinarização e higienização dos corpos, já discutido em capítulo anterior sobre políticas públicas é exportado para o Brasil, que à época era colônia de Portugal, o que produziu uma subjetividade familiar moralizante e técnico-científica de acordo, com Costa (1983).

V. 1.1- A Família como Dispositivo Técnico-Científico

A chegada da Corte no Brasil provocou mudanças no modelo de família vigente, tanto daquelas desprovidas de condições materiais, quanto daquelas que tinham muitos bens, mas que precisavam ser educadas; de acordo com o padrão europeu precisavam “se refinar” para se tornarem uma família honrada, moralizada, burguesa. Esta vai ser “convidada” a se modernizar, a se “sofisticar”, de acordo com a nova racionalidade que se estabelecia no Brasil e, sobretudo no Rio de Janeiro, então Capital da República,

vivia-se a chamada *Belle Époque* e houve quem fosse “apelidada” pelo poeta João do Rio de “Marechala da Elegância”⁴⁸.

Implantam-se no Brasil as primeiras faculdades de medicina e direito. A justiça e a medicina vão ser as principais instâncias responsáveis pelo esquadramento da família. O sistema assistencial vai, aos poucos, substituindo e se mesclando ao sistema caritativo e, paralelamente investindo em mão-de-obra barata. Esse “refinamento” das famílias tinha por finalidade a “limpeza”, para que pudesse se enquadrar nos moldes burgueses e higienistas da época. “Desde então, o controle institucionalizou-se por intermédio de equipamentos sociais, tais como o Juizado, os postos de saúde e a escola, no sentido da correção ou eliminação dos “irregulares” (SCHEINVAR, 2006, p. 50).

Quanto às crianças e jovens identificados como “criminosos”, “irregulares”, nesse período da República, eram identificados como “classe perigosa”, pois não estavam enquadradas na norma médica e na ordem familiar, tomando emprestado o termo utilizado por Costa (1983).

Para Costa (1983), “o problema começa quando percebemos que a lucidez científica das terapêuticas dirigidas às famílias escondem, muitas vezes, uma grave miopia política. Miopia que tende a abolir, no registro do simbólico, o real adjetivo de classe existente em todas estas lições de amor e sexo dadas à família” (p. 17).

Essa miopia política parece perpassar o que Donzelot (1986) chamou de “complexo tutelar” quando articula as práticas do saber psiquiátrico e do poder judiciário em “*A Polícia das Famílias*”, onde em nome da proteção, o Estado de direito, desautoriza a família e, a dinâmica familiar passa a ser um “problema” de polícia e não de política como refere Costa. Donzelot postula que os primeiros educadores e as primeiras assistentes sociais, foram lançados no mercado pelo poder judiciário para dar conta da seguinte missão:

[...] Existe um número considerável de crianças mal cuidadas e que escapam de toda e qualquer autoridade [...]. Fazei o que for necessário para que os pais cumpram seus deveres. Eles não poderão vos rechaçar, pois acabamos de promulgar uma série de leis de proteção á infância que vos autorizam a passar por cima da autoridade paterna. Nós vos outorgamos, portanto, mandato para exercer vossa autoridade e, conseqüentemente coagir a família (DONZELOT, 1986, p. 137-138)

⁴⁸ Ver registro fotográfico feito em junho de 2010 (anexo V deste estudo). Placa fixada no “Parque das Ruínas” em homenagem a Laurinda dos Santos Lobo, no Bairro de Santa Tereza, no Rio de Janeiro.

É esse tipo de práticas, que vigorou no fim do século XVIII e início do século XIX, e já discutido acima (*quando da produção da adolescência como objeto do conhecimento*) é denominada de Estado de polícia. Foucault (2008) a discute com a preocupação de mostrar o possível alcance político que a análise de tal regime pode trazer para fundamentar o entendimento dos efeitos de tais práticas na atualidade. Tanto Foucault (2008) como Donzelot (1986) e Costa (1983) nos alertam para a tentativa de esvaziamento político nas práticas técnico-científicas ou técnico-burocráticas dos especialistas de plantão ao longo da história, por vezes, da história da verdade. Segundo Foucault (2008, p. 51) “o Estado de polícia é um governo que se confunde com a administração, um governo que é inteiramente administrativo e uma administração que tem para si, atrás de si, o peso integral de uma governabilidade”.

V. 1.2- A Família na Roda

Em estudo realizado sobre a sociedade aristocrática do Rio de Janeiro, em meados do século XIX, Costa (1983) assinala que diante de uma lógica burguesa que criou a figura do “sujeito bem comportado”, higienizado, e disciplinado “amar e cuidar dos filhos tornou-se um trabalho sobre humano, mais precisamente, científico” (COSTA, 1983, 15).

Para este autor, o cuidado com os filhos passou a ser uma tarefa técnico-científica e, para tal, os especialistas em educação familiar são chamados a arbitrar, mediar e medicar, os conflitos, os prazeres e os desvios, respectivamente; baseados no modelo burguês, onde esta tarefa terá uma função de “segurança e proteção”. Intervenção, muitas vezes, bem intencionada, rica do ponto de vista científico do que se propõe, mas empobrecidas politicamente, baseadas em evidências e naturalizações, como apontam os fragmentos a seguir:

[...] A família é o contexto primário de socialização das pessoas, é espaço privilegiado na oferta de boas condições de desenvolvimento humano. Quando se fala das crianças pequenas, o papel da família parece evidente. Mas a família também tem função primordial no desenvolvimento dos adolescentes. (UNICEF, 2002. p. 13)

Permanece o consenso sobre a família com espaço privilegiado para a prática de valores comunitários e o aprofundamento de relações de solidariedade. (UNICEF, 2002. p 13)

Foi pensando nestas questões, apontadas por Costa (1983), Donzelot (1986), Arantes (2008), e em minha prática no atendimento a adolescentes privados de liberdade (no estado do Pará), ou adolescentes em conflito com a lei, de acordo com a legislação vigente, que me deparei com situações de culpabilização e desqualificação das famílias tidas como “desestruturadas” e até “inestruturadas” por portar os “germens” da pobreza. A partir dessa prática, e dessas leituras/encontros, surgiram algumas indagações: a partir de que lógicas a família é produzida como omissa, negligente, irresponsável ou desqualificada? Quem define esses adjetivos que dizem de certo modo de ser? Qual o interesse de por a família na Roda?

No relatório em estudo, os projetos apoiados pelo UNICEF e por seus parceiros, são sempre descritos como experiências exitosas e bem-sucedidas, projetos estes identificados pelos adolescentes, segundo o UNICEF (2002), como “sua segunda casa”. “Nesse cenário acolhedor, estão as meninas e os meninos que participam do Programa Municipal de Atenção Integral a Criança e Adolescente em Situação de Rua” (UNICEF, 2002, p. 36)⁴⁹.

Dentre os discursos que tecem as subjetividades dos adolescentes participantes dos vários projetos apoiados pelo UNICEF, e descritos no relatório, destacam-se as seguintes falas:

1. “acho que é aqui que vou descobrir o meu futuro. Nem consigo me imaginar sem a Fundação” (p. 65).
2. “Aqui eu me abro, conto minhas alegrias e problemas para os educadores e para os meus amigos” (p. 32).
3. “Aqui não tem encrenca, é só clama” (p.46).

Mais do que respostas ou conclusões a estas questões, faz-se necessário problematizações que nos possibilitem refletir e discutir o que parece dado *a priori*, qual seja, a proteção de crianças e jovens, por serem considerados como “seres em desenvolvimento”, ou como “sujeitos de direitos”, cabendo, sobretudo à família, a sua proteção. “Se a família não como um todo não conseguir mudar seu funcionamento a partir da adolescência dos filhos, estará impedindo que eles cresçam e se desenvolvam” (UNICEF, 2002, p. 14).

⁴⁹ Segundo o relatório a “Casa Harmonia” é parte do programa PAICA-RUA da Prefeitura de Porto Alegre com o apoio do UNICEF.

A questão que se coloca é: que projeto de sociedade é esse? Por quanto tempo vamos ter que conviver com “os meninos do projeto” ao invés de viver com sujeitos mundanos, nômades? Se tratar-se de uma escolha, preferimos crianças e jovens do presente, livres e sem a carga de terem a esperança e o futuro da nação em suas costas, em suas VIDAS.

V. 2- Profissionalização

V. 2.1. Profissionalização e formação do Capital Humano

Quando Foucault aborda, no *Nascimento da Biopolítica*, o que chama de neoliberalismo americano, aponta pelo menos três elementos que foram fundamentais para o governamentalidade, quais sejam: a política Keynesiana, que teve a Escola de Chicago como seu *locus* de produção e disseminação, através dos estudos de Henry Calvert Simons, no período de 1933 a 1934. O segundo elemento foi o “plano de Beveridge”, que se constituía de um conjunto de documentos, de pactos internacionais, pactos sociais que prometiam à população uma segurança em um momento de guerra eminente; estes eram chamados de “pactos de guerra” e diziam às pessoas: “agora pedimos a vocês para darem a sua vida, mas prometemos que, feito isso, vocês manterão seus empregos até o fim de seus dias”. (FOUCAULT, 2008b, p. 289). E o terceiro elemento foi o intervencionismo de Estado, materializado nos programas sobre pobreza, a educação e a segregação.

A despeito do liberalismo na França e na Alemanha, nos Estados Unidos, este assumiu características bem distintas, dentre estas está o problema das liberdades, que estão no cerne das relações entre indivíduos e governo.

É por isso que eu creio que o liberalismo americano, atualmente, não se apresenta apenas, não se apresenta tanto como uma alternativa política, mas digamos que é uma espécie de reivindicação global, multiforme, ambígua, com ancoragem à direita e à esquerda (FOUCAULT, 2008b, p. 301).

É sob esse pano de fundo que está assentado o liberalismo americano. Ele produz e necessita de utopias, se reinventa a cada época e momento, visando produzir estilos de vida “livres”. Foucault (2008b) elenca dois elementos que, para ele, se constituem como métodos de análise e estão no campo de articulação de um novo modelo de liberalismo: o neoliberalismo americano, que se pauta na livre concorrência de mercado. O primeiro deles é a teoria do Capital Humano e o segundo, a análise da

criminalidade e delinquência. Nos apropriamos aqui da teoria do capital humano, tal como descrita e analisada por Foucault, para abordar a série profissionalização e inserção do adolescente no mundo do trabalho.

Uma das maiores preocupações dos neoliberais americanos é como a transmissão de capital humano para os seus filhos ou para as futuras gerações. Mas o que vem a ser o capital humano? Como se transmite? Como se forma? Ele é composto de que?

Para iniciar essa discussão e apresentar a articulação entre investimentos educacionais, capital humano e mundo do trabalho, tomo o relatório a partir do tópico “adolescência como desafio”, em particular do ponto que aborda a adolescência como **desafio na promoção do conhecimento, da educação e da inserção no mundo do trabalho**. Neste, o UNICEF apresenta constantes preocupações, como o processo de escolarização e as dificuldades nesta área a serem superadas pelo país, enfatizando a integração entre família e escola, que “desempenham papel decisivo na formação dos adolescentes como sujeitos plenos, capazes de exercer seus direitos e corresponder com seus deveres na sociedade que integram como cidadãos” (UNICEF, 2002, p. 24). Fala sobre:

1) A educação básica: um desafio do adolescente como cidadão.

O processo educativo básico contribui não apenas com uma melhor qualificação profissional e melhores salários, como assegura o acesso dos indivíduos a um conjunto de conhecimentos necessários para participar da vida pública e enfrentar as dificuldades impostas pelos processos das diferentes formas de globalização (UNICEF, 2002, p. 25).

2) A escola: espaço para o exercício da participação

Nessa fase importante da formação da personalidade, a escola constitui referencial estruturante. Em seu projeto pedagógico, a escola deve promover atividades que estimulem o amadurecimento do adolescente. Portanto, cabe a escola, além das ações específicas da escolarização, assumir um papel de instância formadora para o exercício da cidadania em todas as suas dimensões (UNICEF, 2002, p. 25).

[...] Assim como na família, o adolescente precisa encontrar na escola, espaços para exercer sua participação, enfrentando os limites impostos pela sociedade e pelas leis de convivência social e aprendendo a negociar em vez de apenas submeter-se ou se impor (UNICEF, 2002, p. 25).

3) **Adolescência, escola e mundo do trabalho**, afirma que:

A educação profissional realizada de forma segmentada e apartada do sistema de ensino, por meio de cursos de curta duração e sistemas distintos e desarticulados, faz com que não se tenha no País uma rede de programas de educação que concilie os conteúdos do ensino formal com as necessidades do mundo do trabalho. (UNICEF, 2002, p. 30)

A educação voltada para a formação do Capital Humano aposta nos investimentos educacionais, que se obtém através de “uma análise ambiental, como dizem os americanos, da vida da criança, que vai poder ser calculada e, até certo ponto, quantificada; em todo caso, que vai ser medida em termos de possibilidade de investimento em capital humano” (FOUCAULT, 2008b, p 316). Este inclui não só o processo de escolarização e profissionalização, mas também os cuidados maternos, a relação mãe-filho, o tempo dedicado ou “investido” nestes cuidados, a qualidade da alimentação, dentre outros elementos.

Para Lemos (2007), há uma visão político-econômica neoliberal clara nas práticas de organismos internacionais como o UNICEF. Proteger e cuidar de crianças e adolescentes, além de se constituir um investimento em capital humano, também configura-se em “um investimento que traz retornos, como: aumento do poder de consumo, redução da pobreza, promoção da ordem social, redução da violência; economia em gastos públicos com políticas sociais” (LEMOS, 2006, p. 05).

Nesta lógica, tem-se constituído também uma visão dos jovens (empobrecidos) como símbolo da “periculosidade”, dentre outras práticas discursivas objetivadoras desses corpos. Eles precisam estar ocupados para que não se envolvam em ilícitos. Para Foucault (1996b, p. 85), a noção de periculosidade “significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos; não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam”.

Nesse sentido, parece se configurar que os discursos de proteção às crianças e jovens brasileiros se direcionam para um “futuro planejado”, a partir de índices estatísticos e econômicos, com objetivo de retorno de investimentos, pautado em uma visão mercadológica de custo/benefício e em um determinismo biologizante, conforme consta no site oficial da agência.⁵⁰

⁵⁰“Como maior referência mundial na área da infância, o UNICEF contribui para que as empresas possam incorporar o tema da infância e da adolescência em suas estratégias de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e, dessa forma, possam gerar resultados mais efetivos e sustentáveis que possam

Investir nas chamadas “minorias”, na ordem neoliberal, é apostar na garantia de lucros para as empresas ditas socialmente responsáveis – enquadradas na chamada Responsabilidade Social Corporativa/RCS. Trata-se de uma estratégia empresarial que credencia as empresas no momento de estabelecer parcerias com organismos como o UNICEF, por exemplo, que se auto-intitula e é reconhecido amplamente como referência na área da infância e da adolescência.

Quando o UNICEF fala – com base nos princípios do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (*World Business Council on Sustainable Development*) - no retorno trazido pelo engajamento empresarial nas ações voltadas para a proteção à infância, significa, em sua linguagem, que as estratégias de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) “só apresentarão resultados efetivos se a empresa decidir incorporar no ‘DNA’ de seu negócio os direitos da infância, tema central das agendas mundiais de direitos humanos e de desenvolvimento social”. Como estratégia para captar investidores, o UNICEF apresenta em seu site oficial 05 motivos para uma empresa estabelecer parceria com ele, investindo na proteção à infância e à adolescência, conforme segue abaixo:

1. A aliança com o UNICEF oferece à empresa a oportunidade de formar uma parceria com a maior referência mundial na área da infância. Nos 191 países em que atua, o UNICEF conta com **o reconhecimento e a solidariedade** de milhões de pessoas.
2. Ao firmar uma parceria com o UNICEF, a empresa dá um importante passo em direção às boas práticas de responsabilidade social com foco na infância. É uma decisão que pode contribuir para o **fortalecimento da marca e da imagem da empresa perante acionistas, clientes, funcionários, fornecedores e comunidade**.
3. Com larga e comprovada experiência na área da infância e um corpo de profissionais altamente qualificados e comprometidos com essa temática, o UNICEF tem a capacidade de **ajudar as empresas a obter resultados mais efetivos com suas estratégias de RSC**.
4. Além de sua presença global, desde 1950 o UNICEF **atua, no Brasil, em parceria com os mais diversos agentes sociais** como governos, universidades, ONGs e comunidades.
5. O UNICEF contribui diretamente com apoio técnico e financeiro para melhorar as condições de vida de crianças em situação de risco. São ações que **permitem desenvolver boas práticas e metodologias sociais** capazes de promover mudanças estruturais e de amplo alcance. Tais experiências são sistematizadas e disseminadas pelo UNICEF para garantir que sejam

implementadas em larga escala por meio de políticas públicas nos âmbitos municipal, estadual e federal. (http://www.unicef.org/brazil/pt/support_10782.htm). Acesso em 07/05/10. - *Grifos do UNICEF.*

Sabe-se que na lógica empresarial um investimento com tal destinação contribuirá para o tão almejado sucesso e destaque econômico, social e pessoal. É uma estratégia de *marketing* que permite às empresas, numa lógica empresarial capitalista, um “diferencial competitivo”, uma vez que esta lógica, na atualidade, é gerida pela livre concorrência que ao mesmo tempo em que compete, busca o enriquecimento em bloco. “Entra-se na era de uma historicidade econômica que será comandada pelo enriquecimento, se não indefinido, pelo menos recíproco, graças ao próprio jogo da concorrência” (FOUCAULT, 2008b, p. 74).

Para o UNICEF, “investir na infância e na adolescência significa oferecer para cada menina e cada menino as condições necessárias para que eles possam desenvolver todo o seu potencial como cidadãos e profissionais. Significa ajudar a reescrever o futuro. Agora” (UNICEF, 2010)⁵¹. Mas o futuro é o presente empresarial, da livre concorrência, com a introdução de capital em todos os empreendimentos, referindo os diversos espaços como possibilidades de lucro.

O neoliberalismo obedece a uma economia máxima, na qual o sujeito passa a ser a sua própria empresa; passa a ser o empresário de si. E se o sujeito estiver fora do mercado de trabalho ou do mundo do trabalho, ele não deve se identificar ou se (des)qualificar como desempregado, mas sim como alguém disponível para o mercado de trabalho. Alguém que tem a “liberdade” de gerir a sua “desempregabilidade”. Se é que existe este termo!!

Ferreira (2009) faz uma interessante discussão sobre a governamentalidade e as práticas psicológicas⁵² na atualidade. Aponta que estas últimas, com suas técnicas e saberes baseados em uma suposta natureza humana, têm dado sustentação a discursos individualizantes, de auto-realização, no que a vida é tomada como um projeto na valorização do capital humano, uma vez que, dependendo do seu “estilo de vida”, você encontrará a felicidade ou terá um lugar ao sol⁵³.

⁵¹ Extraído do site Oficial:

⁵² Ferreira (2009) apresenta também neste artigo as especificidades das técnicas psicológicas e apresenta outras possibilidades no campo *psi* de combate a forma neoliberal de gestão da vida.

⁵³ Segunda-Feira Ao Sol, (*Los Lunes ao Sol*) de Fernando León de Aranoa (2002), é uma excelente e instigante filme sobre o desenvolvimento da mundialização do capital. Aborda, sobretudo, o drama de ex-operários sem o “seu” trabalho, a produção objetiva e subjetiva do homem que é impedido de trabalhar. O filme também desmistifica fábulas como *A Cigarra e a Formiga*.

No século XIX a psicologia consagrou o indivíduo normal e disciplinado. Hoje os psicólogos desenvolvem complexas técnicas emocionais e terapêuticas pelas quais as práticas da vida cotidiana podem ser organizadas de acordo com a ética de uma individualidade autônoma autêntica e supostamente mais verdadeira (FERREIRA, 2009, p. 70).

Foucault (2008b) assinala que se deve analisar o neoliberalismo, não a partir de uma perspectiva teórica ou ideológica, muito menos “como uma maneira de a ‘sociedade’ ‘se apresentar’..., mas como uma prática, isto é, como uma ‘maneira de fazer’ orientada para objetivos e regulando-se por uma reflexão contínua” (FOUCAULT, 2008b, p. 432). Diante dessa governamentalidade pautada na prática, não há tempo a “perder” com teorizações, mas tão somente em seguir as recomendações. As recomendações e publicações nessa área são sempre recheadas de receitas do que, e como fazer, para obter “destaque”, para ser “competitivo”, “eficiente”, e tudo isso de forma “rápida”, “bem humorada” e “criativa”.

Segue a relação de algumas destas publicações, para ilustrar o imperativo do “mova-se, não há tempo a perder. O futuro não espera!!!” Dentre estas, podemos citar a edição da Revista Liderança, com o título de capa *Traição: Como agir quando alguém ultrapassa os limites da confiança*⁵⁴; há também o *Livro verde da persuasão: como persuadi pessoas a fazer do “seu jeito”*⁵⁵; *Socorro tenho medo de vencer*, e até uma versão atual e prática do pensamento de Nietzsche, para solucionar problemas do cotidiano, como o livro de autoajuda de Allan Percy: *Nietzsche para estressados*⁵⁶. Além de autores renomados nesta área como Peter Drucker, dentre outros. Para Draibe (1993)

Em lugar de ideologia, os neoliberais têm conceitos. Gastar é ruim. É bom ter propriedades. É ruim exigir programas. Precisamos de parceiros, não de governo forte. Falem de necessidades nacionais, não de demandas de interesses especiais. Exija crescimento, não distribuição. Acima de tudo, tratem do futuro. Repudiem o passado. Ao cabo de pouco tempo as idéias neoliberais começam a soar como combinação aleatória de palavras mágicas. (DRAIBE, 1993, *apud* SCHNEIDER, p.89)

O UNICEF, como parte desta lógica, tem investindo desde a década de 1950 em um mercado de questões sociais, produzidas através de estudos e apresentadas em forma de relatórios às empresas parceiras, governos e ONG,s, e, fazendo um paralelo, são

⁵⁴ <http://www.editoraquantum.com.br/php/busca.php?p=2&O4I=765>. Acesso em 04/04/2011

⁵⁵ <http://www.wook.pt/ficha/o-livro-verde-da-persuasao/a/id/3090852>. Acesso em 04/04/2011

⁵⁶ Nietzsche para estressados: 99 doses de filosofia para despertar a mente e combater as preocupações. http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=12743. Acesso em 05/04/2011.

como uma espécie de catálogos ou *books* de demandas emergenciais, nos quais os gestores ou colaboradores escolhem em quais programas, projetos e problemas irão investir, ou tentar solucionar, tendo como foco, aquelas que darão mais rentabilidade e notoriedade frente ao mercado, quais irão impactar no futuro de crianças e jovens, e prioritariamente no futuro empresarial.

A contribuição das organizações não-governamental e do setor privado tem sido relevante para o desenvolvimento de metodologias e abordagens da profissionalização que necessitam ser incorporadas a um sistema público e universal. (UNICEF, 2002, p. 30)

Santos (2009) observa que a dimensão mercantil das questões sociais na interfase Estado-Empresa-ONGs, no caso do Brasil e da América Latina como um todo,

[...] termina por criar um verdadeiro mercado, donde as mazelas sociais se transformam em verdadeiras oportunidades de investimento e um palco para a gestão. Tais investimentos podem ser contabilizados nas corporações via estratégias de marketing social, nos governos via discursos e promessas de ação, nas ONGs e nos movimentos sociais, via cooptações e financiamentos” (SANTOS, 2009, p. 180).

Portanto, ao incorporar no “DNA” da empresa os direitos das crianças e dos adolescentes, esta, além da garantia de renda, de lucro, irá constituir capital humano. Capital este que produzirá mais renda, numa lógica clara de custo-benefício, de acordo com o modelo neoliberal americano.

“A governamentalidade neoliberal precisa, ao mesmo tempo, incentivar a concorrência como princípio regulador da economia de mercado e garantir uma política de estabilidade moral e cultural do corpo social” (VANDRESEN, s/d, p. 6). Portanto, este sistema apresenta não só a sua face competitiva ou “negativa”, mas também as múltiplas possibilidades e vantagens de “ser livre” para competir, para se qualificar ou se autogerir. E gerir, inclusive, o que Foucault denomina de “renda psíquica”, caracterizada pelos investimentos educacionais da relação mãe-filho. “Trata-se de fato e sempre de generalizar a forma econômica do mercado. Trata-se de generalizá-la em todo o corpo social, e generalizá-la até mesmo em todo o sistema social (FOUCAULT, 2008b, p. 333).

Gerir a população e principalmente os pobres passou a ser um bom negócio para agências internacionais, como é o caso do UNICEF. Os “adolescentes” são objetivados e subjetivados a partir de concepções lineares e evolucionistas do desenvolvimento

humano e imperativos desenvolvimentistas do mercado econômico, próprios à lógica neoliberal mercadológica, preocupada com a relação custo-benefício e com a regulação populacional. Estes passam a ser pensados em termos de investimentos, entendendo estar-lhes apoiando a otimizar a sua existência ao ensinar-lhes “a negociar em vez de apenas submeter-se ou se impor”.

V. 3- Escola

A escola, descrita pelo UNICEF como uma instituição de vanguarda, constitui-se de um espaço de participação e negociação, tal como postula a ordem neoliberal. “Assim como na família, o adolescente precisa encontrar, na escola, espaços para exercer sua participação, enfrentando os limites impostos pela sociedade e pelas leis de convivência social e aprendendo a *negociar* em vez de apenas submeter-se ou se impor” (UNICEF, 2002, p. 25 - grifo da autora).

A escola, a família, a comunidade, as ONG's, as empresas “parceiras e responsáveis socialmente”, todos(as) são convocados nos documentos do UNICEF a integrar as políticas sociais voltadas para os 21 milhões de adolescentes brasileiros. O Estado, ao que tudo indica, é visto como separado da sociedade ou como co-adjuvante desta “cruzada da cidadania”. Para esta agência, “esse desafio precisa ser enfrentado por um trabalho conjunto entre escola, família, comunidade, ONGs e demais instituições responsáveis pela proteção à infância e à adolescência” (UNICEF, 2002, p. 24)

A partir dos dados estatísticos apresentados pelo UNICEF, sobre o nível de escolaridade dos 8 milhões de adolescentes, pode-se conjecturar que existe uma preocupação maior com o vir a ser destes sujeitos expulsos do ambiente escolar, com o “risco” que oferecem à população, comprometendo(?) *o futuro do país*, do que, propriamente, com o momento presente de sua existência, que é vista por esta agência como “tendência”, quando afirma que “os adolescentes têm forte tendência a viver basicamente o presente” (UNICEF, 2002, p. 35).

Os que vivem o presente em uma sociedade que prima pela garantia do “bom futuro” são, via de regra, motivo de preocupação, pois o agora é sempre momento de planejar o futuro, de investir no capital humano, como já assinalamos, de formar o que Foucault denominou de *competência-máquina*. “Formar capital humano, formar, portanto essas espécies de competência-máquina que vão produzir renda, ou melhor, que vão ser remuneradas por renda, quer dizer o que? Quer dizer, é claro, fazer o que se chama de investimentos educacionais” (FOUCAULT, 2008b, p. 315).

O UNICEF, no relatório estudado, dispõe de um conjunto de 16 propostas a serem contempladas “no sistema de políticas públicas voltadas para adolescentes de baixa escolaridade e baixa renda” (UNICEF, 2002, p. 57-59). A implementação de políticas públicas de inclusão social, para Veiga-Neto (2007), são políticas que, via de regra, são caracterizadas como de inclusão excludente, em concordância com Foucault.

De acordo com este autor, os conceitos de governamentalidade e biopoder estão no cerne da concepção pedagógica, na medida em que “as políticas de inclusão escolar funcionam como um poderoso e efetivo dispositivo biopolítico a serviço da segurança das populações” (2007b, p. 949). Ainda no relatório analisado, o UNICEF afirma que a inclusão de atividades de esporte, cultura e lazer nas políticas públicas de atenção ao adolescente

[...] representam espaços privilegiados de evasão das energias positivas, mas também para canalizar impulsos destrutivos, angústias, depressão, insegurança e mesmo o desespero que por vezes assalta seus corações e mentes. A carga impulsiva, o turbilhão de sentimentos e idéias que afloram nesse momento da vida do ser humano representam ao mesmo tempo sua potencialidade e seu risco (UNICEF, 2002, p. 41).

Esta série também já vinha sendo objeto de análise dessa pesquisa, mas a partir das discussões realizadas na disciplina Análise Institucional (UERJ), ministrada pela Professora Marisa Rocha, suscitou novos questionamentos, tais como: de que forma e por quem são pensadas e executadas as políticas públicas voltadas para a área da educação e quais os efeitos na vida de CADA UM?

Você tem fome de que?⁵⁷

Seguindo as pistas de Pálpelbart⁵⁸, ao discutir sobre grupalidade, potência de vida, afetação, dentre outros conceitos⁵⁹ que perpassam pelo presente estudo, recorreremos ao *Artista da fome* de Kafka (2009) para poder conjecturar, a partir deste romance, e não somente dos textos tidos como acadêmicos, que não é possível viver sem afetação e, no caso da escola, por mais que essa tente se omitir em relação a certos acontecimentos, como a fuga ou expulsão, dificilmente conseguirá não se afetar, pois o

⁵⁷ Letra da música “Comida”, de Arnaldo Antunes, Sérgio Brito e Marcelo Fromer (Titãs).

⁵⁸ Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/proximoato/pdf/textos/textopeterpelbart.pdf>. Acesso em: 19/03/2010.

⁵⁹ O autor apresenta outras construções conceituais no texto “oito perguntas sobre resistência e criação”. In: Vidacapital: ensaios de biopolítica: Iluminuras. São Paulo, 2009.

afeto tal como o pensamento, sempre vai ter existência, conforme Eizirik (2005), concordando com Foucault.

O pensamento existe, bem além e bem perto dos sistemas e dos edifícios do discurso [...]. Sempre há um pouco de pensamento mesmo nas instituições mais confusas, sempre há pensamento, mesmo nos hábitos mudos (EIZIRIK, 2005, p. 136-137).

Dessa forma, a afetação sempre vai existir, mesmo que seja desejando a morte daqueles que insistem em viver, tal como o artista da fome que, não encontrando a comida que lhe agradasse, resolveu jejuar até a morte, “se eu tivesse encontrado, acredite, eu não teria feito nenhum alarde e teria comido até me empanturrar, como você e todo mundo” (KAFKA, 2009 p. 46), disse o artista da fome para os que consideravam um absurdo alguém não desejar comer.

Penso que uma comida para todos, pode não ser uma comida para qualquer um, tal como uma escola para todos não é uma escola para qualquer um. “Você tem fome de que?” Não consigo perceber ou conceber a escola fora de um processo de constante experimentação, pois tal como Pálpelbart, citado acima, penso que “somos um grau de potência, definido por nosso poder de afetar e de ser afetado, e não sabemos o quanto podemos afetar e ser afetados, é sempre uma questão de experimentação”

Interrogar as práticas discursivas recortadas do relatório analisado, e referentes ao processo de escolarização, no conjunto de atravessamentos que produzem subjetividades serializadas e que têm se mostrado como um dos efeitos da arte de governar na contemporaneidade constitui-se como uma forma de mostrar que há resistência. De acordo com Deleuze (2006), essa arte caracteriza-se como governança em escala planetária ou de *controle contínuo*, uma vez que “tentam nos fazer acreditar numa reforma da escola, quando se trata de uma liquidação. Num regime de controle, nunca se determina nada” (p. 206).

Para os pais, para a família, para as políticas públicas e para o desenvolvimento da nação, a adolescência aparece nos relatórios do UNICEF, tanto como oportunidade, quanto como risco para o país. Tecem-se aí subjetividades díspares e excludentes. Afinal, quem são os adolescentes que oportunizam o desenvolvimento do país e quem são os que comprometem o seu “desenvolvimento”?

Foucault (2008b) argumenta que no jogo econômico internacional contemporâneo, lei e ordem constituem-se como a tônica do processo de regulação econômica e regulação social e conseqüentemente da emergência do sujeito universal e do sujeito de direitos.

O grande tomador de decisões estatal é ao mesmo tempo aquele que tem uma consciência mais clara ou, em todo caso, que deve ter a consciência mais possível do conjunto dos processos econômicos. Ele é o sujeito universal de saber na ordem econômica (FOUCAULT, 2008b, p.237).

A regulação vai exigir um intervencionismo que, embora o poder judiciário tente arbitrar, não dá conta da demanda, cabendo a outras instâncias como o UNICEF, por exemplo, efetuar a regulação e o controle da população, pautando seu exercício em práticas discursivas em uma perspectiva mercadológica e universalizante, uma vez que afirma em seu site oficial que: “a aliança com o UNICEF oferece à empresa a oportunidade de formar uma parceria com a maior referência mundial na área da infância. Nos 191 países em que atua, o UNICEF conta com o **reconhecimento e solidariedade de milhões de pessoas**” (UNICEF, 2010) - *Grifo do UNICEF*.

Dentre as 16 propostas defendidas pelo UNICEF⁶⁰, destinadas a atender os “adolescentes de baixa renda e baixa escolaridade”, e que contam com a ajuda de seus parceiros, destacam-se os trechos abaixo:

Garantir a participação ativa dos diversos atores sociais, em especial dos adolescentes e suas famílias, na formulação, implementação e controle das políticas públicas dirigidas a esse grupo social (UNICEF, 2002, p. 58)

Proporcionar aos adolescentes o direito à educação profissional de nível básico ou técnico, mediante a ampliação da oferta de cursos gratuitos de duração suficientemente alongada para possibilitar o acesso à ocupação e à renda. A educação profissional dos adolescentes, entretanto, deve-se dar em caráter complementar e não substitutivo à elevação da escolaridade básica (UNICEF, 2002. p. 58).

Tanto a escola, como os projetos apoiados pelo UNICEF, quanto os eixos esporte, cultura e lazer, parecem configurar como estratégias de gestão dos riscos por essa agência. Afinal, trata-se de uma “fase” de “potencialidades”, mas também de “riscos” para si e para o conjunto da população, e dessa forma afirmam que:

⁶⁰ Ver anexo VI, deste estudo.

é importante que essa oferta de oportunidades de experiências grupais nos mais diferentes contextos esteja presente nas políticas públicas educacionais, de lazer, esporte e cultura e de promoção da saúde, num processo em que o valor da presença jovem entre os próprios jovens seja potencializada e ajude no processo de formação de lideranças positivas e multiplicadores (UNICEF, 2002, p. 16).

V.4- Risco

Foucault (2008) afirma que para garantir a segurança da população tal como o liberalismo a formulou desde o século XVIII é necessário eliminar os riscos ou pensar formas de preveni-los; inclusive o vir a ser, em nome da liberdade. Para Foucault (2008b), liberdade e segurança estão no âmago dessa nova razão governamental. Pensar nas chamadas classes perigosas, sem pensar em uma paz perpétua, ou ainda, sem pensar no que se denomina liberdade é, no mínimo, “perigoso”. Para Foucault (2008b), o incentivo ao medo do perigo “é de certo modo a condição, o correlato psicológico e cultural interno do liberalismo”. Ele é categórico: “não há liberalismo sem cultura do perigo” (p. 91).

Portanto, se há uma cultura do perigo, há o apelo a uma cultura de paz. Dito isto, é importante problematizar a produção da liberdade para abordar a questão do risco, do perigo, ou da adolescência como “fase” perigosa, como estabelece o UNICEF em seu documento: “A carga impulsiva, o turbilhão de sentimentos e idéias que afloram nesse momento da vida do ser humano representam, ao mesmo tempo, sua potencialidade e seu risco” (2002, p. 42).

Para Passetti (2009), estamos vivendo em uma sociedade de *controle contínuo*. Não se precisa mais da grande torre idealizada por Bentham e descrita por Foucault, em *Vigiar e Punir*. Em nome da segurança, está se gerando um mundo polícia e a família é ao mesmo tempo “autuada” e convocada a ser mais um agente de segurança e, “mesmo com os olhos cheios de lágrimas”, como aponta o documento estudado, suporta a dor da separação daquele que está como ameaça à segurança da população; que está em conflito com a Lei e que cumpre Medidas Sócio-educativas em espaços reservados a todos aqueles declarados perigosos à sociedade, aqueles que oferecerem ameaça à segurança da população, e que devem ter sua liberdade cerceada. São três aspectos de uma mesma lógica: segurança, liberdade e perigo.

Dona Leuza Moraes não esconde a emoção quando fala de seu caçula. Com os olhos cheios de lágrimas e a voz embargada, não consegue dissimular a preocupação e a tristeza de ter de abrir mão da convivência diária com o

garoto. ‘O lugar é muito bom, ele está estudando e sei que os direitos dele são respeitados, mas está longe da gente’, diz com um nó na garganta (UNICEF, 2002, p. 52)

A “oferta” de educação, bem como a de outras políticas públicas, se constitui como uma estratégia de prevenção dos “riscos” e têm, por fim, a regulação da população, e vem acompanhada de discursos e práticas de segurança. Para Veiga-Neto (2007) funciona como dispositivo biopolítico, uma vez que “coloca-se apenas no plano discursivo ou de fato materializam-se no plano das práticas concretas, ao fim e a cabo a inclusão escolar tem em seu horizonte a diminuição do risco social” (VEIGA-NETO, 2007, p. 949).

Tal assertiva fica evidenciada no relatório desta agência (Instituição) quando afirma que “no Brasil, existem cerca de 8 milhões de adolescentes cujos níveis de escolaridade e renda limitam suas condições de desenvolvimento e *comprometem o futuro do País*” (UNICEF, 2002, p. 57 - *grifo da autora*).

[...] a produção e implantação de uma política de educação que integre políticas de diferentes áreas para assegurar a constituição de uma rede de inclusão social é o grande desafio a ser enfrentado nos próximos anos. Para contribuir com este desafio o UNICEF juntamente com seus parceiros constituiu um Grupo Técnico (UNICEF, 2002, p. 57).

Pensar o UNICEF como instituição, nos permite pensar em um conjunto de práticas, e não como algo localizado, pensar a partir de sua exterioridade. A instituição vista assim, da sua exterioridade e não de sua gênese, aponta para as várias tecnologias de poder que a compõem. “Essa análise permite substituir a análise genética segundo a filiação por uma análise genealógica [...], uma análise genealógica que constitui toda uma rede de alianças, de comunicações, de pontos de apoio” (FOUCAULT, 2008b, p. 157).

Nestes termos, podemos colocar em discussão as instituições, os institucionalismos, as práticas múltiplas, assim como os essencialismos que têm atravessado o corpo dos sujeitos subjetivados como adolescentes e produzindo efeitos diversos, tais como: “adolescente infrator”, “adolescente em risco”, “perigoso”, “anormal”, “aluno repetente”, “aluno evadido”, dentre outros efeitos totalizantes, pautados em um modelo burguês, uno, integrado, e serializados.

A partir desta perspectiva, o UNICEF tem se constituído como um conjunto de práticas, de categorização do sujeito adolescente. Para essa agência, “a carga impulsiva,

o turbilhão de sentimentos e idéias que afloram nesse momento da vida do ser humano representam ao mesmo tempo sua potencialidade e seu risco” (UNICEF, 2002, p. 42).

Tem-se aí uma preocupação clara dos “riscos” oferecidos à população por um segmento da sociedade que além da carga impulsiva e do turbilhão de idéias, conforme consta no relatório analisado, *comprometem o futuro do país*. Dito de outra forma, ameaça a segurança econômica e social da população, num claro utilitarismo econômico.

Em uma seção onde o UNICEF aborda a adolescência como desafio⁶¹, o documento apresenta, sob o título: “Desafio para a valorização da vida, para o desenvolvimento da saúde e da sexualidade” (p. 34), associações estereotipadas, naturalizadas e essencializadas, onde adolescência/violência/sexualidade/drogas e riscos, não estão dissociados.

afinal trata-se de uma idade de consolidação e de aquisição de hábitos de vida que irão marcar todos os comportamentos adultos relativos aos cuidados com a saúde: hábitos alimentares, uso e abuso de drogas, relações sociais e afetivas, práticas de violência, práticas sexuais e comportamentos de risco. (UNICEF, 2002, p.34).

Os mecanismos reguladores vão ser direcionados à população, aos fenômenos gerais no que estes têm de global, através de estudos estatísticos, previsões, indicadores de natalidade, de mortalidade, de analfabetismo; mecanismos que possibilitem a regulação do corpo múltiplo, extraindo deste corpo os seus “riscos” e as suas “potencialidades”. É dessa forma que Foucault propõe-nos realizar, por meio da genealogia, “a análise da constituição de certo direito da verdade a partir de uma situação de direito, com a relação direito/verdade encontrando sua manifestação privilegiada no discurso” (FOUCAULT, 2008b, p. 49).

Já Donzelot (1986), quando nos fala do tribunal de menores, na realidade francesa, com sua mecânica própria de regulação, descreve com precisão *o cenário* no

⁶¹ Na seção intitulada: “Adolescência como desafio”, o documento apresenta os desafios que estes têm diante de si. Utiliza-se de dados de relatórios anteriores como “A voz dos adolescentes” (UNICEF/FAOR OM, 2002), IBGE, Censo (2000), ANDI (2001), além de dados e descrição de projetos sociais por todo o Brasil. São 07 os desafios apontados: desafio diante de uma sociedade violenta; desafio diante de novas formas de organização familiares; desafio na promoção de conhecimento, da educação e da inserção no mundo do trabalho; desafio para a valorização da vida, pra o desenvolvimento da saúde e da sexualidade; desafio para o desenvolvimento integral por meio do esporte, da cultura e do lazer; desafio em função da prática de atos infracionais e do conflito com a lei e desafio diante da mídia. (UNICEF, 2002, p. 18-54).

qual se desenvolvem as audiências, os julgamentos, onde se executa a justiça das famílias.

Um dispositivo cênico, que não difere muito daquele utilizado para os adultos, com dimensões mais reduzidas, devido à idade dos que a ele comparecem, de caráter mais discreto das pessoas envolvidas. Mas é somente vendo-o funcionar que se descobrirá, por trás dessa aparência intangível, uma série de deslocamentos fundamentais da prática judiciária (DONZELOT, 1986, p. 94-95).

Neste cenário, o autor vai falar do que define como trabalhador social, particularmente assistentes sociais, educadores, orientadores, que têm como alvo a patologia da infância na sua dupla forma: “a infância em perigo, aquela que não se beneficiou de todos os cuidados da criação e da educação almejadas, e a infância perigosa, a da delinquência” (DONZELOT, 1986, p. 92).

Toda e qualquer ação desse corpo social, atravessado pelo judiciário, vai se dar no sentido da prevenção e sanção das “classes perigosas” ou “em risco”. A sanção é proposta em nome de um caráter pedagógico de prevenção do futuro delito, dos desvios. Para tal, há uma produção por meio de treinamentos, formação, cursos de capacitação para os trabalhadores sociais, com vista a poderem reconhecer e atuar junto aos “seres suspeitos”. É dessa forma que o tribunal de menores, afirma Donzelot (1986, p. 95), “faz pensar na reunião de um conselho de administração de uma empresa de produção e de gestão da infância desadaptada”.

Prevenir a “desadaptação”, o “risco” ou trabalhar com os “desajustes” é uma tarefa que tornou-se globalizada. Diretrizes, dispositivos, incentivos financeiros, prescrições morais, um arsenal de recursos, enfim, orientado ao controle dos pobres, em nome da *segurança*. Dos tratados internacionais aos pátios das igrejas, salas de organizações não-governamentais e escritórios públicos, o controle biopolítico é uma estratégia que se espraia em todas as atividades, sejam sociais ou financeiras, ampliando não a potência de vida, mas o rentável mercado em torno da pobreza. Pobreza esta, há muito associada a risco, a classes perigosas e em perigo.

Vale ressaltar uma preocupação do UNICEF em documento utilizado como fonte complementar nesta pesquisa, e que nos permite pensar a associação pobreza/perigo e ampliar o debate para o que pode ser pensado como racismo de Estado. No relatório “Tempo de Semear”, produzido em 2001, há a convocação da família e de outros setores da sociedade para questões postas como “problemáticas”. Seus consultores afirmam que um dos maiores desafios do Brasil para atingir a

integralidade é vencer o “ciclo” da pobreza, “porque cria um ciclo vicioso que atravessa gerações e perpetua a exclusão social de meninas e meninos e suas famílias” (UNICEF, 2001, p. 27).

E dentre as recomendações para o país avançar rumo à eliminação desse “vício” e garantir um crescimento e desenvolvimento saudável, está a participação da família – idealizada, nuclear, definida como segura. E a fim de contribuir com essa “missão”, além da família, é chamada também a comunidade, as organizações sociais e, por fim, o governo.

Scheinvar (2002) argumenta que “a moralização das formas de vida é um mecanismo de individualização de agenciamentos coletivos que não são fortuitos, mas que correspondem a determinado tipo de sociedade” (SCHEINVAR, 2002, p. 85-86).

Para essa empreitada ou cruzada contra a pobreza, são convocados também os *experts* em desenvolvimento infanto-juvenil, como pedagogos, psicólogos, médicos, assistentes sociais, os quais terão a missão de cuidar dos filhos do Brasil, de forma a sustentar o que o UNICEF designa como “janela de oportunidades”.

Essa elite científica está convencida de sua ‘missão patriótica’ na construção de uma ‘Nação moderna’ e suas propostas baseiam-se em medidas que devem promover o ‘saneamento moral’ do país. A ‘degradação moral’ é especialmente associada à pobreza e percebida como uma epidemia que se deve tentar evitar (COIMBRA; NASCIMENTO, 2005. p. 342).

Ainda para essas autoras, o higienismo, aliado aos ideais eugênicos e à teoria da degenerescência de Morel,

[...] concebe que os vícios e as virtudes são em grande parte, originários dos ascendentes. Afirma que aqueles advindos de ‘boas famílias’ teriam naturalmente pendores para a virtude. Ao contrário, aqueles que traziam ‘ma herança’, leia-se os pobres, seriam portadores de degenerescência. (COIMBRA; NASCIMENTO, 2005, p. 342).

Foucault (2008b) chama a atenção para os efeitos racistas da necessidade de produzir *competência máquina*, via investimento no capital humano, e assinala que na ordem neoliberal, no afã de se buscar cada vez mais um sujeito que caiba na forma inventada para atender a demanda de um mercado competitivo, flexível, e volátil, todos os esforços, inclusive da genética humana, manipulação genética, são “bem-vindos” para que se produza um sujeito tal e qual proclamam os cálculos econômicos.

A partir do momento em que se pode estabelecer quais são os indivíduos de risco e quais são os riscos para que a união dos indivíduos de risco produza um indivíduo que terá esta ou aquela característica quanto ao risco do que será portador, pode-se perfeitamente imaginar o seguinte: os bons equipamentos genéticos - isto é, (os) que poderão produzir indivíduos de baixo risco ou cujo grau de risco não será nocivo, nem para eles, nem para os seus, nem para a sociedade - , esses bons equipamentos genéticos vão se tornar certamente uma coisa rara, e na medida em que será uma coisa rara poderão perfeitamente [entrar], e será perfeitamente normal que entrem, em circuitos ou em cálculos econômicos, isto é, em opções alternativas” (FOUCAUL, 2008b,p 313).

Para finalizar esta seção, creio que cabe relançar a pergunta feita por Coimbra e Nascimento (2005) quando colocam em análise algumas características atribuídas à juventude em seu texto intitulado: *Ser jovem, ser pobre é ser perigoso?*

V. 5. Desenvolvimento Humano

No documento, a série desenvolvimento humano apresenta-se mais diretamente articulada com outras duas séries, quais sejam: saúde e sexualidade. Estas por sua vez, articulam-se com as séries risco, políticas públicas, drogas, dentre outras. A série desenvolvimento humano foi recortada e analisada nesta pesquisa, e nesta seção em particular, manteve-se como aparece no documento, que tem como subtítulo: **desafio para a valorização da vida, para o desenvolvimento da saúde e da sexualidade**. Desta forma, a análise se deu a partir da articulação das séries inicialmente citadas, que de tão imbricadas, são descritas no relatório como “saúde sexual”.

Segundo César (2008) os registros discursivos, desde o início do século XIX, tinham a preocupação, de compreender o adolescente como uma fase da vida e, dessa forma, pensar maneiras de prevenir os desvios e anormalidades, negligenciando a história da constituição deste ou daquele sujeito adolescente, posto que estes eram tidos como objeto universal. Com base nestas concepções e tendo estas preocupações, os estudos em Psicologia do Desenvolvimento, ancorados nas práticas médicas e psicopedagógicas, vão ser direcionados para esse segmento da população, identificado como adolescente.

Quando a autora aborda o que chama de *invenção da adolescência no discurso psicopedagógico* (2008), além de situar historicamente a emergência desse objeto, aborda também a constituição de “problemas” como a delinquência juvenil produzida como uma das características próprias da adolescência. Temática esta, abordada por

muitos autores no período pós Segunda Guerra Mundial, e que associavam esse fenômeno aos problemas advindos da industrialização, das grandes cidades, além de acreditarem e defenderem a existência de uma natureza intrinsecamente rebelde nesta “fase”.

César (2008) destaca que no Brasil com os intercâmbios de informações, os tratados sobre a adolescência começaram a ser traduzidos e publicados e que houve uma ampla circulação de textos americanos, europeus e principalmente argentinos. Foi na década de 1930 que estas publicações passaram a ser traduzidas e também começaram a surgir as primeiras publicações nacionais sobre a psicologia do desenvolvimento, nos moldes epistemológicos dos manuais estrangeiros.

A partir do início da década de 1950 começaram a aparecer os textos nacionais específicos sobre a psicologia da adolescência, configurados no discurso hegemônico da psicopedagogia, isto é, retratando-a como um período de crise. [...]. Permaneciam também as ideias de Hall que associavam a adolescência a uma etapa da vida marcada por tempestades e tormentas, além da noção de um ‘entusiasmo’ responsável pelas possibilidades criadoras da ‘força’ adolescente (CÉSAR, 2008, p. 82).

Havia, nestes estudos/manuais, uma espécie de classificação da adolescência, como a proposta por estudiosos como Debesse (*apud*, CÉSAR, 2008), que datam da década de 1965, com o objetivo de identificar o chamado comportamento transgressor. Esta classificação contemplava o tipo “revolucionário”, passando pelo tipo “retilíneo”, até o “gregarismo”, dentre outros. “A partir do instante em que a delinquência juvenil foi afirmada como uma das características da adolescência, veio à tona toda uma tipologia para os comportamentos transgressores dos adolescentes” (CÉSAR, 2008, 128)⁶².

Esses estudos não se esgotaram, nem tão pouco foram abandonados. Essas teses produzidas nas primeiras décadas do século XX permanecem e se atualizam, e continuam a relacionar a adolescência ora a uma fase, a um estágio ou uma etapa da vida, marcada por crises orgânicas, psíquicas e sociais e demarcada por essencialismos,

⁶² O tipo revolucionário “apresentaria um comportamento de revolta passageira e uma busca de excentricidade no vestuário e linguagem, acabando por determinar um comportamento futuro de artista ou pioneiro. Já o tipo retilíneo seria aquele com um comportamento sem grandes perturbações. [...] Debesse, assim como outros especialistas, também demarcou o gregarismo como uma característica-padrão do adolescente, gregarismo para ele se manifestava em experiências positivas de grupo, como o escotismo, e nas negativas, como as gangues”. (DEBESSE, *apud* CÉSAR, 2008, p. 128).

e dicotomias que apontam para uma imagem ideal do que se considera como adolescência e a maturidade.

O duplo aspecto da adolescência, de ser ao mesmo tempo limite e período, determina a organização do que se pode chamar de crise formal da adolescência: um limite entre dois estatutos, um regendo a criança que brinca e aprende, outro o adulto que trabalha e participa da reprodução da espécie; um período de indecisão subjetiva e de incerteza social, durante o qual a família e as instituições exigem, segundo as circunstâncias, que o sujeito se reconheça como criança ou como adulto (RUSSIAL, 1999, p. 58)

Para o UNICEF (2002, p. 61) “a adolescência não é apenas o processo de desprendimento dos laços infantis. É também o encontro do ser humano com uma cultura e uma civilização, seus valores e sua ética”.

Importante ressaltar que as concepções sobre desenvolvimento humano identificadas no documento estudado, além dos já citados por Cézár (2008), também têm como fundamentação teórica, manuais de *Psicologia da adolescência*⁶³, *Desenvolvimento do Adolescente*⁶⁴ e *Psicologia do Desenvolvimento: Infância e Adolescência*⁶⁵, das décadas de 1970 e 1980, baseados em princípios, sobretudo, evolucionistas, universais e de adaptabilidade às variáveis ambientais. Pfromm Netto (1976) advoga que

o estudo do desenvolvimento humano e dos fatores que o determinam interesse não apenas aos cientistas que se empenham em descobrir leis e princípios, como também aos pais, professores, médicos, assistentes sociais, sacerdotes, etc., com a responsabilidade de guiar o desenvolvimento das crianças e jovens pelas vias mais adequadas (PFROMM NETTO, 1976, p. 34)

Para este autor, “cada período da vida apresenta características que lhe são próprias, implica em certas ocorrências essenciais e impõe exigências que devem ser atendidas, para que o desenvolvimento se processe de forma adequada”. (p. 35). Para o UNICEF,

[...] o ponto de partida para a construção de um conceito de adolescência é a sua abordagem como fase específica do desenvolvimento humano caracterizada por mudanças e transformações múltiplas e fundamentais para que o ser humano possa atingir a maturidade e se inserir na sociedade no papel de adulto. (UNICEF, 2002, p. 9)

⁶³ PFROMM NETTO (1976).

⁶⁴ HURLOCK (1979).

⁶⁵ TERRY (1981).

V. 5.1- A Sexualidade como ponto de articulação entre a infância, a adolescência e a gestão da população

Cardoso JR (2010) refere que a sexualidade foi o elemento de articulação, no século XIX, entre a disciplina e biopolítica, e destaca a *História da Sexualidade I* como uma importante referência para refletirmos a respeito desse elo. Para Rebello, a sexualidade funciona como um catalisador, e está no ponto de articulação destes dois pólos, que até então se desenvolviam paralelamente na tarefa de gerir o corpo e a população.

As tecnologias de poder no século XIX tiveram o dispositivo de sexualidade como um dos mais importantes aliados na gestão da vida, cujo objetivo era ao mesmo tempo o controle da vida do corpo e da vida da espécie, ou dito de outra forma, as disciplinas do corpo e a regulação da espécie, o que Foucault chamou de “era de um bio-poder”. Nessa era de poder sobre a vida, o sexo passou a ser foco de disputas políticas.

É por isso que, no século XIX, a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância; tornou-se a chave da individualidade: ao mesmo tempo, o que permite analisá-la e o que torna possível constitui-la. (FOUCAULT, 1988, p. 159).

É importante frisar que tanto os manuais de Desenvolvimento Humano, quanto às obras sobre Psicologia da Adolescência, e documentos como o relatório SAB, abordam “a” adolescência como fase de transição, demarcada prioritariamente pela “maturidade sexual”. A sexualidade tornou-se, no século XIX, a chave da individualidade, que uma vez desvendada ou interpretada, torna-se possível sua análise e constituição.

Demarcar a “entrada” na adolescência a partir da sexualidade ou do sexual, mesmo imersa em mitos e tabus até o século XVIII, não seria uma forma do UNICEF apropriar-se do objeto adolescência, mais desconhecido ainda, que não existia até o século XX, tal como objetivado pelas práticas médico-higienistas?

Que relações de poder-saber sustentam afirmações como “a sexualidade é uma dimensão essencial no desenvolvimento humano”? Que regimes de verdades produzem? Que estratégias de poder são acionadas frente à produção de saberes que demarcam a

iniciação sexual na adolescência como “uma experiência marcante que terá repercussão também no decorrer da vida sexual adulta”⁶⁶?

As políticas médico-higienistas que se instalam no Brasil, em meados do século XIX, com a “entrada” em cena da “família real”, e que importavam da Europa práticas de cuidados com os filhos, pautadas no saber médico, tiveram como principais alvo e aliados, a família e a escola. A família, sobretudo, foi convocada a se modernizar, a adquirir hábitos mais “refinados”. “Deveria passar a se interessar pelo desenvolvimento físico e sentimental dos filhos, e o amálgamo dessas novas relações domésticas deveria ser o amor entre pais e filhos, sem o qual a polícia da higiene conduzida pelo Estado não poderia se instaurar” (CÉSAR, 2008, p. 50).

A vigilância em torno da sexualidade, esta que para o UNICEF é considerada como uma das dimensões essenciais no desenvolvimento humano, precisa ser intensificada com serviços especializados, a fim de se obter, não só corpos dóceis, mas também corpos saudáveis e sem “vícios”. A sexualidade e o sexual estão no ponto de articulação entre a saúde, a “saúde integral” e a normalidade.

Na adolescência, os cuidados com a saúde extrapolam a atenção médica e pedem atendimento multidisciplinar, com um enfoque de promoção de saúde num sentido mais amplo, com equipes especializadas e competentes, capazes de acolher os adolescentes na complexidade de suas demandas, incluindo políticas de promoção de saúde mental, com serviços especializados para os adolescentes (UNICEF, 2002, p. 34)

Para autores como Hurlock (1979), “a adolescência começa quando o indivíduo atinge a maturidade sexual, e termina quando é legalmente assegurada a independência da autoridade adulta” (HURLOCK, 1979, p. 02). Para o UNICEF, a sexualidade caracteriza-se como

[...] uma das dimensões essenciais no desenvolvimento humano e, portanto, no desenvolvimento dos adolescentes. A iniciação sexual na adolescência é uma experiência marcante que terá repercussões também no decorrer da vida sexual adulta (UNICEF, 2002, p. 34).

[...] existem aspectos do desenvolvimento humano que atravessam variações culturais e marcam mudanças significativas relativas à maturação sexual

⁶⁶ UNICEF (2002, p. 34).

(menarca nas meninas e ejaculação nos meninos), em torno dos 12 anos de idade. Trata-se do fenômeno da puberdade, uma referência de entrada na adolescência (UNICEF, 2002, p. 9).

Portanto, ancorar o sexo no objeto adolescência não seria uma forma de produzir uma identidade adolescente, tal como ocorreu com o sexo que foi estabelecido como identidade em um dado momento histórico? Afinal, “nós nem sempre tivemos um sexo”⁶⁷. E será que um dia “este” foi conhecido? Sabe-se, porém, o quanto este foi sabatinado no decorrer de centenas de anos, o quanto foi submetido a uma *petição de saber*.

A sexualidade enquanto dispositivo histórico, e não como algo dado *a priori*, foi inventada e instalada nas sociedades ocidentais modernas, de acordo com Foucault (2006) a partir do século XVIII.

Foucault em *História da Sexualidade* elenca quatro grandes conjuntos estratégicos que desenvolvem dispositivos de saber e poder sobre o sexo. São eles: 1) Histerização do corpo da mulher. Dentre o tripé pelo qual o corpo da mulher foi analisado, qualificado e desqualificado, a histerização foi uma das formas mais visíveis da imagem da mãe “em negativo” ou da “mulher nervosa”, aquela acometida pela doença dos nervos, a neurastenia. 2) Pedagogização do sexo da criança. Esta caracterizava-se através de uma “linha de demarcação” que definia o tempo “natural” e “contra natural” para a prática de atividades sexuais, estas

[...] são definidas como seres sexuais liminares, ao mesmo tempo aquém e já no sexo [...]; os pais, as famílias, os educadores, os médicos e, mais tarde, os psicólogos, todos devem se encarregar continuamente desse germe sexual precioso e arriscado, perigoso e em perigo [...] (FOUCAULT, 1988, p. 115).

3) Socialização das condutas de procriação. Esta se dava por meio de medidas sociais ou fiscais e envolviam todo um corpo técnico de profissionais responsáveis por controlar a vida sexual, e em particular, a fecundidade dos casais. 4) Psiquiatrização do

⁶⁷ Hipótese posta por Butler (2008) ao se referir as reverberações do primeiro volume de *História da Sexualidade* de Foucault. A partir desta obra a autora enfatiza que o “sexo acabou por caracterizar e unificar não apenas as funções biológicas e os traços anatômicos, mas as atividades sexuais, assim como uma espécie de núcleo psíquico que dá pistas para um sentido essencial ou final para a identidade. Alguém não apenas é o seu sexo, mas alguém tem sexo, e, tendo-o, deve mostrar o sexo que ‘é’ (BUTLER, 2008, P. 91).

prazer perverso. Atribuiu-se formas patológicas e normalizadas do exercício da sexualidade, e empregou-se tecnologias corretivas para as práticas tidas como anormais.

Estas figuras descritas por Foucault (1988), como a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano e o adulto perverso, compõem o quadro que no decorrer do século XIX propiciaram a produção da sexualidade.

A sexualidade é o nome que se pode dá a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 1988, p. 116).

Por este turno, este dispositivo se instalou alicerçado a outro, chamado de dispositivo de aliança, onde o vínculo entre parceiros buscava garantir certa economia de transmissão e de circulação das riquezas, “está ordenado para um homeostase do corpo social, a qual é sua função manter; daí seu vínculo privilegiado com o direito; daí, também, o fato de o momento decisivo, para ele, ser a ‘reprodução’” (FOUCAULT, 1988, p. 118). Dessa forma, de uma centralidade na aliança, com suas práticas de confissão e penitência, a sexualidade se desloca para uma intensificação do corpo. O foco das preocupações passa a ser os problemas da “carne”, a gestão dos corpos.

O dispositivo de sexualidade tem como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global (FOUCAULT, 1988, p. 118).

Esses dois dispositivos dão sustentação, e ao mesmo tempo constituem o dispositivo histórico de sexualidade, que tem na família um dos seus principais agentes, através dos pais e dos cônjuges, e externamente, “através dos médicos e pedagogos, mais tarde nos psiquiatras, e que, no interior, vêm duplicar e logo ‘psicologizar’ ou ‘psiquiatrizar’ as relações de aliança” (FOUCAULT, 1988, p. 121).

É sob este dispositivo histórico de sexualidade que vão ser produzidos alguns personagens identificados como: o sádico, a mulher nervosa, o perverso, o homossexual, a criança masturbadora, o adolescente dotado de um “turbilhão de hormônios” ou o que “só pensa em sexo”. E para dar conta destes, para decifrá-los, a família e um corpo de especialistas são convocados, criando-se assim uma demanda de discussão e de intervenção na “relação” pais e filhos.

Neste contexto também, podemos pensar as produções teóricas no campo da Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia da Adolescência, onde o “lidar” com os adolescentes passa a ser um desafio de todos, com vistas a atendê-lo em suas demandas de forma ampla e integral. Desta forma, estas se justificam e assumem-se como indispensável e relevante, como aponta Terry (1981) no prefácio de sua obra *Psicologia do Desenvolvimento: Infância e Adolescência*.

[...] não apenas para os psicólogos acadêmicos, mas também para os psicólogos clínicos, de aconselhamento e educacionais que usam este conhecimento visando a prover serviços psicológicos a comunidade, a professores que podem usá-lo para facilitar a educação das crianças e aos pais que cotidianamente tomam decisões sobre a melhor maneira de responder e interagir com seus filhos que estão em mudanças constantes (TERRY, 1981, p. XI)

Para aspectos tais como “prevenção”, “autocuidado” e “autoproteção”, que fazem parte das preocupações e atuações do UNICEF (2002) no campo do desenvolvimento humano e da saúde sexual, seus consultores defendem e prescrevem que

[...] acompanhamento e diálogo com os adolescentes precisam ser oferecidos tanto pela escola como pela família. Os programas de educação e de saúde sexual para adolescentes devem prever também espaços de discussão para os pais, educadores e outros profissionais que lidam com os adolescentes (UNICEF, 2002, p. 34 - grifo da autora).

[...] uma política de autocuidado e autoproteção configuram-se em um desafio de múltiplas políticas nas quais: educação, saúde, cultura, esporte, lazer, assistência social desempenham tarefas específicas, mas profundamente articuladas em um processo no qual o acesso à informação tem ligação direta com o acesso aos serviços, condição básica para a mudança de atitude (UNICEF, 2002, p. 34).

Hurlock (1979) em seus estudos sobre *Desenvolvimento do Adolescente* afirma que o sexo constitui-se como uma preocupação tipicamente do adolescente que quer saber tudo que está relacionado ao assunto, através de revistas, conversas com os amigos, etc., “e passa grande parte do tempo, quando está só, explorando e estimulando diferentes áreas do corpo para ver que sensação pode produzir. Muitos adolescentes dos dois sexos alegam que ‘o sexo realmente sobe à cabeça’” (HURLOCK, 1979, p. 409).

Esses estudos têm como princípio o “bom ajustamento” do sujeito aos padrões comportamentais identificados como saudáveis, e suas recomendações são no sentido de evitar os “riscos” para si e para o conjunto da população. Deve-se cortar o “mau” pela

raiz (?), pois determinadas atitudes, segundo estes autores, tem origem ainda na infância e perduram por toda a vida. Afirmam que

[...] as atitudes favoráveis devem levar a bons ajustamentos heterossexuais, do mesmo modo que devem acontecer o contrário com os que não são bons. Uma vez que uma atitude seja apreendida, favorável ou não, sua probabilidade é de permanecer com o adolescente para a vida toda (HURLOCK, 1979, p. 414).

Nesse sentido, desempenham papel importante os espaços próprios e adequados ao adolescente nos serviços da rede pública, serviços que lhe permitam cuidar de sua saúde tanto física como mental. Fundamental também é o caráter preventivo de todo o investimento na promoção de saúde do adolescente, afinal trata-se de uma idade de consolidação e de aquisição de hábitos de vida que irão marcar todos os comportamentos adultos relativos aos cuidados com a saúde (UNICEF, 2002, p. 34).

A sexualidade é uma das dimensões no desenvolvimento humano e, portanto, no desenvolvimento dos adolescentes. A iniciação sexual na adolescência é uma experiência marcante que terá repercussões também no decorrer da vida sexual adulta (UNICEF, 2002, p. 34).

No capítulo 22 do estudo de Terry (1981), é abordada a temática do *desenvolvimento da personalidade e desenvolvimento social na adolescência*, o autor afirma que na procura de uma identidade o adolescente enfrenta quatro tarefas universais, que são: o estabelecimento de dependências; o ajustamento sexual; o estabelecimento e manutenção das relações com os pares e determinação do papel de orientação vocacional. Sob o que chama de ajustamento sexual, o autor faz referência à teoria psicanalítica para afirmar que

[...] com a experiência, o adolescente estabelece uma identidade única e independente, ou síntese do *ego*, que dá margem a relacionamentos interpessoais agradáveis. Contudo, nem todas as pessoas atingem este estágio da síntese do *ego*; e para os que não atingem, os padrões adolescentes de ajustamento sexual podem continuar durante a vida (TERRY, 1981, p. 283).

V. 6- Sujeitos de Direito

Na apresentação do relatório SAB, o UNICEF (p. 05) acentua que “a entrada na adolescência representa a passagem para uma fase de profundas mudanças, grandes expectativas e múltiplas oportunidades”; conclui sua apresentação fazendo referência ao conjunto de possibilidades que estes representam para o país e “que – se tratados como cidadãos e sujeitos de direitos – podem contribuir para a construção de uma sociedade melhor para todos” (UNICEF, 2002, p. 05).

Cabe-nos interrogar de que forma estes sujeitos de direito, ou do direito, podem contribuir para a construção de uma sociedade melhor para todos? Quem é esse sujeito de direitos?

Pensar o regime jurídico imbricado em uma ordem econômica liberal e não natural pode ser uma boa pista para estas questões, e se entendermos o econômico como um conjunto de atividades reguladoras, as mesmas “podem ser um hábito social, uma prescrição religiosa, uma ética, um regulamento corporativo, podem ser também uma lei” (FOUCAULT, 2008b. p. 225-226). Na modernidade, o controle (agora sobre a população) não se dá mais pela disciplina dos corpos, ou só por esse mecanismo, mas pela regulação da população. É preciso regular para melhor controlar, não mais de forma individualizada, mas do corpo múltiplo, extraindo deste corpo, os seus “riscos” e as suas “potencialidades”.

Essa combinação de aspectos subjetivos e pessoais com as influencias e interações com a sociedade constituem o sujeito que vai atuando de forma singular no contexto social trazendo sua contribuição para o desenvolvimento de toda a sociedade (UNICEF, 2002, p. 12-13).

Se consegue-se perceber essa fase da vida como momento presente e singular, ela deixa de se constituir em um universo de problemas, crises e tensões para abrir-se como um janela de oportunidades para a família, para a sociedade e para as políticas públicas (UNICEF, 2002, p. 12).

Dentre esses regimes de verdades, destaca-se a história do direito e seus regimes veridicionais. O autor propõe-nos realizar, por meio da genealogia “a análise da constituição de certo direito da verdade a partir de uma situação de direito, com a relação direito/verdade encontrando sua manifestação privilegiada no discurso” (FOUCAULT, 2008b, p. 49).

Para Foucault (2008b), o Estado de Direito que aparece na teoria política no início do século XIX, se define em oposição e ao mesmo tempo em consonância com o despotismo e o Estado de polícia. Este surge como alternativa positiva por vários motivos, dentre eles: o poder público só pode agir na forma da lei; o Estado deve distinguir entre as disposições legais e as medidas administrativas. Esse Estado de direito vai, ao longo do século XIX, tomando outras configurações; e outras instâncias passam a arbitrar as relações entre indivíduos e o poder público, baseadas, desta feita, na concepção de sujeito universal. Regulação econômica e regulação social tornam-se o pano de fundo desse jogo internacional no regime liberal.

Enquanto a regulação econômica se dá espontaneamente, pelas propriedades formais da concorrência, a regulação social por sua vez – a regulação social dos conflitos, das irregularidades de comportamento, dos danos provocados por uns aos outros, etc. – tudo isso vai exigir um intervencionismo, um intervencionismo judiciário, que deverá ser praticado como arbitragem no âmbito das regras do jogo (FOUCAULT, 2008b, p. 240-241).

Quando Foucault (2008b) discorre sobre o que considera como liberdade no regime liberal, na arte liberal de governar, refere que esta é fabricada a cada instante, portanto não é um dado, quiçá uma conquista dos “bem comportados”. A fabricação da liberdade tem um custo, e o seu princípio de cálculo é a segurança. Para o autor, liberdade e segurança estão no âmago desta nova razão governamental.

A arte liberal de governar vai se ver obrigada a determinar exatamente em que medida e até que ponto o interesse individual, os diferentes interesses – individuais no que tem de divergente uns dos outros, eventualmente de oposto – não constituirão um perigo para o interesse de todos. [...] A todos esses imperativos – zelar para que a mecânica dos interesses não provoque perigo nem para os indivíduos nem para a coletividade – devem corresponder estratégias de segurança que são, de certo modo, o inverso e a própria condição do liberalismo (FOUCAULT, 2008b, p. 89)

A idéia de reduzir a idade de imputabilidade penal para 16 ou 14 anos origina-se dessa percepção equivocada da infração e poderá ter graves conseqüências no aumento da criminalidade, uma vez que inserido no sistema penal de adultos suas oportunidades de recuperação e mudança de vida restringem-se significativamente (UNICEF, 2002, p. 48)

Podemos pensar, a partir dessa preocupação do UNICEF em relação ao debate atual sobre a redução da maioridade penal, o jogo entre liberdade e segurança em torno da noção de perigo. “Não há liberalismo sem a cultura do perigo” (FOUCALUT, 2008b,

p. 91). Se a liberdade e a segurança estão no âmago do liberalismo, a cultura do perigo atravessa os dois campos dessa mecânica, o incentivo ao medo do perigo e a gestão do perigo se dá paralela à gestão do não perigo, a segurança e liberdade. Gerir a vida é também gerir os riscos e em nome da Lei, eu sanciono e até elimino se for necessário(?) aqueles que oferecem algum “risco” à sociedade ou “os suspeitos” de provocar.

No caso dos chamados adolescentes em conflito com a Lei, o UNICEF, como agência parceira do Brasil na garantia dos direitos de crianças e jovens e com ampla participação na tomada de decisões e implementação de políticas públicas para esses seguimentos, refere que:

[...] nesses casos, o Estado deve investir em processos sócio-educativos, a fim de que os comportamentos transgressivos que os adolescentes expressaram em infrações não venham a se tornar, por força da negação de seus direitos e pela falta de oportunidades, em traços constitutivos de sua própria personalidade (UNICEF, 2002, p. 48).

Dessa forma, todos são convocados a aderir, a participar do grande banquete da regulação. Para Passetti (2009), há na sociedade de controle um imperativo de participação, onde tudo depende de mim. Nesse modelo, o qual ele se refere como uma era de governamentalização geral, quem não participa ou não colabora, independentemente das motivações, é visto como ameaça, nessa racionalidade “não cabem tolerância com infrações. Somente cabe tolerância com práticas de adesão” (p.160).

Nessa mesma ordem, de certa ditadura da tolerância e da participação, Salete Oliveira (2005) em primoroso texto sobre os princípios de tolerância presentes em documentos como a Declaração Universal de Direitos Humanos, atenta para a grandiloquência destes discursos que sustentam e proclamam, solenemente, a tolerância como necessidade para o mundo de direitos. Assinala que o dito continua universal e que “a grandiloquência não está apenas no referencial jurídico, mas na realidade histórico-política mais próxima, na ordem do dia, no ordinário da história”. (OLIVEIRA, 2005, p. 287).

No decorrer dessa dissertação vimos que no século XX pensava-se e acreditava-se que quanto mais jovem o “indivíduo” fosse, mais próximo ele se encontraria de sua natureza animal. Essa era a concepção vigente no discurso médico do século XX, apresentado por César (2008), no qual o adolescente era tido como um indivíduo

estável, rebelde, e que devia ser constantemente vigiado e podado em suas manifestações sexuais e agressivas.

Tais práticas discursivas, naturalizadoras e por vezes proféticas e sentencias têm contribuído com uma visão individualizante e individualizada de questões que são produzidas historicamente. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/1990, de cuja formulação o UNICEF participou subsidiando o debate, a redação e articulando politicamente a sua aprovação, é tomado por esta agência como um documento produzido de forma a-histórica e individualizada. De acordo com a sua interpretação, os direitos que estão ali contidos e a sua garantia passam a ser da responsabilidade dos próprios adolescentes.

A violação de direitos passa a ser entendida como um problema das famílias e dos próprios adolescentes que não souberam como lutar (ou negociar) a sua garantia, a sua cidadania, pois “para tornar essa participação realidade os adolescentes brasileiros têm em suas mãos uma legislação moderna a favor da garantia de seus direito” (UNICEF, 2002, p. 61)⁶⁸. Será? Essa legislação está de fato nas mãos dos adolescentes? Eles terão que aprender a negociar também os seus próprios direitos? Quem é o sujeito de direitos?

VI. O OLHAR GENEALÓGICO E ARTE DE BISBILHOTAR

Foi com um olhar bisbilhoteiro, atento aos “pequenos nada”, apontado por Ewald, e concebendo a genealogia como tecnologia política, que buscamos “capturar” o poder no seu exercício, nos seus meios e instrumentos, ao recortar, desmontar e analisar as séries aqui apresentadas para interrogar as práticas discursivas do UNICEF direcionadas a um sujeito “em desenvolvimento” ou em “fase” de tornar-se. As séries aqui discutidas formam um conjunto do que podemos chamar de “corpo político”. Se considerarmos a genealogia como uma tática, nesta o discurso toma um caráter político; e o ‘corpo político’ do qual Foucault (1987b) nos fala em *Vigiar e Punir* caracteriza-se por um “conjunto de elementos materiais e de técnicas que servem de armas, de reforço, de vias de comunicação e de pontos de apoio para as relações de poder e de saber, que investem os corpos humanos e os submetem fazendo deles objetos de saber” (FOUCAULT, 1987b, p. 27).

⁶⁸ Ver anexo VII, deste estudo.

Vimos, nas séries aqui analisadas, que “não há sucessão obrigatória de seus elementos, não há coerência *a priori* das séries que o compõem, mas esta coerência e esta sucessão são estabelecidas na própria narrativa, como fabricação de um enredo, que se assume como tal” (ALBURQUEQUE Jr, 2007, p. 188).

Aprendemos, com Foucault e Ewald em particular, que a genealogia é meticulosa e exige paciência, e é nessa paciência documentária que o(a) pesquisador(a) encontra as raridades, pois se volta para os detalhes e se debruça nos grãos do poder. “Destrói e desmantela as grandes identidades, as grandes identificações do poder. Abandona as visões macroscópicas a favor das abordagens microscópicas. Desintegra as identidades macroscópicas com a arma do pormenor e do ínfimo” (EWALD, 1993, p. 27).

Seguindo as pistas de Ewald, vimos que em *Vigiar e Punir*, no capítulo “O Carcerário”, Foucault descreve a forma disciplinar em seu estado bruto ou mais intenso; “o modelo em que concentram todas as tecnologias coercitivas do comportamento” (EWALD, 1993, p. 243). Modelo este, que nos permite estudar os centros de poder e não tão somente “o” poder, o que implica, “o deslocamento da atenção para objetos, instituições até então ‘poupadas’, e uma mudança de escala de descrição que deve descer até os detalhes e às ninharias do poder” (EWALD, 1993, p. 39).

O encarceramento é tido e descrito por Foucault como a principal punição, pois é visto como o melhor meio de agir sobre a moral das crianças, e uma de suas grandes aliadas é a religião, que ao mesmo tempo em que opera uma vigilância ininterrupta, pois é onipresente, acalma os corações desassossegados.

Neste, Foucault (1997b) cita Mettray, prisão destinada a corrigir jovens delinquentes na França, e a define como um “arquipélago carcerário”. Inaugurada em 22 de janeiro de 1840, ela é um exemplo para aquilo que se destinou, qual seja, a arte de adestrar pessoas. Nessa prisão, que também é fábrica escola, exército família, oficina e justiça, os chefes e subchefes não devem exercer tão somente suas funções específicas, ou seja, não serão necessariamente, mestre e contramestres, professores, suboficiais juízes, pais ou juízes, mas um pouco de tudo isso e de modo específico. “São de certo modo técnicos do comportamento: engenheiros da conduta, ortopedistas da individualidade. Têm que fabricar corpos ao mesmo tempo dóceis e capazes” (FOUCAULT, 1997, p. 244).

Vimos que tanto as políticas de verdades contidas no ECA (2005), quanto no relatório SAB, do UNICEF (2002), são construtos presentes nos manuais de

desenvolvimento humano e manuais de psicologia da adolescência, discutidos nesta pesquisa e que têm apresentado a adolescência associada a desenvolvimento, a transformação, transição, fase e, conseqüentemente, demandando dos que “lidam” com esse “grupo específico”, prevenção, precaução, cuidado, controle, correção. Em uma palavra, normalização.

O ECA dispõem em seus artigos 6º e 15º respectivamente que:

na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento (ECA, 2005, p. 14).

a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e a à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos, e sociais garantidos na Constituição e nas leis (ECA, 2005, p. 15).

Não estamos constantemente nos constituindo ou nos metamorfoseando? O segredo do sujeito não é a multiplicidade de suas máscaras? Como aponta Albuquerque Jr. (2007), leitor de Foucault.

Nessa pesquisa também aprendemos que não existe verdade sem política de verdade e que “toda afirmação de verdade é indissolúvelmente peça, arma, ou instrumento no interior de relações de poder” (EWALD, 1993, p. 21).

Quando Foucault (1997b) nos convoca a “ouvir o ronco surdo das batalhas”, está se referindo ao texto do jornal francês *La Fhalange*, de 1836, e estabelece uma relação entre a cidade, descrita neste texto com a prisão. Faz isso para falar da rede múltipla na qual a prisão está assentada, e que na posição que ocupa não está sozinha, tal como apontamos quando descrevemos e discutimos a rede de instituição ou parcerias que formam esse organismo internacional⁶⁹. Quando Foucault afirma que a prisão, nestes termos, não está sozinha é porque está “ligada a toda uma série de outros dispositivos ‘carcerários’, aparentemente bem diversos – pois se destinam a aliviar, a curvar, a socorrer – mas que tendem todos com ela a exercer um poder de normalização”. (FOUCAULT, 1987b, p. 254).

⁶⁹ O “UNICEF, que tem sua sede central em Nova Iorque, realiza suas tarefas por meio de oito escritórios regionais e outros 126 escritórios espalhados pelo mundo, atendendo a 191 países e territórios. O UNICEF também conta com o apoio de 36 Comitês Nacionais que funcionam, principalmente, nos países desenvolvidos”. http://www.unicef.org/brazil/pt/overview_9400.htm. Acesso em 13/05/2011.

As subjetividades tecidas no relatório desmontado, sobre as práticas do UNICEF e de todo o corpo de redes⁷⁰ em que este se apoia para produzir demandas e recomendações na área da infância e juventude, caracterizam-se como subjetividades dicotomizadas, não há possibilidade do “entre”, do “e”, mas tão somente do “ou”. Atendem a uma lógica própria do regime biopolítico que, por seu turno, é atravessado por princípios positivistas baseados em universalidades, generalizações e fórmulas naturalizadoras de modos de existência. É dessa forma que Scheinvar afirma que “o ideal positivista concorre para eleger a funcionalidade como o maior valor das relações sociais e, para tanto, a generalização dos fenômenos, lidos sob a ótica da ordem dominante, torna-se o critério de normalidade” (SCHEINVAR, 2002, p. 85).

Vimos que além da visão mercadológica explícita e da intenção humanitarista e salvacionista de seus assessores, há ainda o apelo a uma verdadeira cruzada contra a pobreza e um apelo a uma uniformização do sujeito e do conceito de adolescência. Atentamos para os deslocamentos deste conceito, pois entendemos que a história de um conceito, tal como Foucault a concebeu a partir de Canguilhem, “não é, de forma alguma, a de seu refinamento progressivo, de sua racionalidade continuamente crescente, de seu gradiente de abstração, mas a de seus diversos campos de constituição e de validade” (FOUCAULT, 1987a. p. 5).

A técnica de esquadramento apontada por Foucault (1987b) se aplica também para percebermos e problematizarmos como a história se compartimentaliza para melhor “compreensão” da sociedade, do homem, de seu passado, de seu futuro e, do quão glorioso foram os “pioneiros”.

Essa concepção de história evolutiva se aplica também aos “ciclos” da vida humana, onde a cada um destes ciclos são produzidos no desenhar da história, saberes que os legitimam e que por sua vez são atravessados por relações de poder que os sustentam e os produzem.

O que fazemos quando não conhecemos algo? No século XVIII, já não bastava mais conhecermos a nós mesmos, houve uma “necessidade” de conhecer o outro, pois quanto mais se conhecia mais se podia manipular, aperfeiçoar, e por fim eram desenvolvidos dispositivos disciplinares e de correção dos “desvios”, o corpo torna-se

⁷⁰ Da mesma forma se fizermos um paralelo entre UNICEF e a mecânica do Estado, descrito e concebido por Ewald (1993), podemos pensar que esta agência, tal como “o estado não tem o privilégio da totalidade: é uma parte que se opõe às outras, que se articula com as outras. Para sustentar o topo: na base, mecanismos, dispositivos, uma tecnologia política; no topo, estratégias e táticas” (EWALD, 1993, p. 42).

analisável e manipulável. Essas técnicas são criadas, recriadas e justapostas para que nada escape. A essa “anatomia política” do corpo, Foucault (1987b, p.119) chamou de poder disciplinar, pois “ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma ‘aptidão’, uma ‘capacidade’ que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita”.

Em uma gravura apresentada por Foucault em *Vigiar e Punir*, no anexo 29, datada do fim do século XVIII, chamada “Máquina a vapor para rápida correção das meninas e dos meninos”⁷¹, há uma inscrição onde consta a sua apresentação, sua suposta finalidade e a quem esse dispositivo se destinava a época.

Como já foi descrito, o relatório analisado na presente pesquisa intitula-se Situação da Adolescência Brasileira. A metodologia utilizada nos permitiu desmontá-lo e ouvir o ronco surdo das batalhas, como nos indica Foucault (1987a), e perceber o acaso das lutas, como ressalta Ewald. Vasculhando os arquivos do UNICEF e bisbilhotando o relatório SAB, vivenciamos e percebemos que

[...] o arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas [...]. Longe de ser o que unifica tudo o que foi dito no grande murmúrio confuso de *um* discurso, longe de ser apenas o que nos assegura a existência no meio *do* discurso mantido, é o que diferencia *os* discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria (FOUCAULT, 1987a p.149).

Percebemos também o seu nível particular, que se constitui de

uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação. Não tem o peso da tradição; não constitui a biblioteca sem tempo nem lugar de todas as bibliotecas, mas não é, tampouco, o esquecimento acolhedor que abre a qualquer palavra nova o campo de exercício de sua liberdade; entre a tradição e o esquecimento, ele faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente (FOUCAULT, 1987a, p.150).

⁷¹ Ver anexo VIII, deste estudo.

A partir desta desmontagem, problematizamos as práticas do UNICEF quando este levanta e apresenta a situação (questão) da adolescência; identificamos a emergência do objeto adolescência como um problema para as ciências humanas, e em particular, para as ciências médicas e psicopedagógicas, e como uma questão para o UNICEF e para o SGT. Também interrogamos de que adolescência brasileira o UNICEF está falando. Por que não nomear o relatório de: Situação da Adolescência Brasileira Pobre? Já que as temáticas e problemas abordados no documento indicam um grupo social que “padece” ou que está circunscrito ao cenário apresentado e nas questões abordadas. E os que “lidam” com estes precisam estar “preparados” para abordar e intervir em casos como gravidez na adolescência, uso de drogas, baixa escolaridade, ato infracional, DST’s/AIDS; demandas produzidas como sendo de um seguimento social específico. Assim como se tem produzido “assuntos” ou questões como sendo da chamada classe média ou classe média alta, como é o caso, por exemplo, de temas como escolha vocacional, festas *tenns, night*.

Almeida e Tracy (2003) abordam em seu livro *Noites Nômades*, a geografia da *nigth* e identificam termos como “guerreiros da *nigth*”. Estes termos que indicam um grupo de “jovens de classe média que estudam nas boas escolas da cidade, frequentam academias da moda, desfilam nos trechos mais concorridos da praia e, eventualmente, espalham-se por outras áreas da cidade, quando estas são incorporadas ao circuito da diversão”. (ALMEIDA & TRACY, 2003, p. 20). Em pesquisa realizada por estas autoras, e tendo como informantes os jovens de classe média da zona sul do Rio de Janeiro, as autoras destacam o universo preparatório da empreitada destes jovens antes de ir para a *nigth*, a chamada *pré-nigth*, momento em que fazem vários contatos com o grupo, malham, trocam e-mail, telefonemas e afirmam que:

a parada do posto é mais um aquecimento da *pré night* mesmo. Nego se ligando, marcando um tempo antes de chegar. Celular é direto. nego também fica sufocando nego que tem conta de celular e tal. Nego sem celular de conta: ‘*não, perái, rapidinho, é uma ligaçãozinha*’, não sei que. Dá uma ligada, fica a *nigth* inteira. O posto é mais para você ir com a galera. Ai vai lá, nego bebe, não sei quê. Ai quem bebe, bebe, quem fuma, fuma, faz essas porra ai. ai nego vai e se liga: ‘Ai ta onde?’ Tamo aqui no Leblon, tamo partindo pra lá tal hora’. ‘Tranquilo’. Parte e se encontra lá (ALMEIDA e TRACY, 2003 p. 36).

Quando o UNICEF conclama a não ver o adolescente tão somente como uma “fase negativa”, ficam claras as dicotomias produzidas entre negativo/positivo,

bem/mal, certo/errado, potencialidade/risco, noite/*night*, festas/baladas, família desestruturada/família moderna, dentre outras que naturalizam o sujeito como algo dado *a priori*, portador de uma essência, acoplado a uma dada matriz, produzindo práticas objetivadoras e subjetivadoras de identidades a partir de concepções lineares do desenvolvimento humano, tais como adaptação/desadaptação, normal/anormal, maturidade/imaturidade e uma sequência linear de fases cronológicas, que atendem também a concepções desenvolvimentistas, próprias à racionalidade neoliberal mercadológica preocupada com a lógica custo-benefício.

Estes são “reconhecidos” pelo que serão quando tornarem-se adultos, como aponta Almeida e Tracy (2003), assim como os demais autores que dialogamos até aqui. E tanto para o UNICEF, quanto para o campo de conhecimento produzido no século XIX e início do século XX, como para grande parte dos “atores” e defensores do SGT, a “adolescência” constitui-se de uma “fase”, ou dito de outra forma, de um vir a ser.

Foi com um olhar atento às ninharias do poder, que buscamos destruir certezas e evidências, e capturar o porvir do sujeito, ao invés do seu vir a ser. Atentando não para as intencionalidades dos jogos de forças, mas, ao acaso das lutas.

INTERROGAÇÕES FINAIS

Esta Dissertação se fez de encontros, de perguntas, de interrogações; a começar pelo seu título: Interrogando as práticas do UNICEF direcionadas aos “adolescentes” brasileiros; até o seu final(?), aqui cunhado de *Interrogações Finais*, pois além de considerações a fazer, ficamos ainda com muitas interrogações a respeito do objeto investigado.

Como não concebemos o saber como sendo “neuro”, mas sim como sendo político, não posso deixar de expressar que por algumas vezes na desmontagem e análise do documento/monumento, e acessando os meios eletrônicos para a produção dessa dissertação, eu não tenha visto imperativos tais como: “Faça sua doação”, por atravessamentos do tipo: Façam suas apostas! Quando o UNICEF conclama a todos para garantir o futuro de crianças e adolescentes a dar a sua contribuição, destacando sua missão e a grandiloquência de sua história e de sua atuação.

Vale ressaltar que ao apresentar uma versão deste trabalho ao grupo de estudos da UERJ, por vezes tive dificuldades em nomear os afetos mobilizados pelo documento em análise, no que estes me provocavam tamanho assombro com algumas afirmações, como determinados regimes de verdades ali expostos a respeito do sujeito inventado. A coordenadora do grupo tentou acalmar aquele desassossego em minha alma, orientando-me a estudar a emergência dos conceitos que se entrecruzam no processo de objetivação e subjetivação destes regimes, para que dessa forma, estes pudessem ser definidos, situando-os historicamente e quem sabe, pudessem ser nomeados e estabelecer uma relação com os afetos ora provocados. Sábias orientações! Procurei fundamentá-los, mas sabendo que são sempre provisórios. De todo modo, isso me permitiu, creio, atender ao leitor e situá-lo em “meu” objeto de estudo e, dessa forma, falar das afetações e inquietações, e continuar a interrogar o presente. Percebi que nesse campo “não há sossego — e, ai de mim! Nem sequer há desejo de o ter” (Fernando Pessoa).

Na feitura desta, vale destacar encontros potentes como os que eu tive com Foucault, e outras tantas vozes, em março de 2010 na cidade do Rio de Janeiro, quando iniciamos o estudo da 1ª aula, do curso *Nascimento da Biopolítica*, ministrada no dia 10 de janeiro de 1979, no *Collège de France*. Estudar algumas obras de Foucault no local onde ele esteve para proferir uma série de conferências, sobretudo, na PUC/RJ na década de 1973 que resultou na obra *A verdade e as formas jurídicas*, foi de uma emoção que transcende a qualquer preocupação acadêmica de se fazer pesquisa sobre o

método por ele pensado. Foi um novo encontro com o método, foi o estar genealógico, ao visitar museus, universidades, espaços de tantas raridades. Tenho dúvidas se se ensina a fazer pesquisa histórico-genealógica foucaultiana. Como projetar para o outro, afetos tão particulares e ao mesmo tempo coletivos, e por vezes intempestivos? Uma coisa me parece ter sentido: há de se ter paciência. Não há transmissão, há encontros, há acasos, como os que tive com o método, com os mestres e com as obras lidas e discutidas neste estudo.

Acreditamos que este estudo trouxe contribuições relevantes para pensarmos e ampliarmos o debate em torno do objeto adolescência e seus desdobramentos na esfera familiar, escolar, judicial... Buscamos dar conta ou “responder” algumas interrogações aqui apresentadas, com a ajuda de autores bisbilhoteiros. Outras, só foram possíveis o seu desdobramento em tantas outras. Deixamos também suspensas algumas delas, com o desejo de discuti-las em outro momento, e saber que outros pesquisadores se inquietarão e se voltarão para os questionamentos aqui apresentados e compartilhados.

Dentre os limites impostos e os desejos mobilizados a partir destes, o que penso que faltou e que poderia ser feito em pesquisas futuras? Ampliar a discussão sobre a série políticas públicas, políticas públicas no Brasil e o projeto de gestão da pobreza do UNICEF a partir de autores como Hannah Arendt, que discute, em sua obra *A Promessa da Política*, certo esvaziamento da ação política na atualidade; além de também poder problematizar a consagração da família como lugar de proteção e coesão, trazendo à baila fundamentações relevantes para o campo de discussão do que seja considerado de ordem “pública” e ordem “privada” e do campo das políticas públicas, e o que é, de fato, a política hoje.

Penso que uma discussão entre o passado e o presente, em uma alusão à obra *Entre o Passado e o Futuro*, para apontar possíveis intercessões entre Arendt e Foucault, e para problematizar passagens do relatório, tais como: “o adolescente tem tendência a viver o presente” (UNICEF, 2002, p. 35), poderiam ser possibilidades de estudos, uma vez que estes, respectivamente, nos convidam a pensar o presente, a interrogar a nós mesmos, e nos perguntam: o que estamos fazendo com as nossas tradições? Para o UNICEF, o presente é o momento de pensar o futuro, planejar o futuro, há uma queixa e um apelo explícito na afirmação apontada acima. Estariam Foucault e Hannah Arendt equivocados? Suas preocupações e investigações estariam por demais obsoletas? Quando, na verdade(?), temos que nos preocupar com o futuro? Ou com o “bom futuro”?

Algumas séries inicialmente recortadas, tais como: comunidade, violência, protagonismo juvenil, cidadania, pobreza, não foram analisadas como indicadas no projeto apresentado à Banca de Exame de Qualificação, por falta de fôlego e pelos limites temporais de uma pesquisa nesse formato. Estas se entrecruzaram com as séries “eleitas” e se fizeram presentes em suas extremidades, como foi o caso das séries pobreza e cidadania, por exemplo. As demais ficaram na dispersão e na espreita dos acontecimentos, temporariamente. Séries como sexualidade e profissionalização, que não foram recortadas inicialmente, passaram a integrar o corpo desta dissertação e o corpo político da objetivação do sujeito adolescente e do objeto adolescência, aqui reescrito.

Acreditamos que quando partes dessa pesquisa foram apresentadas em alguns eventos acadêmicos (congresso nacional e internacional, seminários, colóquio e encontros), foi pelo desejo do debate e da troca do que estava sendo produzido e problematizado no campo dos saberes nomeados como ciências humanas, para submeter o presente estudo ao exame dos nossos pares, críticos e “colaboradores”. Foi também pelo desejo de tencionar e problematizar verdades produzidas no campo da psicologia, da pedagogia, da medicina, da estatística, das práticas governamentais ou da governamentalização da vida, apontando seus possíveis efeitos na atualidade. Dessa forma, pensamos ter contribuído com questões do nosso tempo e de uma versão parcial da História da Juventude no Brasil.

Foi pautado em uma perspectiva genealógica, que se buscou situar o corpo político dos sujeitos objetivados e subjetivados como adolescentes no documento-monumento desmontado e interrogado.

No primeiro capítulo desta dissertação, tomamos o primeiro capítulo de *Vigiar e Punir* para interrogar as práticas discursivas de poder e subjetivação do UNICEF, e nos apropriarmos deste para cortar tais práticas, tendo como ferramenta analítica os conceitos de poder-saber.

Agora na parte “final” desta, que chamo de interrogações finais; mais interrogações do que finalizações, seguimos outra trilha desta mesma obra, para enfatizar que as relações de poder, seja do UNICEF, seja do Estado, seja da família..., só conseguem gerir os corpos se articulando mutuamente; aí reside a potência de seu exercício!

Ao interrogarmos as práticas do UNICEF, que se estendem da ordem do saber à ordem do exercício do poder, problematizamos os regimes de verdades que produzem e

dão sustentação a esse dispositivo de saber-poder, e inventam e legitimam subjetividades adolescentes. Subjetividades estas que não tivemos a pretensão, nem tão pouco a presunção, de tachá-las de falsas ou verdadeiras. Mas tão somente de apontar a multiplicidade de práticas concretas, tais como: as da medicina, da estatística, da pedagogia, da psicologia, do direito, etc., que remetem a um estilo peculiar de gestão de corpos de sujeitos inventados, em um período histórico, tal como aponta ter sido a invenção do homem.

Nesta pesquisa, optou-se por não abordar uma seção específica sobre o conceito de poder, mas sim o seu exercício, assim como o processo de objetivação e subjetivação, conceitos estes que atravessaram toda a discussão até aqui realizada e que se constituíram como foco das análises sobre a adolescência brasileira, tal como montada e desmontada no relatório SAB. Neste sentido, buscamos capturá-lo em suas extremidades, na sua capilaridade e na capilaridade possível de seus movimentos. Atentou-se, desta forma, para o estudo do objeto adolescência, como sendo produzido ou inventado como tal pelos efeitos das relações de poder. “Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centro de transmissão” (FOUCAULT, 1998, p. 183). Sujeitos estes, considerados pelo UNICEF como “grupo específico da sociedade”, e por conta desta especificidade necessitam de uma atenção igualmente diferenciada.

De certo modo foi isso que buscamos neste trabalho, ou pelo menos que tentamos fazer quando recortamos o documento que forjou uma determinada situação da adolescência brasileira, produzido pelo UNICEF, mas que se articula com outros equipamentos sociais e instituições na produção de sujeitos identificados como adolescentes que supostamente necessitam de “cuidados”, “atenção”, “prevenção”, “correção”, “promoção”, “escolarização”, “observação”, pois estavam em: “fase” de “desenvolvimento”, “transformação”, “transição”, “mudanças”, “afirmação”, e também correndo “riscos”. E, se não forem assistidos, *podem comprometer o futuro do país*.

Com as lentes da genealogia vimos a produção de subjetividades adolescentes e as conexões implicadas e imbricadas na fabricação de “sujeitos modulados pela estatística” ou “sujeitos dados”⁷². Percebemos as multiplicidades de saberes

⁷² Estes termos, sinônimos, estão sendo cunhados pela primeira vez no presente estudo, para fazer referência a um sujeito concebido como indicador dentro de uma malha estatística, e que a partir deste indicador/sujeito, pretende-se uma uniformização deste.

empenhados em produzir, normalizar e gerir os corpos. Ao atentar para o ronco surdo das batalhas, ouvimos ainda algumas interrogações, tais como: A quem interessa a gestão da pobreza? O que leva uma agência como o UNICEF a se orgulhar de ter uma marca sedimentada há cerca de 50 anos no mercado da pobreza?

Por fim, mas não finalmente, este trabalho se fez na lentidão e na precisão do quão necessário foi caminhar com parcimônia e em estado de alerta para capturar a emergência dos acontecimentos presentes no documento-monumento estudado e desmontado. Passei um tempo na espreita destes acontecimentos, e outro tanto na leitura, desmontagem, corte, análises e diálogos com a orientadora deste estudo, e também com interlocutores inquietos e atentos.

Aprendi com Guattari que militar é agir, e com Foucault, que não é preciso ser triste para ser militante. Esse foi o resultado ou produto dessa captura, que chamei de escrita militante, ou história parcial da constituição pelo UNICEF de um processo de objetivação e subjetivação “adolescente”. E, já sedenta de vontade de uma nova empreitada, uma nova emboscada, mas atenta ao poder criativo do ato de tatear, e compartilhando sonhos como Ewald (1993, p. 17).

Sonho com um intelectual destruidor das evidências e das universalidades, aquele que assinala nas inércias e coerções do presente os pontos de fraqueza, as aberturas, as linhas de força, aquele que, sem cessar, se desloca, que não sabe ao certo onde estará ou o que pensará amanhã, porque está por demais atento ao presente.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **História. A arte de inventar o passado.** São Paulo: EDUSC, 2007.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M.; VEIGA-NETO, A.; SOUZA FILHO, A. S (Orgs.). **Cartografias de Foucault.** Belo Horizonte: autêntica, 2008.
- ALMEIDA, A. M. O.; G. G. CUNHA. Representações Sociais do Desenvolvimento Humano. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 16(1), 2003. pp. 147-155.
- ARANTES, E. M. M. Rostos de crianças no Brasil. In: I. Rizzini; F. Pilotti (Orgs). **A arte de governar crianças. A história das políticas públicas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.
- ARIÈS, F. **História Social da Criança e da Família.** São Paulo: LTC, 2006.
- BARROS, M. N. S. Saúde sexual e reprodutiva. In: M. L. J. Contini; S. M. Koller; M. N. S. Barros (Orgs.). **Psicologia e Adolescência: concepções práticas e reflexões críticas.** Conselho Federal de Psicologia. Brasília-DF, 2002.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. **Vidas desperdiçadas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília: Ministério da Educação, 2005.
- BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.** Brasília: SEDH/CONANDA, 2006.
- BRASIL. **A realidade do país aos 60 anos da Declaração Universal.** Brasília: SEDH, 2008.
- BRAUMAN, R. **Da “missão civilizatória” a missão humanitária.** Disponível em: <http://diplomatieque.uol.com.br/acervo.php?id=1177&PHPSESSID=d05814d90153914f259a18ae414b48ed>. Acesso em 21/11/2010.
- CARDOSO JÚNIOR, H. R. **Temas de Clio: convivência entre filosofia e história.** Curitiba: Tretavento, 2001.
- _____. Para que serve a subjetividade: Foucault, Tempo e Corpo. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 18(3), 2005. pp. 343-349.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CASTRO, C. **Pesquisando em arquivos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault - Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

- CÉSAR, M. R. A. **A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico**. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.
- COIMBRA, C. M. B.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, 57(1), 2005.
- COIMBRA, C.; NASCIMENTO, M. L. Ser jovem, ser pobre é ser perigoso? **Revista de Estudos sobre a Juventude**. 9(22), México, DF, 2005. pp. 338-355.
- COIMBRA, C. M. B.; AYRES, L. S. M.; NASCIMENTO, M. L. **PIVETES: encontro entre a Psicologia e o Judiciário**. Curitiba: Juruá, 2008.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Seminário Nacional: **A atuação dos Psicólogos junto aos Adolescentes privados de Liberdade**. Brasília-DF, 2006.
- CONTINI, M.L.J.; KOLLER, S. H.; BARROS, M.N.S., **Adolescência e Psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas**. Brasília: CFP, 2002.
- CONTINI, M. L. J. A adolescência e Psicologia: práticas e reflexões críticas. In: M. L. J. Contini; S. M. Koller; M. N. S. Barros (Orgs.). **Psicologia e Adolescência: concepções práticas e reflexões críticas**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília-DF, 2002.
- COSTA, J. F. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- DAYRELL, J.; CARRANO, P. C. **Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo**. Disponível em: <http://www.emdialogo.uff.br/documento/jovens-no-brasil-dif%C3%ADceis-travessias-de-fim-de-s%C3%A9culo-e-promessas-de-um-outro-mundo>. Acesso em: 14 nov. 2009.
- DELEUZE, G. **Conversações, 1972-1990**. (Trad. P. Pálpelbart). São Paulo: Ed. 34, 1992.
- DONZELOT, J. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DORNELLES J. R. W. A Internacionalização dos direitos Humanos. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, Ano IV, Nº 4 e Ano V, Nº 5, 2003-2004. pp. 177-195.
- DRAIBE, S. M. As políticas sociais e o neoliberalismo. Reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista da USP**, Nº 17, São Paulo, 1993. pp. 86-101.
- EIZIRIK, M. F. **Michael Foucault: um pensador do presente**. Ijuí: Unijuí, 2005.
- EWALD, F. **Foucault a norma e o direito**. Lisboa: Corsino & Neto. (Trad. A. F. Cascais), 1993. (Coleção: Comunicação & Linguagens).
- FALEIROS, E. T. S. A criança e o adolescente. Objeto sem valor no Brasil Colônia e no Império. In: I. Rizzini; F. Pilotti (Orgs.). **A arte de governar crianças. A história das**

políticas públicas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.

FARGE, A. **O sabor do arquivo.** São Paulo: EDUSP, 2009.

FERREIRA, A. A. L. Governamentalidade e Práticas Psicológicas: a gestão pela liberdade. **Rev. Filos., Aurora, Curitiba**, 21(28), jan./jun. 2009. pp. 59-72.

FONSECA, M. A. Fazer viver e deixar morrer: as sociedades modernas e a tipologia de seus poderes. **Rev. bras. Ci. Soc.**, 15(44), out. 2000. pp. 188-193.

_____. **Michel Foucault e a constituição do sujeito.** São Paulo: EDUC, 2003.

_____. Para pensar o público e o privado: Foucault e o tema das artes de governar. In: M. Rago; A. Veiga-Neto (Orgs.). **Figuras de Foucault.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Rev. Sociol. USP., São Paulo** 7 (1-2), outubro. 1995. pp. 67-82.

FRAGA, P. C. P.; LULIANELLI, J. A. S. (Orgs.). **Jovens em tempo real.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber.** (Trad. L. F. B. Neves), 3ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987a.

_____. **Vigiar e Punir: a história da violência nas prisões.** 32. ed. Petrópolis: Vozes, 1987b.

_____. **História da Sexualidade I. A vontade de saber.** (Trad. M. T. da C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque). Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. A vida dos homens infames. In: M. B. Motta (Org.). **Estratégia, poder-saber.** São Paulo: Forense Universitária, 2006. (Coleção Ditos e Escritos, v. IV).

_____. **A ordem do discurso:** Aula inaugural no *Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. (Trad. L. F. de A. Sampaio). São Paulo: Loyola, 1996a.

_____. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: NAU, 1996b.

_____. **Microfísica do poder.** (Org. e Trad. R. Machado). Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. **Em Defesa da Sociedade.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Nascimento da Biopolítica.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2008b.

_____. **Segurança, Território e População.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2008c.

_____. **Os Anormais.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2008d.

HURLOCK, E. B. **Desenvolvimento do Adolescente:** São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1979.

- KAFKA, F. *Kafka: um artista da fome - seguido na colônia penal & outras histórias*. Porto alegre: L&PM, 2009.
- _____. *Na Colônia Penal & outras histórias*. Porto alegre: L&PM, 2009.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- LEMOS, F. C. S. Práticas disciplinares e de gestão de risco de crianças e adolescentes. II COLÓQUIO FRANCO-BRASILEIRO DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO. *Anais...* Rio de Janeiro, 9-11, 2006.
- _____. *Crianças e Adolescentes entre a norma e a lei: uma análise foucaultiana*, 2007. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis-SP, 2007.
- _____. CARDOSO JÚNIOR., H. R. A Genealogia em Foucault: uma trajetória. *Revista Psicologia e Sociedade*. 21(3), 2009. pp. 353-357.
- LOBO, L. F. *Monstros e degenerados: os infames da história*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
- MACHADO, R. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- NASCIMENTO, M. L.; SCHEINVAR. E. Infância: discursos de proteção, práticas de exclusão. *Estud. Pesqui. Psicol*. 5(2), dez, 2005. pp. 51-56.
- OLIVEIRA, S. A grandiloquência da tolerância, direitos e alguns exercícios ordinários. *VERVE: Revista Semestral do NU-SOL*, PUC-SP. Nº 8, 2005. pp. 276-289.
- OZELLA, S. Adolescência: uma perspectiva crítica. In: M. L. J. Contini; S. M. Koller; M. N. S. Barros (Orgs.). *Psicologia e adolescência: concepções práticas e reflexões críticas*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília-DF, 2002.
- PASSETTI, E. Ensaio sobre *um* abolicionismo penal. *VERVE: Revista Semestral do NU-SOL*, PUC-SP. Nº 9, 2006. pp. 83-114.
- _____. Sobre sociedade de controle, educação e fluxos. In: T. Silvia e M. L. Nascimento (Orgs.). *Ética e Subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- _____. *Anarquismo e sociedade de controle*. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. Política e resistências na sociedade de controle. In: S. M. Freire (Org.). *Direitos Humanos e Questão social na América Latina*. Rio de Janeiro: Gramma, 2009.
- PFROMM NETO. S. *Psicologia da Adolescência*: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais: São Paulo, 1976.
- RASSIAL, Jean-Jacques. *O adolescente e o psicanalista*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.
- REDE RIO CRIANÇA, Projeto Legal, PACS, IDDH, Lutarmada Hip-hop, Visão da Favela Brasil, Mandato Marcelo Freixo, Observatório das Favelas, Associação pela

Reforma Prisional, Justiça Global, ISER, Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, APAFUNK, Movimento Direito para Quem-DPQ, MST/RJ, Centro de Assessoria Jurídica e Popular Mariana Crioula, Centro de Movimentos Populares-CMP, Rede de Comunidade e Movimento Contra a violência (Org.). **Os muros nas favelas e o processo de criminalização**. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2009.

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SCHEINVAR, E. **O feitiço da Política Pública: escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente**. Rio de Janeiro: Lamparina. Faperj, 2009.

_____. A Família como dispositivo de privatização social. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, 58(1), 2006. pp. 48-57.

_____. Idade e Proteção: fundamentos legais para a criminalização da criança, do adolescente e da família (pobres). In: M. L. Nascimento (Org.). **PIVETES: a produção de infâncias desiguais**. Rio de Janeiro: Intertexto, 2002.

SALES, M. A. **(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores com metáfora da violência**. São Paulo: Cortez, 2007.

SALOMON, M. O gosto do arquivo e os ruídos da história. **ArtCultura**, 10(17), 2008. pp. 237-243.

SANTOS, T. C.; SIQUEIRA, S. Organizações da sociedade civil e as construções teóricas contemporâneas acerca da sustentabilidade. **Cadernos Gestão Social**, 2(1), 2009. pp. 105-120.

TERRY, F. **Psicologia do Desenvolvimento: Infância e Adolescência**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1981.

UNICEF. **Situação da Adolescência Brasileira: fazer valer os seus direitos**. Brasília-DF, 2002.

_____. **Relatório da Situação da Infância e Adolescência Brasileira: Diversidade e Equidade. Pela Garantia dos Direitos de cada Criança e Adolescente**. Brasília-DF, 2003.

_____. **A voz dos adolescentes**. Brasília-DF, 2002/2006.

_____. **Situação da Infância Brasileira**. Brasília-DF, 2001.

_____. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/support_10782.htm. Acesso em 07/05/2010.

VANDRESEN, D. S. **Trabalho, Capital Humano e Neoliberalismo**. Disponível em: http://aufklarungsofia.pbworks.com/f/artigo_trabalho_daniel.pdf. Acesso em: 10/03/11.

VEIGA-NETO, A. *Foucault e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007a.

VEIGA-NETO, A e LOPES, M. C. Inclusão e governamentalidade. **Educ. Soc.** **28**(100) - Especial, 2007b. pp. 947-963.

WASELFISZ, J. J. Subsídios para a construção de uma prática qualificada do psicólogo no atendimento aos adolescentes em privação de liberdade. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Seminário Nacional: **A atuação dos Psicólogos junto aos Adolescentes privados de Liberdade**. Brasília-DF., 2006. pp. 28-42.

A N E X O S

ANEXO I

Registros feitos pela autora no Museu do Exército “Conde de Linhares”. Rio de Janeiro/RJ (2010)



JEEP NACIONAL

DESTINO: TRANSPORTAR PESSOAS OU CARGAS

FABRICANTE: FORD DO BRASIL S. A.

CAPACIDADE: 1/4 TONELADAS

GUARNIÇÃO E PASSAGEIRO: 04 PESSOAS

**HISTÓRIA: VIATURA UTILIZADO PELO EXÉRCITO BRASILEIRO
A SERVIÇO DA ONU EM MISSÕES DE PAZ NO MOÇAMBIQUE, NA
DÉCADA DE 50.**

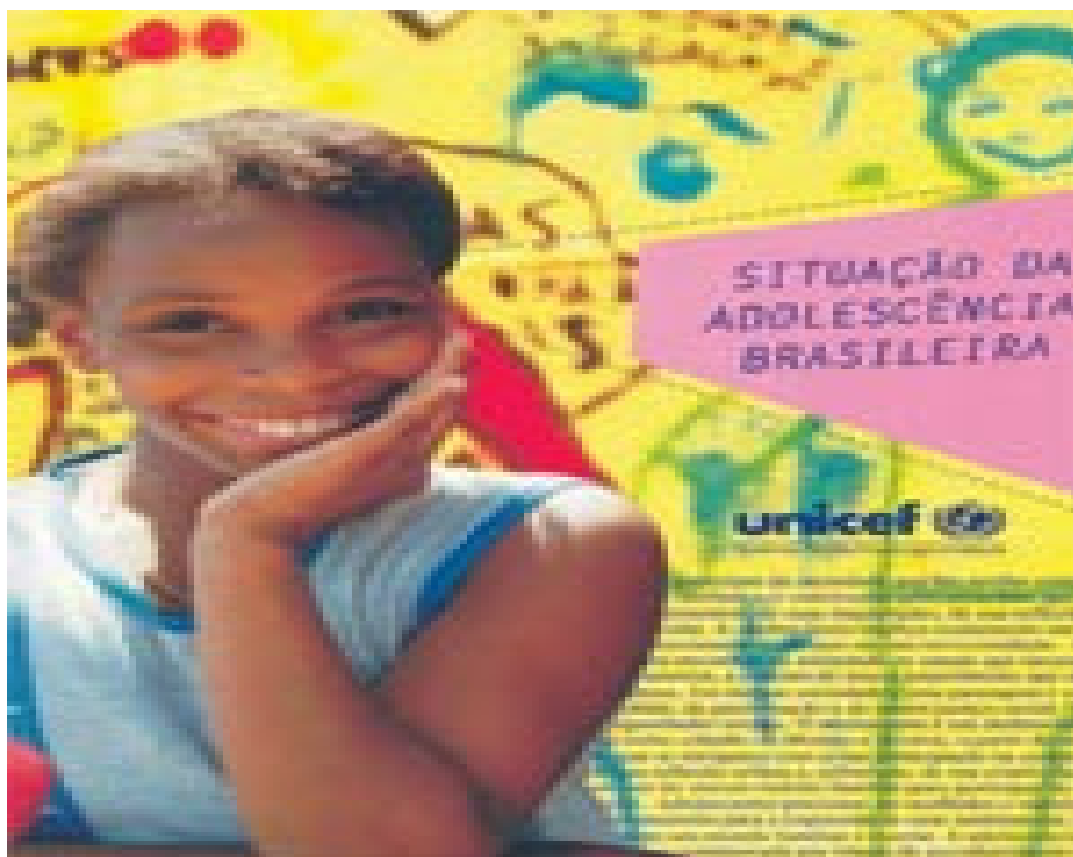






ANEXO II

Capa do Relatório “Situação da Adolescência Brasileira”



ANEXO III**Gertrude Lutz, primeira representante do UNICEF no Brasil**

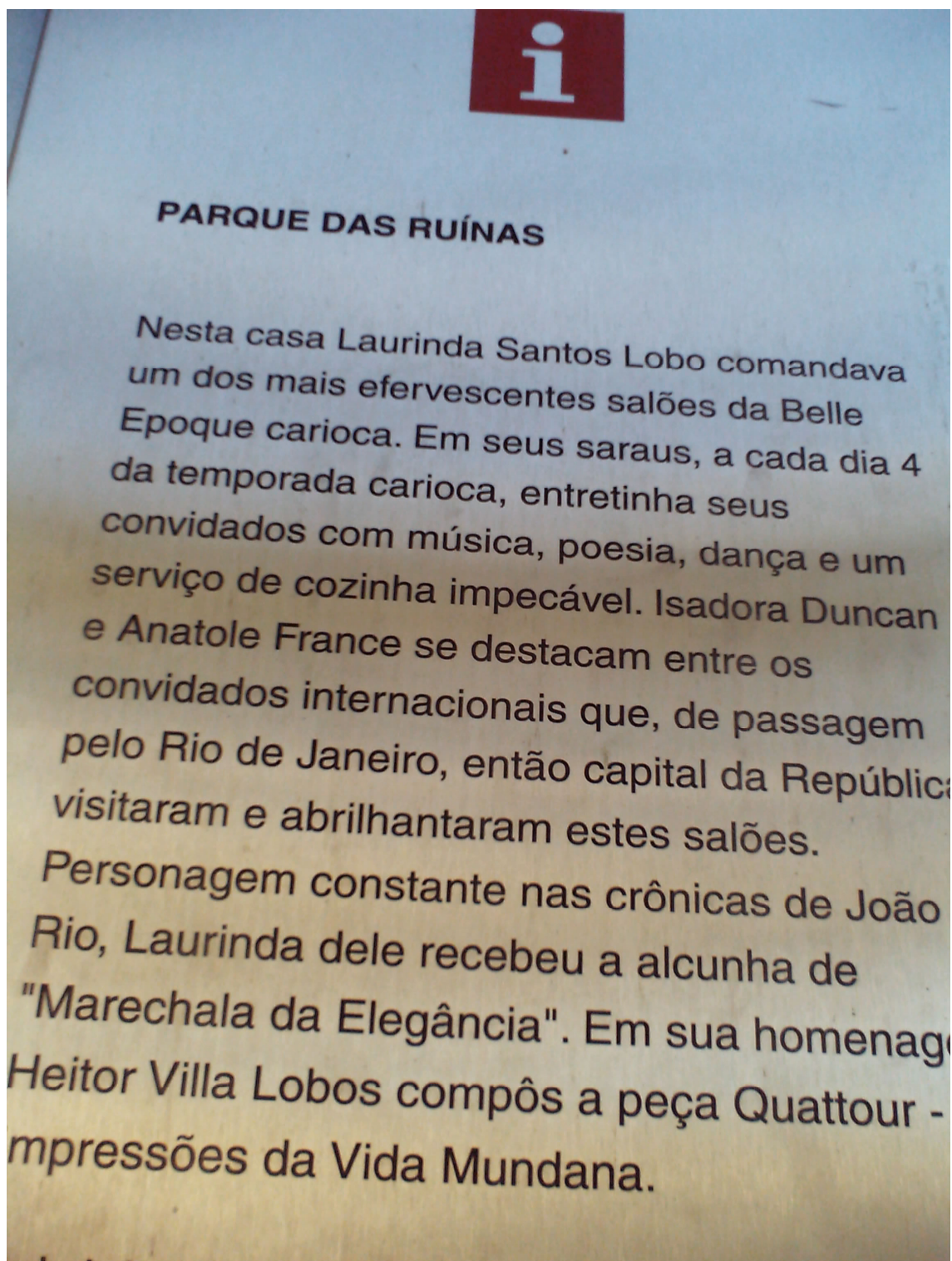
ANEXO IV

Imagem referente ao direito ao esporte, a cultura e ao lazer. Relatório SAB (2002)



ANEXO V

Registro feito pela autora no “Parque das Ruínas”. Rio de Janeiro/RJ (2010)



ANEXO VI

Propostas do UNICEF para o sistema de políticas públicas para adolescentes de baixa escolaridade e baixa renda. Relatório SAB (2002)

01. Reconhecer os adolescentes como sujeitos de direitos, nos marcos estabelecidos pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.
02. Promover a cidadania dos adolescentes de baixa escolaridade e baixa renda, mediante políticas intersetoriais que articulem a elevação da escolaridade, a garantia de renda mínima, o acesso à educação profissional, à saúde e à assistência social, ao esporte, à cultura e ao lazer.
03. Considerar as especificidades dos meios rural e urbano, os desequilíbrios regionais, as diferenças de renda, gênero e raça e as necessidades das pessoas portadoras de deficiências, associando as políticas sociais universais a políticas especialmente voltadas aos grupos em desvantagem.
04. Garantir a participação ativa dos diversos atores sociais, em especial dos adolescentes e suas famílias, na formulação, implementação e controle das políticas públicas dirigidas a esse grupo social.
05. Assegurar a todos os adolescentes o direito constitucional à educação básica pública, gratuita e de qualidade, alfabetizando, no prazo de quatro anos, os 1,1 milhão de adolescentes analfabetos e promovendo o regresso, a permanência e o sucesso na escola dos 3,3 milhões de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos que estão fora da escola.
06. Oferecer oportunidades de aprendizagem adequadas ao numeroso contingente de adolescentes que apresenta defasagem na relação idade/série, desenvolvendo uma política específica para a permanência e a progressão escolar desse grupo.
07. Proporcionar aos adolescentes o direito à educação profissional de nível básico ou técnico, mediante a ampliação da oferta de cursos gratuitos de duração suficientemente alongada para possibilitar o acesso à ocupação e à renda. A educação profissional dos adolescentes, entretanto, deve-se dar em caráter complementar e não substitutivo à elevação da escolaridade básica.
08. Valorizar os professores e demais profissionais dos serviços sociais que atuam diretamente com adolescentes, investindo na melhoria de sua remuneração e condições de trabalho, em sua formação e aprimoramento contínuos.

09. Criar um Programa Nacional de Renda Mínima: a) para todas as famílias de crianças e adolescentes até 15 anos, com renda per capita inferior a meio salário mínimo; b) para adolescentes e jovens entre 16 e 21 anos nessa faixa de renda, garantir a concessão de uma bolsa até a conclusão do Ensino Médio; c) estabelecer critérios progressivos para a definição do valor do benefício, partindo inicialmente da complementação em, pelo menos, 33% da diferença entre a renda necessária e a renda familiar; d) organizar um cadastro nacional, público e único, e constituir uma coordenação nacional, evitando a fragmentação e a multiplicidade de diferentes programas de complementação de renda.

10. Promover o direito dos adolescentes ao esporte, à cultura e ao lazer, ampliando programas direcionados a esse público. Constituir instância coordenadora dos órgãos governamentais desses setores e um fundo de apoio a ações desenvolvidas pelos próprios adolescentes e jovens. Criar estratégias de acesso gratuito aos equipamentos e espaços culturais, esportivos e de lazer, tais como vale cultura e transporte, inclusive para os adolescentes do meio rural.

11. Combater a inserção precoce e precária no mercado de trabalho, condicionando as políticas de acesso ao trabalho para adolescentes a partir dos 16 anos de acordo com as seguintes exigências: preservação dos postos de trabalho já ocupados por adultos; jornadas reduzidas compatíveis com o exercício dos direitos à educação, cultura, esporte e lazer; ocupações que possuam um caráter formativo, inclusive trabalhos alternativos não mercantis,

remunerados ou não; estímulo a outras formas de ocupação e geração de renda, como o cooperativismo, o empreendimento, o acesso ao microcrédito e, no meio rural, o acesso à terra e o apoio à agricultura familiar e ao turismo rural.

12. Promover a saúde integral do adolescente, assegurando acesso ao saneamento básico, ações preventivas e atendimento especializado na rede de saúde pública.

13. Promover uma política de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, colaborando para a extinção da FEBEM de São Paulo e desenvolvendo medidas socioeducativas previstas pelo ECA em pequenas unidades, preferencialmente em meio aberto, com a participação das famílias e das comunidades.

14. Extinguir a obrigatoriedade do serviço militar, oferecendo a opção do serviço civil voluntário.

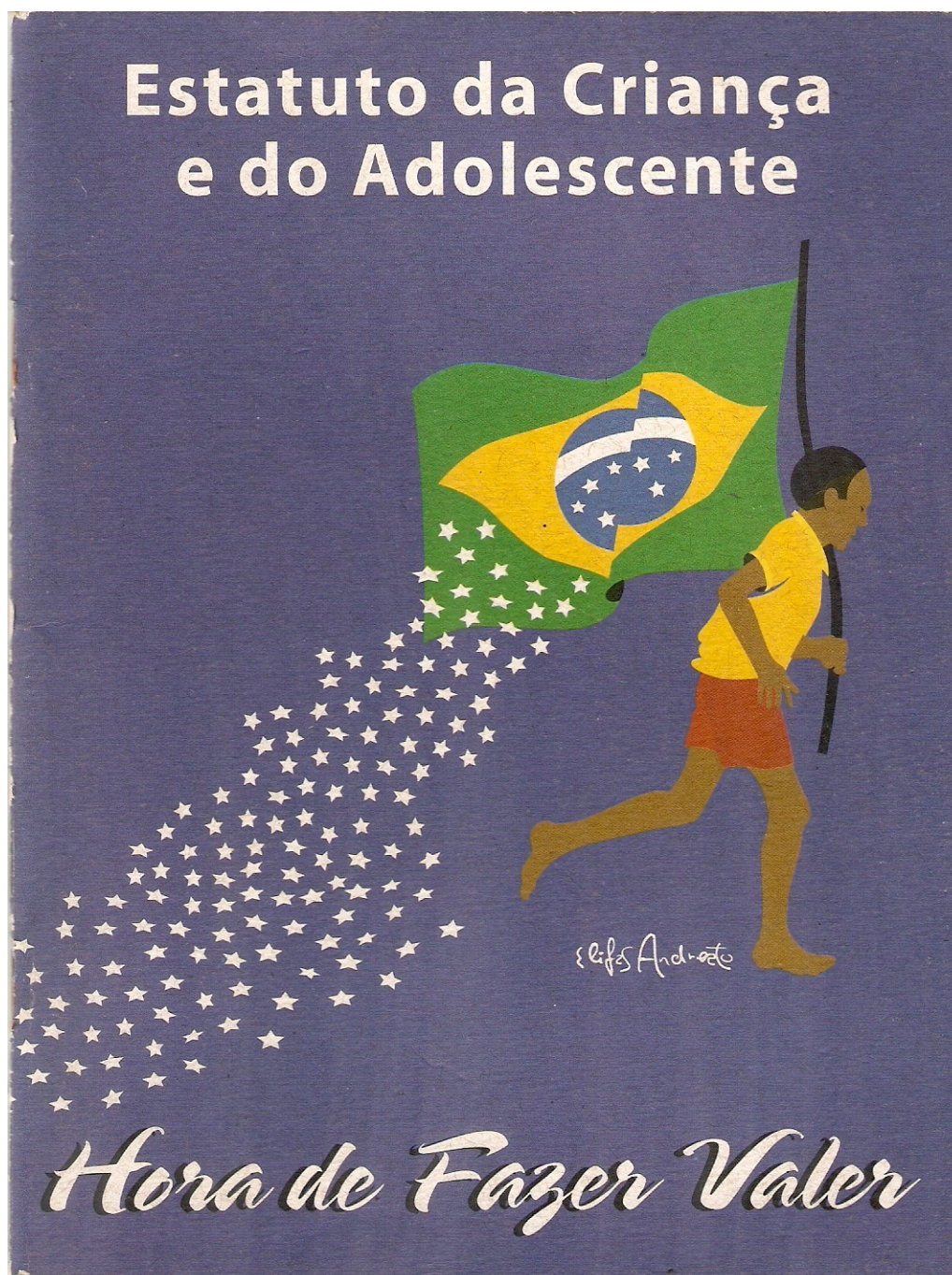
15. Destinar recursos das três esferas de governo às políticas anteriormente mencionadas. Criar, para esse fim, novas fontes de financiamento e redirecionar de imediato os recursos já previstos em orçamentos, fundos públicos e programas diversos

(como os recursos constitucionalmente vinculados à Educação, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, o Fundo de Amparo ao Trabalhador, o Fundo de Combate à Pobreza, o Fundo Nacional de Cultura, os programas desenvolvidos pelo BNDES etc.).

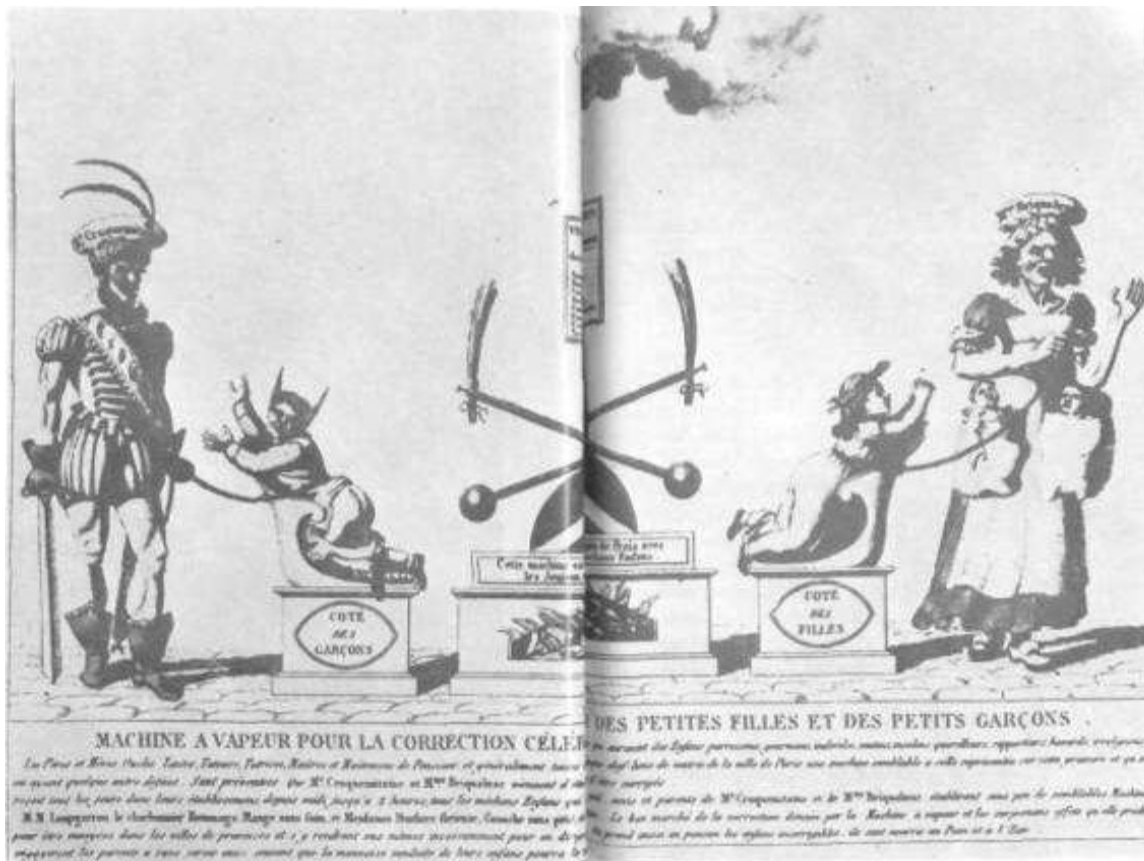
16. Desenvolver políticas voltadas à juventude, considerando que as necessidades anteriormente indicadas prolongam-se para além dos 18 anos, especialmente no que se refere à continuidade dos estudos e à inserção no mundo do trabalho.

ANEXO VII

ECA



ANEXO VIII

Anexo 29 da obra *Vigiar e Punir*

29. Máquina a vapor para a rápida correção das meninas e dos meninos. Avisamos aos pais e mães, tios, tutores, tutoras, diretores e diretoras de internatos e, de modo geral, todas as pessoas que tenham crianças preguiçosas, gulosas, indóceis, desobedientes, briguentas, mexeriqueiras, faladoras, sem religião ou que tenham qualquer outro defeito, que o senhor Bicho-Papão e a senhora Tralha-Velha acabaram de colocar em cada distrito da cidade de Paris uma máquina semelhante à representada nesta gravura e recebem diariamente em seus estabelecimentos, de meio-dia às duas horas, crianças que precisam ser corrigidas. Os senhores Lobisomem, Carvoeiro Rotomago e Come-sem-Fome e as senhoras Pantera Furiosa, Caratonhasem- Dó e Bebe-sem-Sede, amigos e parentes do senhor Bicho-Papão e da Senhora Tralha-Velha, instalarão brevemente máquina semelhante, que será enviada às cidades das províncias e eles mesmos irão dirigir a execução. O baixo preço da correção dada pela máquina a vapor e seus surpreendentes efeitos levarão os pais a usá-la tanto quanto o exija o mau comportamento de seus filhos. Aceitam-se como internas crianças incorrigíveis, que são alimentadas a pão e água. Gravura do fim do século XVIII. (Coleções históricas do INRDP).